

PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA - PR
Bruna Jacometo Teixeira

BRUNA JACOMETO TEIXEIRA

PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR:

Arquitetura como forma de ressocialização no meio prisional

BRUNA JACOMETO TEIXEIRA

PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR:

Arquitetura como forma de ressocialização no meio prisional

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário
Filadélfia - UniFil, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Prof(a). M(a). Esther
Encinas Audibert

Londrina

2021

BRUNA JACOMETO TEIXEIRA

PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR:

Arquitetura como forma de ressocialização no meio prisional

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário
Filadélfia - UniFil, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Prof(a). M(a).
Esther Encinas Audibert
Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

Prof(a). Dr(a). Componente da Banca
Centro Universitário Filadélfia -
UniFil

Cidade, ____ de _____ de ____.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, que não mediu esforços para me guiar e me ajudar nesse desafio.

Aos professores da graduação, que foram indispensáveis para minha construção como profissional.

Aos meus pais, as pessoas mais importantes da minha vida e que me deram infinito apoio durante esses anos de formação.

À minha irmã, que esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida e sempre me incentivou a ser melhor.

Aos meus amigos e amigas da faculdade, que tornaram todos esses anos mais leves e alegres. Vocês serão eternamente lembrados por mim.

Ao meu namorado, que sempre acreditou em mim e no meu potencial. Você foi fundamental para minha formação.

A todos, muito obrigada.

TEIXEIRA, Bruna. **Penitenciária feminina em Londrina-PR:** arquitetura como forma de ressocialização no meio prisional. 2021. 164 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário Filadélfia - UniFil, Londrina, 2021.

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um estudo preliminar arquitetônico de uma Penitenciária Feminina para o município de Londrina, Paraná. Definida como um estabelecimento de segurança máxima, a penitenciária deve ser construída de acordo com as diretrizes de projeto de arquitetura penal, bem como os direitos garantidos pela Lei de Execução e Código Penal. Tendo em vista a precariedade e ineficiência dos estabelecimentos penais no Brasil, o objetivo do estudo é viabilizar, por meio da arquitetura, a saúde das detentas e possibilitar a sua reintegração na sociedade, de forma a diminuir a reincidência. O município de Londrina foi escolhido por representar uma extensa região metropolitana com potencial para a edificação, baseando-se nas pesquisas realizadas. A localização do terreno foi escolhida considerando a proximidade da Penitenciária Estadual de Londrina e a facilidade de acesso. O desenvolvimento do trabalho resultou em um estabelecimento penal cujo conceito planeja a integração social entre as presas e diminuição da sensação de que se está fora da realidade urbana, criando uma atmosfera de cidade por meio de um projeto com edifícios menores com funções diversas.

Palavras-chave: Penitenciária feminina. Arquitetura penitenciária. Mulher. Estabelecimento penal.

TEIXEIRA, Bruna. **Women's Penitentiary in Londrina-PR:** architecture as a form of resocialization in the prison environment. 2021. 164 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário Filadélfia - UniFil, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The present work refers to a preliminary architectural study of a Women's Penitentiary for the city of Londrina, Paraná. Defined as an establishment of maximum security, the penitentiary must be built in accordance with the penal architecture design guidelines, as well as the rights guaranteed by the Law of Enforcement and Penal Code. In view of the precariousness and inefficiency of penal establishments in Brazil, the objective of the study is to enable, through architecture, the health of inmates and enable their reintegration into society, in order to reduce recidivism. The city of Londrina was chosen because it represents an extensive metropolitan region with potential for construction, based on the surveys carried out. The location of the land was chosen considering the proximity to the State Penitentiary of Londrina and the ease of access. The development of the work resulted in a penal establishment whose concept plans the social integration among the inmates and decrease the feeling that one is outside the urban reality, creating a city atmosphere through a project with smaller buildings with different functions.

Keywords: Women's penitentiary. Penitentiary architecture.
Woman. Criminal establishment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Pelourinho giratório: uma forma comum de punição para criminosos antes da introdução da prisão.....	24
Figura 2: Fachada e planta da Casa de Correção de São Miguel em Roma.....	25
Figura 3: Planta do panóptico - Jeremy Bentham.....	26
Figura 4: Penitenciária Estadual do Oriente da Filadélfia...	26
Figura 5: Prisão de Fresnes, França, 1898.....	27
Figura 6: Evolução da arquitetura das penitenciárias.....	28
Figura 7: Casa de Correção no Rio de Janeiro (1852), posteriormente Presídio Tiradentes.....	29
Figura 8: Portal de pedra do antigo Presídio Tiradentes.....	29
Figura 9: Planta Baixa da Penitenciária do Estado de São Paulo (1920)	30
Figura 10: Alfaiataria e Escola da Penitenciária do Estado de São Paulo.....	31
Figura 11: Complexo Penitenciário Carandiru em São Paulo....	32
Figura 12: Diagrama Pavilhões do Carandiru.....	32
Figura 13: Tabela síntese dos estabelecimentos penais e suas características.....	35
Figura 14: Mães e filhos atrás das grades.....	39
Figura 15: Mulheres privadas de liberdade em junho de 2016..	41
Figura 16: Informações prisionais dos doze países com maior população encarcerada feminina do mundo.....	41
Figura 17: Taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos 5 países com maior população encarcerada feminina no mundo....	42
Figura 18: Pessoas privadas de liberdade no Brasil, junho de 2016.....	42
Figura 19: População prisional feminina por estado.....	43
Figura 20: Mulheres privadas de liberdade por tipo de regime	43
Figura 21: Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero.....	44
Figura 22: Planta baixa Centro de Detenção Vordernberg.....	47

Figura 23:	Foto área externa Centro de Detenção Vorderberg.....	47
Figura 24:	Exterior Centro de Detenção de Vorderberg no verão	48
Figura 25:	Área comum Centro de Detenção Vorderberg.....	48
Figura 26:	Quarto Centro de Detenção Vorderberg.....	49
Figura 27:	Área comum prisão Storstrøm.....	50
Figura 28:	Sala de aula Centro de Detenção Vorderberg.....	51
Figura 29:	Centro de Tratamento Residencial de Rivergum.....	52
Figura 30:	Sala de descanso funcionários Centro de Tratamento Residencial de Rivergum.....	52
Figura 31:	Mapa com localização.....	55
Figura 32:	Prisão Storstrøm.....	56
Figura 33:	Implantação.....	57
Figura 34:	Planta baixa ala prisional.....	58
Figura 35:	Cozinha e sala de estar.....	59
Figura 36:	Interior da cela.....	60
Figura 37:	Planta baixa prédio de trabalho.....	61
Figura 38:	Interior prédio de trabalho.....	62
Figura 39:	Planta baixa prédio de atividades.....	63
Figura 40:	Quadra de esportes coberta.....	64
Figura 41:	Igreja da prisão.....	64
Figura 42:	Planta baixa departamento de visitas.....	65
Figura 43:	Parque para visitas infantis.....	66
Figura 44:	Female Prison.....	67
Figura 45:	Painéis pré-fabricados com vegetação.....	68
Figura 46:	Efeitos da luz solar e do calor geotérmico.....	69
Figura 47:	Implantação.....	70
Figura 48:	Planta baixa.....	71
Figura 49:	Pátio interno módulo das celas.....	72
Figura 50:	Planta baixa com circulações.....	72
Figura 51:	Mapa com localização.....	74
Figura 52:	Usos dos lotes.....	74
Figura 53:	Centro Médico Psicopedagógico.....	75
Figura 54:	Recepção Centro Médico Psicopedagógico.....	76

Figura 55: Fachada com efeito estufa.....	76
Figura 56: Esboço do sistema climático.....	77
Figura 57: Implantação.....	78
Figura 58: Planta baixa térreo.....	79
Figura 59: Planta baixa primeiro pavimento.....	80
Figura 60: Quadro síntese obras correlatadas.....	82
Figura 61: Primeira cadeia pública de Londrina.....	84
Figura 62: Segunda cadeia de Londrina.....	85
Figura 63: Cadeião Londrina.....	85
Figura 64: Casa de Custódia de Londrina.....	86
Figura 65: Setor antigo da Cadeia Pública Feminina de Londrina	87
Figura 66: Novo setor da Cadeia Pública Feminina de Londrina	87
Figura 67: Interior cela antiga da Cadeia Pública Feminina de Londrina.....	88
Figura 68: Mapa do Paraná com cidades da região que possuem encarceramento feminino.....	89
Figura 69: Mapa do Paraná com cidades das penitenciárias destacadas.....	90
Figura 70: Presos por tipo de regime em Londrina.....	91
Figura 71: Vagas disponíveis nos estabelecimentos penais em Londrina.....	91
Figura 72: Mapa dos estabelecimentos penais de Londrina.....	94
Figura 73: Mapa das principais rodovias que cruzam a cidade de Londrina.....	95
Figura 74: Localização do terreno em relação aos estabelecimentos penais.....	96
Figura 75: Indicação do terreno.....	96
Figura 76: Foto do terreno.....	97
Figura 77: Mapa com análise gráfica do terreno.....	97
Figura 78: Pontos transporte público.....	98
Figura 79: Mapa de usos do entorno.....	99
Figura 80: Esquema conceito.....	100
Figura 81: Croqui do partido.....	101

Figura 82: Croqui de partido.....	101
Figura 83: Tabela da Capacidade Geral dos Estabelecimentos Penais.....	102
Figura 84: Tabela das dimensões mínimas para celas.....	103
Figura 85: Tabela com recuos mínimos necessários por tipologia arquitetônica e por barreira.....	104
Figura 86: Tabela de Programa de Necessidades de cada estabelecimento penal.....	105
Figura 87: Módulo da Administração.....	106
Figura 88: Módulo para Agentes Penitenciários.....	106
Figura 89: Módulo de Serviços.....	107
Figura 90: Módulo de Guarda Externa.....	107
Figura 91: Módulo de Assistência à Saúde.....	108
Figura 92: Módulo de Tratamento Penal.....	109
Figura 93: Módulo de Tratamento para Dependentes Químicos..	109
Figura 94: Módulo de Oficinas de Trabalho.....	110
Figura 95: Módulo de Ensino.....	110
Figura 96: Módulo de Esportes.....	111
Figura 97: Módulo de Recepção e Revista de Visitantes.....	111
Figura 98: Módulo Polivalente.....	112
Figura 99: Módulo de Visitas Íntimas.....	112
Figura 100: Módulo de Triagem/Inclusão.....	113
Figura 101: Módulo de Vivência Individual.....	114
Figura 102: Módulo de Vivência Coletiva.....	114
Figura 103: Módulo de Berçário e Creche.....	115
Figura 104: Mapa terreno.....	119
Figura 105: Implantação.....	120
Figura 106: Esquema setorização.....	121
Figura 107: Perspectiva Edifício Prisional.....	122
Figura 108: Perspectiva Edifício Prisional.....	122
Figura 109: Perspectiva Interna Celas.....	123
Figura 110: Perspectiva Interna Celas.....	124
Figura 111: Perspectiva Estar Edifício Serviços.....	125
Figura 112: Perspectiva Edifício Saúde e Assistência Social	125

Figura 113:	Perspectiva Edifício Atividades.....	126
Figura 114:	Perspectiva Edifício Administrativo e de Visitas	127
Figura 115:	Perspectiva Edifício Guarda Externa.....	127
Figura 116:	Perspectiva Externa.....	128
Figura 117:	Brises com cabo de aço e vegetação.....	128
Figura 118:	Esquema ventilação.....	129
Figura 119:	Detalhamento fundação CLT.....	130
Figura 120:	Detalhe estrutura tijolo ecológico.....	130
Figura 121:	Perspectiva externa.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
NBR	Norma Brasileira
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
PEL-II	Penitenciária Estadual de Londrina II
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEMÁTICA	23
2.1	HISTÓRICO DA ARQUITETURA PENITENCIÁRIA E SUAS TIPOLOGIAS	23
2.2	ARQUITETURA PENITENCIÁRIA BRASILEIRA	28
2.2.1	ESTABELECIMENTOS PENAIS E SUAS PARTICULARIDADES ..	34
2.2.2	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC	35
2.3	CONTRADIÇÕES ENTRE A ARQUITETURA PENITENCIÁRIA E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL	36
2.4	O LUGAR DA MULHER NO ESPAÇO CARCERÁRIO	37
2.5	RELAÇÕES ENTRE A FUNÇÃO DO ESPAÇO, A ARQUITETURA E O COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO	45
2.5.1	PSICOLOGIA AMBIENTAL	46
2.5.2	BIOFILIA	50
3	REFERÊNCIA PROJETUAL	55
3.1	STORSTRØM PRISON	55
3.1.1	SETORIZAÇÃO E FLUXOS	57
3.1.1.1	ALA PRISIONAL (CELAS)	58
3.1.1.2	PRÉDIO DE TRABALHO	61
3.1.1.3	PRÉDIO DE ATIVIDADES	63
3.1.1.4	DEPARTAMENTO DE VISITAS	65
3.1.2	ANÁLISE	66
3.2	FEMALE PRISON	67
3.2.1	SETORIZAÇÃO E FLUXOS	70
3.2.2	ANÁLISE	73
3.3	PSYCHOPEDAGOGICAL MEDICAL CENTER	73
3.3.1	SETORIZAÇÃO E FLUXOS	78
3.3.2	ANÁLISE	80
3.4	QUADRO SÍNTESE	81

4	INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	83
4.1	A PROBLEMÁTICA NA CIDADE DE LONDRINA	83
4.2	PERFIL DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE	91
4.3	ESCOLHA DO TERRENO	92
4.4	ESTUDO DE VIABILIDADE	96
5	DIRETRIZES DE PROJETO	100
5.1	CONCEITO	100
5.2	PARTIDO	101
5.3	PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO ..	102
5.4	ORGANOGRAMA	117
5.5	FLUXOGRAMA	118
5.6	MEMORIAL JUSTIFICATIVO	119
5.6.1	ASPECTO CONTEXTUAL	119
5.6.2	ASPECTO FUNCIONAL	121
5.6.2.1	EDIFÍCIO PRISIONAL	122
5.6.2.1.1	A CELA	123
5.6.2.2	EDIFÍCIO DE SERVIÇOS	124
5.6.2.3	EDIFÍCIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	125
5.6.2.4	EDIFÍCIO DE ATIVIDADES	126
5.6.2.5	EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO E DE VISITAS	126
5.6.2.6	EDIFÍCIO GUARDA EXTERNA	127
5.6.3	ASPECTO AMBIENTAL	128
5.6.4	ASPECTO TÉCNICO/ESTRUTURAL	129
5.6.5	ASPECTO ESTÉTICO/ARQUITETÔNICO	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
7	REFERÊNCIAS	135
8	APÊNDICES	143
8.1	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM CHEFE DA UNIDADE JUDICIAL DA 1ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS REALIZADA VIA WHATSAPP NO DIA 25/02/2021 E VÍDEO CONFERÊNCIA NO DIA 01/03/2021.....	145

8.2	APÊNDICE B - ENTREVISTA COM GESTORA DA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE LONDRINA REALIZADA VIA WHATSAPP NOS DIAS 04/03/2021, 11/03/2021 E 12/03/2021.....	150
8.3	APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AGENTE DA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE LONDRINA REALIZADA PESSOALMENTE NO LOCAL, NO DIA 15/03/2021.....	153
8.4	APÊNDICE D - ENTREVISTA COM GESTOR DO MINI PRESÍDIO DE APUCARANA REALIZADA VIA WHATSAPP, NO DIA 13/05/2021.....	157
8.5	APÊNDICE E - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA SÍNTESE.....	158
8.6	APÊNDICE F - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 01.....	159
8.7	APÊNDICE G - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 02.....	160
8.8	APÊNDICE H - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 03.....	161
8.9	APÊNDICE I - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 04.....	162

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta o estudo preliminar de uma Penitenciária com recorte de gênero feminino no município de Londrina - PR. O tema foi escolhido a partir da análise dos estabelecimentos penais brasileiros, que se encontram em estado precário e ineficiente.

A discussão do tema gira em torno da humanização dos espaços carcerários por meio da arquitetura, tendo como consequência uma melhor recuperação das presas e uma reinserção de sucesso na sociedade.

O estudo foi desenvolvido em seis capítulos. O presente capítulo, Introdução, explica e conceitua o tema da arquitetura penal. O capítulo de Fundamentação Temática, 2, foi dividido em 5 subcapítulos, que tratam do histórico das penitenciárias no mundo e no Brasil, das particularidades de cada estabelecimento penal, da APAC, da Lei de Execução Penal e suas contradições com a realidade, do lugar da mulher no espaço carcerário, e das relações entre a arquitetura e o comportamento do indivíduo, bem como as relações com biofilia e a psicologia ambiental.

No capítulo 3, Referência projetual, são analisadas três obras arquitetônicas como embasamento para a concepção do projeto. Os dois primeiros correlatos com contribuições significativas em sua setorização e objetivo de projeto, bem como a psicologia ambiental para os usuários. E o terceiro se destaca pelas suas soluções projetuais e construtivas fundamentadas em um edifício sustentável.

Para melhor entendimento da problemática em Londrina, o capítulo 4 demonstra o contexto do município e o histórico do surgimento dos estabelecimentos penais na região, seguido da realidade vivenciada nos dias atuais, e do perfil das mulheres encarceradas em Londrina.

O capítulo 5, de Diretrizes de Projeto, apresenta elementos norteadores para a concepção do projeto, sendo o conceito, partido, o programa de necessidades e o pré-dimensionamento. Oriundos desses, o organograma e fluxograma também são exibidos nesse capítulo, buscando representar em forma de diagrama a organização e os fluxos que acontecem na edificação. Finalizando o capítulo, o memorial justificativo explica todas as alternativas e decisões tomadas para o resultado final do projeto.

Por fim, o capítulo 6, Considerações Finais, resume os resultados obtidos a partir do projeto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEMÁTICA

Partindo do tema “Penitenciária Feminina”, este capítulo objetiva um aprofundamento teórico da arquitetura prisional, abordando aspectos históricos, contemporâneos, legais, além de uma avaliação do lugar da mulher dentro do cárcere.

Novas abordagens vêm discutindo o quanto o ambiente carcerário influencia na reinserção do indivíduo na sociedade. Nessa perspectiva, a psicologia ambiental, biofilia e humanização de espaços aplicados à arquitetura prisional apresentam-se como opções aos espaços comumente produzidos no Brasil. Tais conceitos serão também abordados neste capítulo para embasamento do projeto penitenciário.

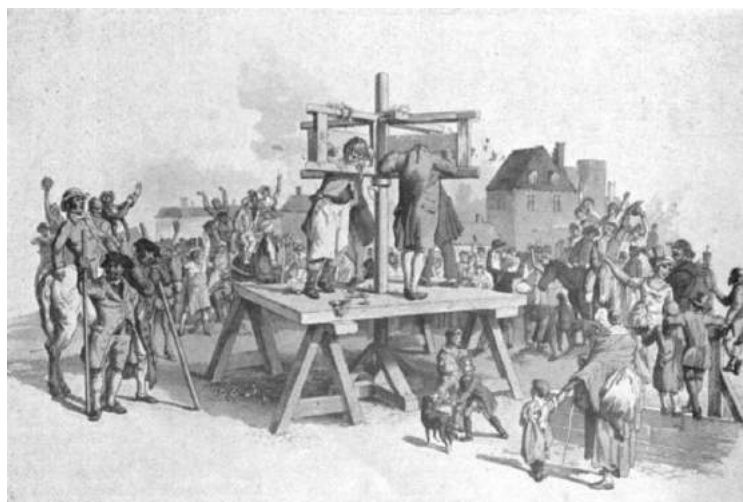
2.1 HISTÓRICO DA ARQUITETURA PENITENCIÁRIA E SUAS TIPOLOGIAS

Os espaços punitivos existem desde os primórdios e atuam como ambiente de proteção e segurança da coletividade contra determinados indivíduos que fogem dos padrões comportamentais de uma comunidade. Segundo Caldeira (2009, p.260),

O ser humano sempre viveu agrupado, em virtude de seu nítido impulso associativo e lastreou, no seu semelhante, suas necessidades, anseios, conquistas, enfim, sua satisfação. E desde os primórdios, o ser humano violou as regras de convivência, ferindo os semelhantes e a própria comunidade onde vivia, tornando inexorável a aplicação um castigo (sanção). No início, a punição era uma reação coletiva contra as ações antissociais. (CALDEIRA, 2009, p.260)

No princípio, esses estabelecimentos abrigavam os infratores até o resultado de sua sentença, uma vez que as sanções eram, em sua maioria, de caráter físico (Figura 1).

Figura 1: Pelourinho giratório: uma forma comum de punição para criminosos antes da introdução da prisão



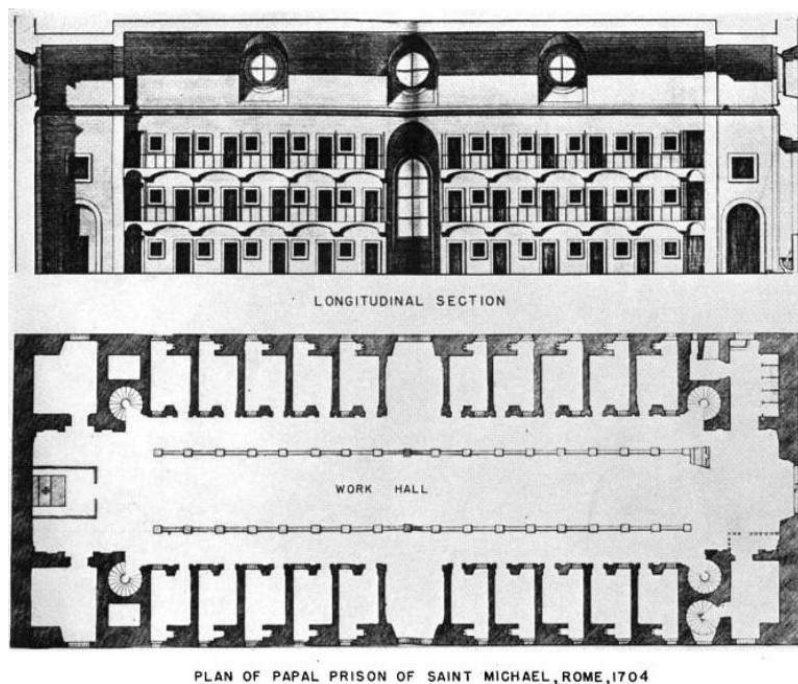
Fonte: United States Bureau of Prisons (1949, p.16).

De acordo com Cordeiro (2005b), a prisão como isolamento e cumprimento de pena surgiu na sociedade cristã, com a prisão canônica, na qual os monges pediam perdão a Deus por meio da oração e penitência, em uma cela no mosteiro.

Com a crise do sistema feudal apareceram novos espaços punitivos: as Casas de Correção. As Casas de Correção dão início ao modelo jurídico-penal reformista, no qual, de acordo com Esteca (2010), a justiça deixa de ser opressora e de castigo corpóreo, e se torna um sistema de justiça social e condenação humana.

Segundo Esteca (2010), as primeiras Casas de Correção eram inglesas e foram construídas em Bridewell, no ano de 1552. Posteriormente, em 1703, evidenciou-se a Casa de Correção de São Miguel (Figura 2), em Roma, onde o silêncio, o trabalho e a religião eram a forma de recuperação do indivíduo.

Figura 2: Fachada e planta da Casa de Correção de São Miguel em Roma



Fonte: United States Bureau of Prisons (1949, p.21).

A Casa de Correção de São Miguel foi a primeira prisão celular importante e deu origem a outras tipologias arquitetônicas relevantes, como a filadélfica e a auburniana. Na prisão celular, o confinamento ocorria em celas individuais, levando os infratores à solidão. A conversão moral era feita a partir da oração e do trabalho.

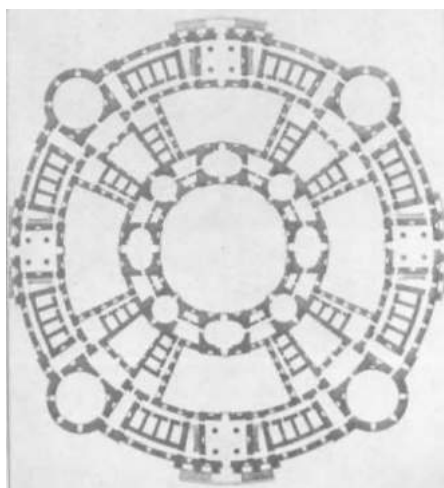
A tipologia filadélfica possui os mesmos conceitos que a celular, mas difere porque surgiu na Filadélfia sob a influência de cidadãos respeitáveis que buscavam reformar esses espaços. Já a auburniana diminuiu o isolamento total, permitindo o trabalho em conjunto dos detentos (MORAES, 2013).

O modelo panóptico, bastante significativo para a história da arquitetura penitenciária, é marcado pelo seu formato radial, onde o contorno é caracterizado pelas celas com janelas voltadas para o centro e para a parte externa e, no centro da planta, encontrava-se uma torre e um vigiante, que observava todos os movimentos dos presos.

A ideia principal é a de que os encarcerados sejam sempre vigiados, mas não saibam como, por onde, nem por quem. Dessa forma, a punição passa a ser mental, uma vez que os detentos acreditam que estão em constante observação.

Foulcault (1987) apresenta o projeto de Jeremy Bentham (Figura 3) como modelo panóptico.

Figura 3: Planta do panóptico - Jeremy Bentham



Fonte: Vigiar e punir (1999, p.46).

Segundo Esteca (2010), em 1829, a Penitenciária Estadual do Oriente da Filadélfia (Figura 4) deu origem a uma nova tipologia penitenciária: o modelo radial. Este se diferencia do panóptico por não possuir acesso direto da torre central para as celas, e sim por meio dos pavilhões.

Figura 4: Penitenciária Estadual do Oriente da Filadélfia

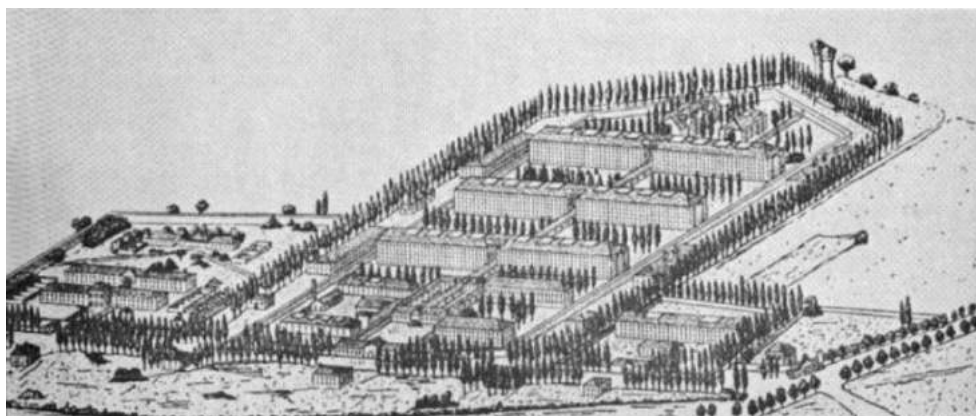


Fonte: United States Bureau of Prisons (1949, p.29).

As tipologias panóptica e radial, apesar de bem aceitas, tinham alguns problemas na esfera arquitetônica. O modelo panóptico era considerado muito pequeno. Já o modelo radial, apesar de maior, possuía uma distância muito grande entre a vigilância e a ala dos presos. Além disso, algumas celas possuíam uma má orientação solar, devido ao seu formato, o que também impossibilitava uma possível ampliação.

Sendo assim, em 1898, foi construída na França a Prisão de Fresnes (Figura 5), onde um corredor central conectava os pavilhões construídos paralelamente, assemelhando-se ao modelo auburniano, o qual consistia em pavilhões retangulares com celas nas laterais, e, entre os pavilhões, uma circulação em comum. Desta forma, havia ventilação e iluminação para o interior do prédio, e, além disso, convívio entre os detentos.

Figura 5: Prisão de Fresnes, França, 1898



Fonte: United States Bureau of Prisons (1949, p.35).

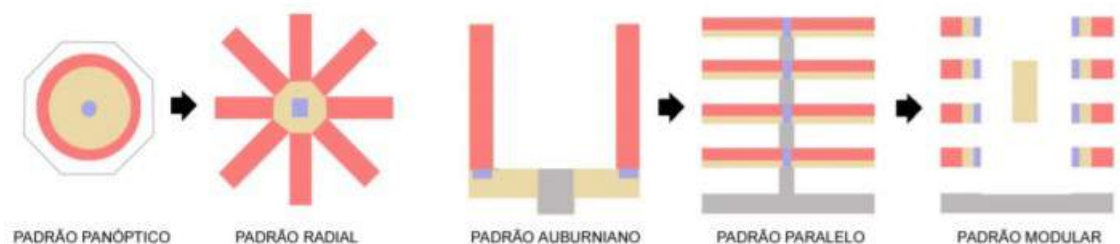
Na década de 1960 surgiu um novo modelo arquitetônico penitenciário, modular ou pavilhonar, o qual, segundo Ornstein (1989 apud ESTECA, 2010), visava à melhoria das condições de habitação e das relações sociais entre os presos.

Essa tipologia era composta por módulos de vivência, nos quais os infratores eram divididos por periculosidade. Nesses módulos, dispostos em torno de uma área comum, eram realizadas atividades coletivas de lazer e refeição. As celas também

foram melhor arquitetadas, com implantação de mobiliários, além de ventilação e iluminação naturais.

Na Figura 6, observa-se que a arquitetura penitenciária esteve em constante evolução ao longo dos séculos.

Figura 6: Evolução da arquitetura das penitenciárias



Fonte: Esteca (2010).

Para além dos padrões internacionalmente estabelecidos da arquitetura prisional, é preciso verificar o contexto brasileiro de produção dos estabelecimentos penais. É o tema de que tratará o próximo item, verificando as questões políticas que envolvem os estabelecimentos penais e o cumprimento de pena.

2.2 ARQUITETURA PENITENCIÁRIA BRASILEIRA

No Brasil, Garbelini (2005) afirma que o sistema penitenciário brasileiro desde o início foi um espaço de exclusão social e colocado como segundo plano pelos poderes públicos.

O primeiro espaço punitivo semelhante aos atuais registrado no país é um local chamado apenas de Cadeia, um casarão sombrio onde também funcionava a Câmara Municipal, construída na cidade de São Paulo no ano de 1788.

Em 1852 foi inaugurada a Casa de Correção (Figura 7), mais tarde Presídio Tiradentes, construído com base no modelo panóptico. Recebeu vários presos políticos no período do Estado Novo (1937-1945), entre eles Monteiro Lobato, ocupando a cela nº1. O edifício foi demolido no final de 1972, mas seu portal de pedra permanece como patrimônio público (Figura 8).

Figura 7: Casa de Correção no Rio de Janeiro (1852), posteriormente Presídio Tiradentes



Fonte: Bianchini (2018, p.49).

Figura 8: Portal de pedra do antigo Presídio Tiradentes



Fonte: Condephaat (sem ano).

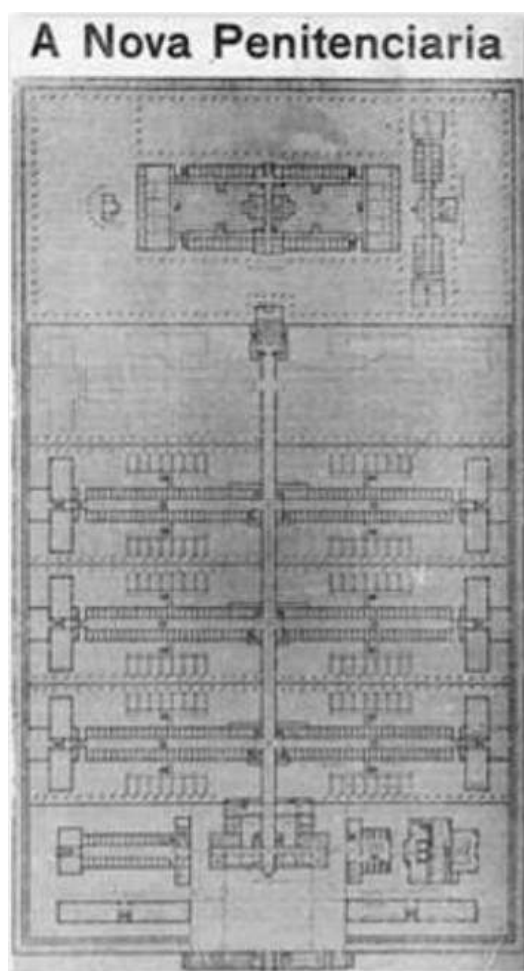
No século XIX, com a Proclamação da República no ano 1889, surgiu um novo regime judiciário, juntamente com o Código Penal republicano no ano de 1890. Segundo Esteca (2010, p.29),

Este código adotou o sistema progressivo e diversificou os tipos de penas restritivas de liberdade (prisão, reclusão, prisão disciplinar e prisão com trabalhos), executadas em diferentes tipos de estabelecimentos -

cadeia, colônias marítimas, agrícolas e industriais. (ESTECA, 2010, p.29).

Logo, o Código Penal requereu uma nova arquitetura penitenciária, destacando-se a Penitenciária do Estado de São Paulo (Figura 9). O presídio foi entregue parcialmente em 1920, uma vez que ainda não contava com o pavilhão feminino existente no projeto (BIANCHINI, 2018)

Figura 9: Planta Baixa da Penitenciária do Estado de São Paulo (1920)



Fonte: Bianchini (2018, p.55)

Na penitenciária do Estado as atividades eram todas exercidas pelos presidiários. O intuito era que os presos ficassem ocupados, para que não pensassem em cometer outro crime (Figura 10). Conforme descreve Bianchini (2018, p.55-56),

Na Penitenciária de São Paulo quase não havia funcionários, eles eram em um número bastante reduzido se comparado ao número de detentos, mas não haviam motins ou rebeliões. Tudo era feito pelos prisioneiros, que produziam sua comida, cuidavam do pomar, fabricavam o próprio pão, faziam seus próprios calçados e até faziam a enfermagem, orientados por médicos e outros profissionais. Nos horários livres podiam estudar na escola do presídio, ir à missa na capela e até aprender artes plásticas. O que remete ao pensamento da escola positiva de direito, onde o indivíduo passava a ter condições mais dignas que posteriormente gerariam uma expectativa em recuperá-lo para o convívio social.

Figura 10: Alfaiataria e Escola da Penitenciária do Estado de São Paulo



Fonte: Bianchini (2018, p.56;59).

Na década de 40, em razão do aumento populacional, foram construídos novos edifícios penais ao redor da Penitenciária do Estado, que juntos formavam o Complexo Penitenciário do Carandiru.

A Casa de Detenção Flaminio Favero (Figura 11), conhecida como "Carandiru", teve sua construção iniciada em 1954 e foi inaugurada em 11 de setembro de 1956. O complexo possuía organização pavilhonar e foi construído com o intuito de cessar a superlotação carcerária (BIANCHINI, 2018).

Figura 11: Complexo Penitenciário Carandiru em São Paulo



Fonte: Evelson de Freitas (2014).

Segundo Bianchini (2018, p.60),

A arquitetura do conjunto de edifícios de fácil linguagem, pragmática, com organização pavilhonar. A simetria de sua composição arquitetônica, valorizando os acessos centralizados, o predomínio de cheios sobre vazios em sua volumetria acentuada pela articulação de volumes definidos, geometrizados e simplificados, compunha os edifícios da Casa de Detenção.

O diagrama a seguir (Figura 12), apresenta a estrutura e organização do Carandiru por meio dos usos dos pavilhões.

Figura 12: Diagrama Pavilhões do Carandiru



Fonte: Bianchini (2018, p.61).

O complexo, apesar de ser construído com o intuito de presos provisórios, se tornou edifício para presos condenados em regime fechado, tornando-se um verdadeiro depósito de detentos (BIANCHINI, 2018).

No ano de 1992, houve uma rebelião no Carandiru, a qual ocorreu após uma briga entre os presos. A fim de conter a rebelião, a Polícia Militar interveio, causando a morte de 111 presos, chamado Massacre do Carandiru.

Em 2013, o desembargador Ivo de Almeida, afirma que a estrutura arquitetônica do local dificultou o contato com os presos e um possível acordo durante o Massacre. "Infelizmente não foi possível [conversar e solucionar o conflito]. A arquitetura física do pavilhão 9 impedia qualquer conversa, com aquelas muralhas, fora o barulho do helicóptero Águia [da PM]. Era muito barulho". (UOL, 2013).

Em 1994, os padrões arquitetônicos das penitenciárias eram definidos pelas Diretrizes para Elaboração de Projetos e Construção de Unidades Penais no Brasil. Em 2005, a ênfase era dada na liberdade criativa para o partido arquitetônico (ESTECA, 2010).

Agostini (2002), caracteriza a arquitetura penitenciária brasileira por dois padrões usuais: o pavilhonar e o paralelo.

Para Esteca (2010), uma das mais recentes manifestações da arquitetura penitenciária foi no ano de 2008, onde foi proposto um Projeto de Lei, que indicava uma tendência para os projetos penitenciários no Brasil.

A apresentação do histórico arquitetônico penitenciário no Brasil é importante para a contextualização dos dias atuais. Atualmente, os edifícios penais são separados de acordo com suas particularidades, usos e públicos, gerando projetos diferentes para cada estabelecimento, com foco nos seus objetivos. As Diretrizes Básicas para arquitetura penal são as norteadoras para a realização dos projetos desses estabelecimentos, cada um com suas especificações.

2.2.1 ESTABELECIMENTOS PENAIS E SUAS PARTICULARIDADES

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP, 2011) define os estabelecimentos penais como aqueles que são utilizados pela Justiça para abrigar pessoas presas, seja de forma provisória ou condenatória, ou até mesmo aquelas submetidas a medidas de segurança.

Estes estabelecimentos devem conter espaços para esporte, recreação, trabalho, educação e assistência aos presos. Neles, os detentos são separados por sexo; entre condenados ou provisórios; primários ou reincidentes; e pela gravidade do crime cometido, destinando o preso ao estabelecimento referente. (VIANA, 2009).

Os espaços punitivos englobam: Estabelecimentos para idosos; Cadeias Públicas ou Estabelecimentos Congêneres; Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares; Casas do Albergado; Centros de Observação Criminológica; Hospitais de Custódia e Tratamento; Complexos ou Conjuntos Penais; Central de Penas e Medidas Alternativas; e Penitenciárias.

A tabela a seguir sintetiza a definição de cada um deles fornecida pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2011) e por Viana em "A contribuição da arquitetura na concepção de edificações penais no Rio de Janeiro" (2009).

Figura 13: Tabela síntese dos estabelecimentos penais e suas características

Estabelecimento Penal	Características
Estabelecimentos para idosos	- destinado a abrigar presos com idade de 60 anos ou superior; - caracteriza como estabelecimento penal próprio, ou módulo autônomo adjacente a um edifício penal adulto.
Cadeias Públicas ou Estabelecimentos Congêneros	- destinado a abrigar os presos provisórios, ou seja, que aguardam o julgamento; - estabelecimento costuma fazer parte da delegacia de polícia; - se caracteriza como de segurança máxima.
Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares	- abrigados por detentos em regime semi-aberto, que seriam os não-reincidentes com penas entre 4 e 8 anos, e presos em progressão de pena. - penas são individualizadas buscando reabilitação através do trabalho, com presos selecionados e número coerente com a capacidade de alojamento.
Casa do Albergado	- destinado aos condenados em regime aberto "presos não-reincidentes com pena de, até, 4 anos e presos em progressão de pena" e aos presos com pena de limitação de fim de semana; - localizado em meio urbano, deve conter espaços para palestras e cursos; - não possui muros e grandes fechamentos, uma vez que o espaço é praticamente utilizado apenas a noite pelos presos.
Centros de Observação Criminológica	- onde são realizados os exames criminológicos dos presos que ajudam a traçar o perfil dos mesmos, para que possam ser destinados para o estabelecimento penal adequado ao seu crime e possível facção; - definem o tratamento adequado para cada preso e sua evolução dentro do sistema penal.
Hospitais de Custódia e Tratamento	- destinado aos detentos que possuem alguma perturbação mental ou desenvolvimento mental incompleto; - podem ter sua pena reduzida de um a dois terços; - estabelecimento é de segurança máxima e adota o regime fechado.
Complexos ou Conjuntos Penais	- definido como um aglomerado de edifícios penais que formam um sistema com as diversas funções dos espaços que o compõem.
Central de Penas e Medidas Alternativas	- espaço penal utilizado para atender as pessoas que cumprem pena e medidas alternativas
Penitenciárias	- abrigam os presos condenados a penas privativas de liberdade em regime fechado do sexo masculino e feminino. - são de segurança máxima, e devem conter celas individuais e coletivas

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Além disso, a criação da APAC e de princípios mais humanos da pena são pautados para a construção de um estabelecimento penal de melhor qualidade.

2.2.2 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APAC

A APAC é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que opera como associação auxiliar do poder Judiciário e Executivo na execução penal e no cumprimento de penas privativas de liberdade.

O objetivo é a recuperação e reintegração à sociedade dos condenados privados de liberdade, bem como socorrer a vítima e proteger a sociedade livre.

A APAC evidencia a valorização humana, com uma disciplina rígida, orientada por trabalho, respeito, e ordem, com a participação da família e tendo Deus como fonte de tudo.

Dessa forma, a APAC busca a humanização dentro das prisões, sem excluir a finalidade punitiva. Dessa forma, diminuindo a reincidência criminal e aumentando as chances da reintegração social.

2.3 CONTRADIÇÕES ENTRE A ARQUITETURA PENITENCIÁRIA E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL

O sistema penitenciário, apesar de suas normas e da Lei de Execução Penal (LEP), enfrenta inúmeros problemas na estrutura. Nesse cenário, Garbelini (2005, p.155) afirma:

Ocorre que, entre as normas em destaque e a realidade existe um imenso vazio, onde o Sistema Penitenciário indica superpopulação carcerária, estabelecimentos penitenciários em ruínas, fugas, cumprimento de penas em cadeias públicas, falta de hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, enfim, um completo descaso das políticas criminais que revelam um distanciamento enorme entre a execução penal legal e a execução penal fática que animaliza, regrida e devolve o recluso em piores condições à sociedade e, ainda, com a marca e o trauma do sistema penitenciário nacional. (GARBELINI, 2005, P.155).

Segundo Garbelini (2005), apesar das regras existentes, não há políticas públicas que façam com que as normas sejam efetivas de fato. Com a economia nacional em âmbito mundial, o investimento de milhões de reais em arquitetura penitenciária (digna, e de acordo com a LEP), é visto como desperdício, tendo visto as demais necessidades do país, como escolas e hospitais.

Na arquitetura penitenciária, a segurança é tida como a principal condição e requisito para a construção desses estabelecimentos. Garbelini (2008) compara os estabelecimentos penais aos zoológicos, de modo que as celas funcionam como jaulas, retirando a dignidade e individualidade dos presos.

Silva (2008) associa as prisões a "caixas de concreto para onde são levados os presidiários", evidenciando a segurança como único critério norteador para construção desses edifícios.

O autor afirma que os estabelecimentos construídos são de custo elevado e ruins, o que faz com que muitas vezes não consigam acompanhar o crescimento da população carcerária tornando esses ambientes superlotados e precários.

Para Piedade Júnior (2005, p.53),

Não há como conciliar o exercício da cidadania e da democracia com o universo da violência e do desrespeito aos direitos humanos à pessoa do homem condenado e preso, características de quase todos os estabelecimentos prisionais do Brasil e do mundo ou inerente ao próprio sistema e, com maior gravidade, quando isso ocorre com o conhecimento, quando não, com a conivência do poder público.

O autor afirma que a execução da pena e os direitos do preso não estão de acordo. Apesar dos seus direitos serem garantidos tanto na Constituição Federal, como na LEP e no Código Penal, a realidade é totalmente diferente.

Apesar de todo o esforço legislativo e doutrinário, fruto do avanço das ciências criminológicas e penitenciárias, na realidade, o que ocorre nos estabelecimentos prisionais, do Brasil, como na maioria dos países do mundo inteiro, são multidões amontoadas de excluídos sociais, miseráveis condenados também ao desrespeito a todos os seus direitos, anônimos estigmatizados pela falta de esperança num futuro que o presente lhes nega (Piedade Júnior, 2005, p.56).

Diante da desumanização do cárcere e da situação precária que vivenciam, o encarcerado se torna violento, resultando em brutalização e criminalidade, e desta forma, negando todos os princípios de humanização e ressocialização que são propostos para os estabelecimentos penais (SILVA, 2008).

2.4 O LUGAR DA MULHER NO ESPAÇO CARCERÁRIO

A distinção de gênero nas prisões, principalmente nas penas atribuídas, acontece desde a consolidação do

estabelecimento penal como forma de punição. Segundo Cury e Menegaz (2017), ao retornar à sociedade livre, os homens eram instruídos ao trabalho e a se tornarem funcionais. Já as mulheres, deveriam se reenquadrar socialmente aos paradigmas exigidos.

Nesse sentido, as primeiras prisões femininas eram destinadas ao recolhimento de prostitutas e adúlteras, onde o isolamento social era feito dentro dos conventos e com orientação de freiras e ensino religioso. Segundo Angotti (2012), os primeiros presídios femininos eram administrados pela Irmandade Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers, os quais tinham objetivo de recuperar a dignidade feminina por meio da moral cristã.

No Brasil, os primeiros estabelecimentos penais femininos foram criados na década de 1940, após o Novo Regime Penal. O primeiro deles foi o Reformatório de Mulheres Criminosas, no ano de 1937, em Porto Alegre-RS. Logo após, em 1941, foi inaugurado o Presídio de Mulheres de São Paulo; seguido da Penitenciária de Mulheres de Bangu, no Rio de Janeiro, em 1942.

Anteriormente, os estabelecimentos eram mistos, e o encarceramento das mulheres era feito juntamente com o dos homens.

Apesar do inciso XLVIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garantir que os estabelecimentos penais devem ser distintos de acordo com o sexo, um dos problemas identificados no sistema penitenciário do Paraná é justamente de mulheres encarceradas no mesmo presídio que detentos do sexo masculino (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, 2006).

A realidade vivenciada dentro do espaço carcerário é bem diferente da garantida pela Constituição Federal, de acordo Cury e Menegaz (2017). Há um padrão social estabelecido dentro desse ambiente, onde além do isolamento social imposto, são

injetados comportamentos, hábitos e costumes pré-determinados. (RAMIDOFF, 2005).

Simultaneamente, a identidade dessas mulheres se torna rotulada pelo sistema. O poder público estabelece o corte de cabelo, a vestimenta, seus atos e interesses, afetando sua dignidade humana e, conseqüentemente, suas possibilidades de readaptação social (RAMIDOFF, 2005).

Figura 14: Mães e filhos atrás das grades



Fonte: Luiz Silveira (sem ano).

O sistema carcerário, teoricamente, deveria funcionar como meio de ressocialização e reinserção de presos na sociedade livre, com condições mínimas de segurança e de saúde, tanto física quanto mental. No entanto, os estabelecimentos penais brasileiros negam os valores humanos mais básicos com "condições de saúde deploráveis, os ambientes superlotados, a ausência de atividades laborais e educativas." (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, 2006).

De acordo com Pimentel (2013), essa realidade só reafirma a falta de preparo do sistema penal em lidar com questões femininas, uma vez que a prisão em si já é vista como um ambiente masculino, e de caso excepcional quando para mulheres. Ainda, Pimentel diz que apesar da igualdade perante

a lei, não se pode negar as diferenças entre os sexos na vida social.

Na avaliação do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) Mulheres (2018), publicado pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional),

A separação por gênero dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade está prevista na Lei de Execução Penal e foi incorporada à Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional como forma de visibilizar a situação de encarceramento de mulheres em estabelecimentos em que a arquitetura prisional e os serviços penais foram formulados para o público masculino e posteriormente adaptados para custódia de mulheres e são, assim, incapazes de observar as especificidades de espaços e serviços destinados às mulheres (que envolvem, mas não se limitam a, atividades que viabilizam o aleitamento no ambiente prisional, espaços para os filhos das mulheres privadas de liberdade, espaços para custódia de mulheres gestantes, equipes multidisciplinares de atenção à saúde da mulher, entre outras especificidades). (INFOPEN Mulheres, 2018 p. 22-23).

O levantamento expressa um aumento significativo na população carcerária feminina:

Em junho de 2016, a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional[...]. (INFOPEN Mulheres, 2018, p. 14)

O INFOPEN Mulheres (2018) traz dados de junho de 2016, onde o número total de mulheres privadas de liberdade no Brasil era de 42.355, com déficit de 15.326 vagas (Figura 15).

Figura 15: Mulheres privadas de liberdade em junho de 2016

Brasil - Junho de 2016	
População prisional feminina	42.355
Sistema Penitenciário	41.087
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	1.268
Vagas para mulheres	27.029
Déficit de vagas para mulheres	15.326
Taxa de ocupação	156,7%
Taxa de aprisionamento	40,6

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016. IBGE, 2016.
(...) Informação indisponível.

Fonte: INFOPEN Mulheres (2018, p.10).

Este número torna o Brasil o 4º país do mundo com maior população encarcerada feminina (Figura 16). Apesar dessa grande população, a taxa de aprisionamento do país é quase que incomparável a outros países. Ou seja, apesar da superlotação e da situação precária dos estabelecimentos penais brasileiros, o país segue prendendo muita gente (Figura 17).

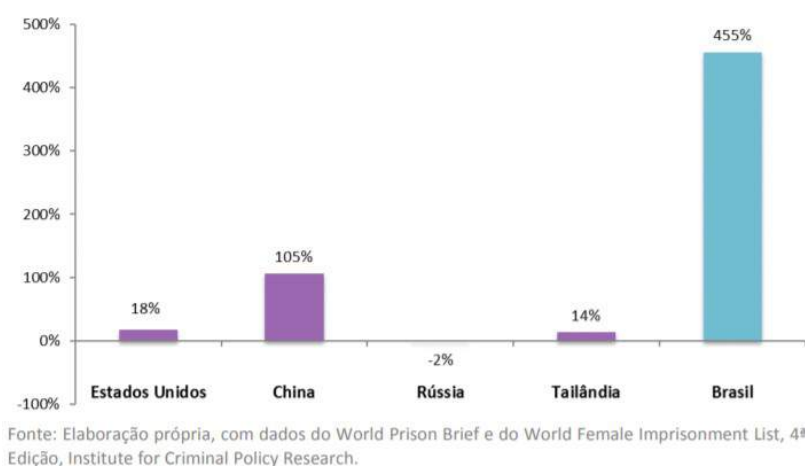
Figura 16: Informações prisionais dos doze países com maior população encarcerada feminina do mundo

País	População prisional feminina	Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab)
Estados Unidos	211.870	65,7
China	107.131	7,6
Rússia	48.478	33,5
Brasil	42.355	40,6
Tailândia	41.119	60,7
Índia	17.834	1,4
Filipinas	12.658	12,4
Vietnã	11.644	12,3
Indonésia	11.465	4,4
México	10.832	8,8
Mianmar	9.807	17,9
Turquia	9.708	12,1

Fonte: Elaboração própria, com dados do World Prison Brief e do World Female Imprisonment List, 4ª Edição, Institute for Criminal Policy Research¹⁴.

Fonte: INFOPEN Mulheres (2018, p.13), editado pela autora.

Figura 17: Taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos 5 países com maior população encarcerada feminina no mundo



Fonte: INFOPEN Mulheres (2018 p.14).

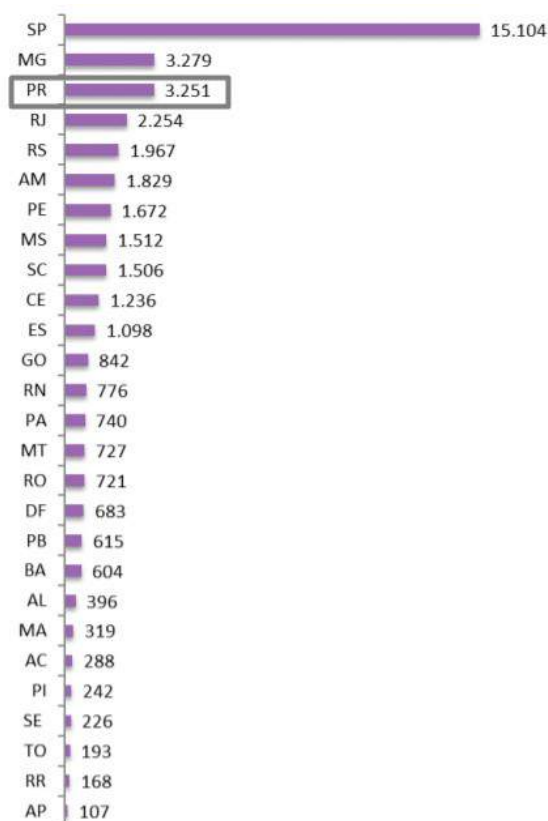
Analizando a tabela do INFOPEN Mulheres que quantifica o número de detentos por estado (Figura 18), é possível observar que o Paraná se encontra em 3º lugar no país. E em relação ao número de mulheres, o estado também ocupa essa posição no Brasil (Figura 19).

Figura 18: Pessoas privadas de liberdade no Brasil, junho de 2016

UF	Pessoas privadas de liberdade em carceragens nas delegacias			Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional			Total de pessoas privadas de liberdade		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
AC	NI	NI	NI	5.076	288	5.364	5.076	288	5.364
AL	408	10	418	6.153	386	6.539	6.561	396	6.957
AM ⁽¹⁾	NI	NI	1.113	8.448	1.829	10.277	8.448	1.829	11.390
AP	0	0	0	2.573	107	2.680	2.573	107	2.680
BA	2.634	112	2.746	12.056	492	12.548	14.690	604	15.294
CE ⁽²⁾	NI	NI	11.865	21.465	1.236	22.701	21.465	1.236	34.566
DF	157	2	159	14.354	681	15.035	14.511	683	15.194
ES	NI	NI	NI	18.315	1.098	19.413	18.315	1.098	19.413
GO	611	34	645	15.464	808	16.272	16.075	842	16.917
MA ⁽²⁾	NI	NI	1.158	7.358	319	7.677	7.358	319	8.835
MG	NI	NI	4.329	60.746	3.279	64.025	60.746	3.279	68.354
MS	562	47	609	16.614	1.465	18.079	17.176	1.512	18.688
MT	0	0	0	9.635	727	10.362	9.635	727	10.362
PA	401	0	401	13.071	740	13.811	13.472	740	14.212
PB	4	0	4	10.758	615	11.373	10.762	615	11.377
PE	NI	NI	NI	32.884	1.672	34.556	32.884	1.672	34.556
PI	NI	NI	NI	3.790	242	4.032	3.790	242	4.032
PR	9.230	596	9.826	39.219	2.655	41.874	48.449	3.251	51.700
RJ	4	0	4	47.961	2.254	50.215	47.965	2.254	50.219
RN ⁽²⁾	NI	NI	113	7.920	776	8.696	7.920	776	8.809
RO	NI	NI	NI	10.111	721	10.832	10.111	721	10.832
RR	7	4	11	2.164	164	2.328	2.171	168	2.339
RS	57	2	59	31.844	1.965	33.809	31.901	1.967	33.868
SC ⁽¹⁾	0	0	0	19.966	1.506	21.472	19.966	1.506	21.472
SE ⁽²⁾	NI	NI	297	4.793	226	5.019	4.793	226	5.316
SP	2.547	461	3.008	222.410	14.643	237.053	224.957	15.104	240.061
TO	NI	NI	NI	3.275	193	3.468	3.275	193	3.468
União	-	-	-	437	0	437	437	0	437
Total	16.622	1.268	36.765	648.860	41.087	689.947	665.482	42.355	726.712

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016. Senasp, 2015. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

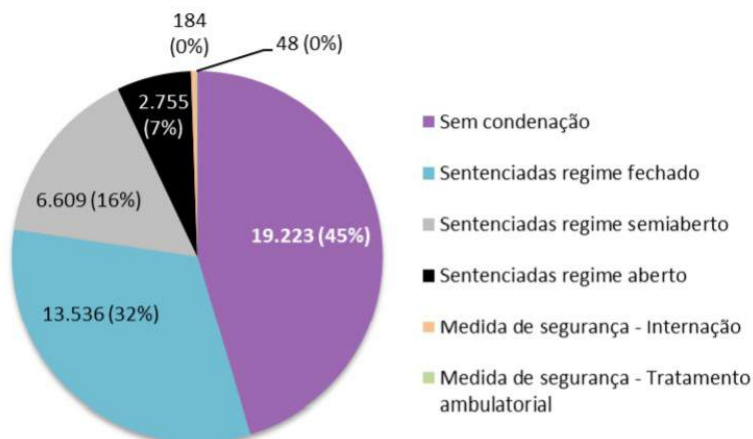
Fonte: INFOPEN Mulheres (2018, p.12), editado pela autora.

Figura 19: População prisional feminina por estado

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

Fonte: INFOPEN Mulheres (2018, p.16), editado pela autora.

A maioria dessas mulheres, dito as já condenadas, se encontram em sentença de regime fechado, conforme mostra o gráfico (Figura 20).

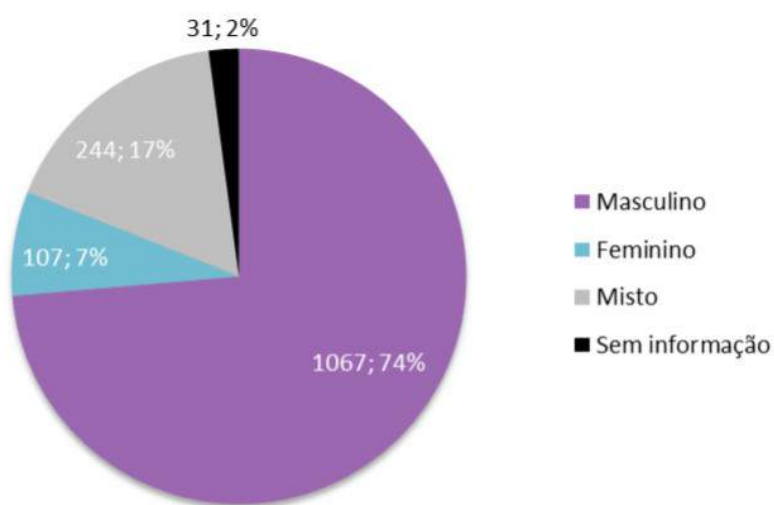
Figura 20: Mulheres privadas de liberdade por tipo de regime

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

Fonte: INFOPEN Mulheres (2018, p.19).

Em relação aos estabelecimentos penais, é possível observar, de acordo com a Figura 21, que a maioria deles é de gênero masculino, ou ainda, que as mulheres acabam sendo destinadas a espaços mistos. Ou seja, edifícios que foram projetados originalmente para homens, mas que possuem celas ou alas para o aprisionamento de mulheres (INFOPEN Mulheres, 2018).

Figura 21: Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

Fonte: INFOPEN Mulheres (2018, p.22).

O perfil das mulheres privadas de liberdade do país, apontado pelos gráficos do INFOPEN Mulheres, é caracterizado por jovens (27% possui entre 18 e 24 anos), negras (62%), com ensino fundamental incompleto (45%) e solteiras (62%). Quanto à maternidade, apenas 26% dessas mulheres não possuem filhos, sendo a maioria, mãe de dois filhos.

Estas características indicam como o ensino e as relações pessoais e emocionais podem interferir diretamente na construção da sociedade e no seu comportamento perante o crime.

2.5 RELAÇÕES ENTRE A FUNÇÃO DO ESPAÇO, A ARQUITETURA E O COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO

Segundo Cordeiro (2005a), a evolução da arquitetura penitenciária revela que esses estabelecimentos não são oriundos de um projeto analisado e pensado, mas sim da necessidade de punição.

Apesar do espaço penitenciário ser visto como local de estudo e ressocialização do preso, existe, segundo Esteca (2010), uma grande divergência entre executar a pena e recuperar a moral do indivíduo encarcerado. O autoritarismo do sistema e o controle dos presos torna o espaço carcerário um local de disputa de poder. Os detentos tentam expor sua liberdade e seus valores sociais através de "um poder informal e uma cultura paralela, definindo regras, costumes, uma ética própria e até mesmo critérios e condições de felicidade e sobrevivência" (SÁ, 1990, p.11 apud ESTECA, 2010, p.81).

De acordo com Cordeiro (2005a) o espaço habitacional, a partir de uma boa arquitetura, gera conforto e privacidade, bem como deveres e serviços.

Os estabelecimentos penitenciários se comportam como uma instituição segregadora, e não como uma habitação provisória. Portanto, apesar de, na teoria, este possuir estímulos a atividades de ressocialização, o ambiente habitado, de fato, não foi projetado para isso.

De acordo com Cordeiro (2005a, p.104),

[...] a existência da 'tão aclamada segurança' dentro do espaço penitenciário não existe. Delega-se ao projetista a responsabilidade de assegurar os aspectos dos quais a responsabilidade administrativa não domina.

Os altos muros e grades existentes, instituídos com base na segurança do espaço penitenciário, reforçam o isolamento e segregação dos presos perante a sociedade livre. (Cordeiro, 2005a).

Além disso, de acordo com Cordeiro (2009) os projetos que possuem como partido a recuperação do preso como requisito

para a segurança do estabelecimento penitenciário, apresentam mais elementos humanitários e ambientes que possam contribuir a ressocialização do preso, como escolas e oficinas de trabalho.

Para Elali (1997), a relação pessoa e espaço deve ser cada vez melhor, uma vez que o contato de um indivíduo com um objeto deixa marcas no usuário pelo produto.

As teorias da Psicologia Ambiental relacionam o indivíduo e o ambiente em que ele está inserido. Segundo Cordeiro (2005a, p.97),

As dimensões sociais e culturais estão sempre presentes na definição dos ambientes, mediando a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo frente ao ambiente. Cada pessoa percebe, avalia e tem atitudes individuais em relação ao seu ambiente físico e social.

2.5.1 PSICOLOGIA AMBIENTAL

Os psicólogos ambientais pretendem entender o comportamento de um ser humano e o contexto em que ele está inserido, isto é, o que motiva o indivíduo a agir de certa forma em determinado local. (Kuhnen, 2009)

Assim, a Psicologia Ambiental abrange dois conceitos: primeiro o espaço, de modo que a percepção do ambiente em que está inserido influencia nas atitudes e ações do ser humano. Em segundo, a temporalidade, ou seja, o período em que esta pessoa permanecerá nesse espaço.

Além disso, segundo Kuhnen (2009), as percepções e ações também diferem de acordo com a identidade do indivíduo, bem como seu modo de vida, seus projetos, suas ambições e valores.

Nesse sentido, os espaços que são apropriados e configurados pelos próprios usuários com sua própria identidade ao local, geram um sentimento de pertencimento e consequentemente um melhor comportamento.

Em termos arquitetônicos, de acordo com a psicóloga ambiental e design de interiores Migette Kaup (2021), alguns fatores necessitam estar em harmonia e serem aplicados no

momento de projeto, como a segurança dos usuários, a sociabilidade, a facilidade de orientação, entre outros.

Kaup (2021) cita que os projetos que possuem uma maior simetria e proporção, geram ritmo e consequentemente uma sensação de tranquilidade e harmonia.

Exemplo claro desse objetivo é o Centro de Detenção Vordernberg, onde essa simetria pode ser expressa na planta (Figura 22), com ambientes semelhantes, bem como nos materiais e mobiliários, gerando maior equilíbrio no edifício (Figura 23).

Figura 22: Planta baixa Centro de Detenção Vordernberg



Fonte: Sue Architekten (s/d).

Nesse Centro de Detenção, os ângulos presentes no projeto e também o tamanho dos blocos existentes são parecidos, alcançando o objetivo de maior uniformidade.

Figura 23: Foto área externa Centro de Detenção Vordernberg



Fonte: Hertha Hurnaus (s/d).

Na parte externa, a simetria é obtida, além dos ângulos, pelos materiais, como o uso de madeira nos brises e nos bancos. Além disso, o edifício se equilibra com a paisagem, tanto com a cor branca da neve, quanto nos dias de verão, acompanhado da vegetação (Figura 24).

Figura 24: Exterior Centro de Detenção de Vordernberg no verão



Fonte: Hertha Hurnaus (s/d).

Na parte interna, essa característica também é marcante, tanto os materiais quanto à disposição dos mobiliários geram sensação de proporção e regularidade (Figura 24).

Figura 25: Área comum Centro de Detenção Vordernberg



Fonte: Hertha Hurnaus (s/d).

As grandes aberturas presentes nos ambientes também impactam diretamente no sentimento dos usuários. O uso de ventilação e iluminação natural é essencial para uma melhor qualidade de vida, tanto física quanto mental.

Espaços com pouca iluminação natural sugerem um local de maior recolhimento e quietude (Figura 26), enquanto um local com maior iluminação gera maior produtividade.

Figura 26: Quarto Centro de Detenção Vordernberg



Fonte: Hertha Hurnaus (s/d).

Do mesmo modo, as cores são fundamentais nas sensações e reações dos indivíduos em um ambiente. Cores mais quentes, como o vermelho, laranja e amarelo são estimulantes, representando energia e movimento. Já cores mais frias, como azul e verde, provocam sensação de calma e tranquilidade.

A Figura 27 a seguir, ilustra o uso das cores dentro da prisão. Na prisão Storstrøm, a área em comum (de lazer e cozinha comunitária) possui o piso na cor azul, por ser um espaço de descanso e relaxamento.

Figura 27: Área comum prisão Storstrøm



Fonte: ArchDaily (2018).

Em especial, a cor verde é associada pelos seres humanos à natureza e vegetação, representando vitalidade e fertilidade. Além disso, a cor verde gera tranquilidade e traz a sensação de frescor e saúde.

Nesse sentido, o uso da vegetação na parte interna do edifício proporciona uma melhora no humor e saúde dos usuários, bem como nas partes externas. A partir disso, surgiram os conceitos de Biofilia que serão apresentados a seguir.

2.5.2 BIOFILIA

Segundo Santos (2016) o ser humano é dependente emocionalmente dos seres vivos presentes no ambiente natural, e essa relação é chamada de biofilia.

Os conceitos da biofilia afirmam que não há vida do ser humano sem as atividades gratuitas que a natureza nos oferece, como luz solar, oxigênio e plantas.

O distanciamento do ser humano desse espaço, acarreta problemas psicológicos e de saúde, como aumento de stress, do risco de depressão e doenças cardíacas, da hiperatividade, e do déficit de atenção.

Neste sentido, a biofilia se aplica na arquitetura de forma a resgatar a naturalidade do homem e do ambiente em que ele habita, conectando-o com a natureza e aumentando o seu bem estar.

Diante da situação atual dos estabelecimentos penais brasileiros, a arquitetura biofílica se aplica de forma significativa nesses espaços, a fim de gerar um espaço punitivo terapêutico e agradável, reafirmando os princípios de ressocialização do preso.

A arquitetura biofílica busca integrar a natureza aos ambientes projetados através das características presentes nesse ambiente, como luz natural, ventilação natural, vista para o exterior, vegetação, formas orgânicas e materiais naturais, como pedra e madeira.

No Centro de Detenção Vordernberg apresentado anteriormente, também aparecem os conceitos de biofilia. Internamente, os grandes vãos permitem a entrada de iluminação, e o uso de madeira é bastante marcante.

Figura 28: Sala de aula Centro de Detenção Vordernberg



Fonte: Hertha Hurnaus (s/d).

Outro exemplo de projeto biofílico é o Centro de Tratamento Residencial de Rivergum. A instalação abriga criminosos pós sentenciados para que passem por tratamento de reabilitação para volta a comunidade.

A edificação possui vista para as montanhas, luz natural em todos os ambientes, seja de moradores ou funcionários, e também ventilação natural, com aberturas atuáveis.

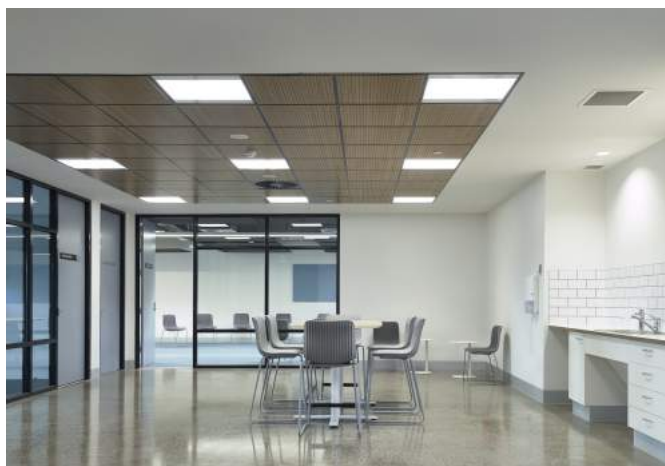
Figura 29: Centro de Tratamento Residencial de Rivergum



Fonte: Scott Burrows (s/d).

O edifício utiliza madeira tanto na área externa como na área interna (Figura 30). Na parte exterior, o centro possui jardins e trilhas que conectam os residentes com a natureza. Além disso, foi mantido o máximo possível de árvores existentes no terreno, como forma de reafirmar esse contato com o meio natural.

Figura 30: Sala de descanso funcionários Centro de Tratamento Residencial de Rivergum



Fonte: Scott Burrows (s/d).

O Centro de Tratamento Residencial de Rivergum também se classifica como uma edificação sustentável. A sustentabilidade na construção civil é fundamental para conciliar os fundamentos ecológicos, econômicos e de bem estar dos usuários. Esta também será abordada nesse capítulo para embasamento de projeto.

3 REFERÊNCIA PROJETUAL

Nesse capítulo serão analisados projetos correlatados ao tema que possam ajudar no desenvolvimento do projeto da Penitenciária Feminina.

Os projetos escolhidos possuem os mesmos objetivos sociais de reintegração e recuperação do indivíduo, portando ajudarão na criação de diretrizes para o projeto a ser desenvolvido.

Para análise de programa arquitetônico e de partido, será utilizado os dois primeiros correlatos: a Prisão Storstrøm e a Prisão Feminina, com contribuições significativas em sua setorização e objetivo de projeto, bem como a psicologia ambiental para os usuários.

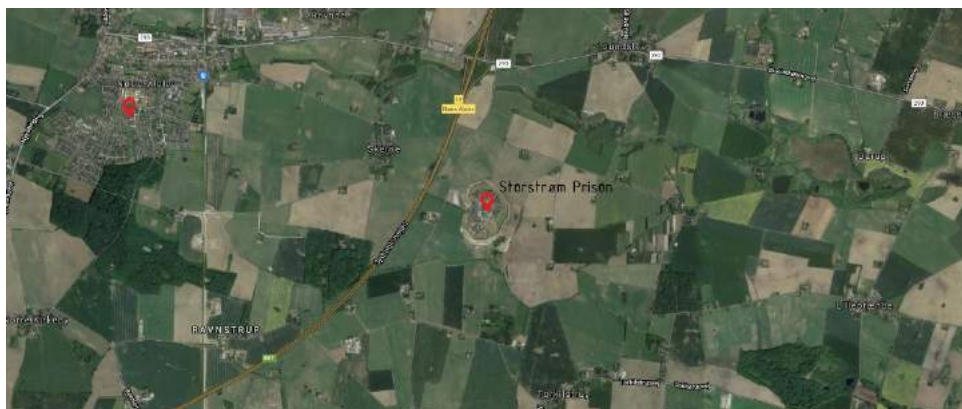
O Centro Médico Psicopedagógico se destaca pelas suas soluções projetuais e construtivas fundamentadas em um edifício sustentável.

Ao final do capítulo, será apresentado um quadro síntese com os pontos positivos e negativos de cada obra, e suas contribuições para o projeto a ser desenvolvido.

3.1 STORSTRØM PRISON

A prisão Storstrøm projetada pelo escritório de arquitetura C.F. Møller para o serviço dinamarquês de prisão e liberdade condicional, está localizado em Nørre Alslev, município do condado de Storstrøm na Dinamarca.

Figura 31: Mapa com localização



Fonte: Google Maps (2021), editado pela autora.

De acordo com o mapa de localização, é possível observar que a prisão está implantada afastada da região central da cidade e de outros municípios próximos ao edifício.

Figura 32: Prisão Storstrøm



Fonte: ArchDaily (2018).

O cárcere de segurança máxima é considerado o mais humano e sociável do mundo baseado em uma arquitetura que promove a reabilitação e mantém a dignidade física e mental dos presos e dos funcionários. A sua construção data entre os anos de 2010 a 2017 e o projeto possui 32.000m² abrigando 250 presos.

De acordo com a equipe de projeto, o grande desafio do edifício é manter a segurança máxima sem tornar esse espaço institucional e anônimo.

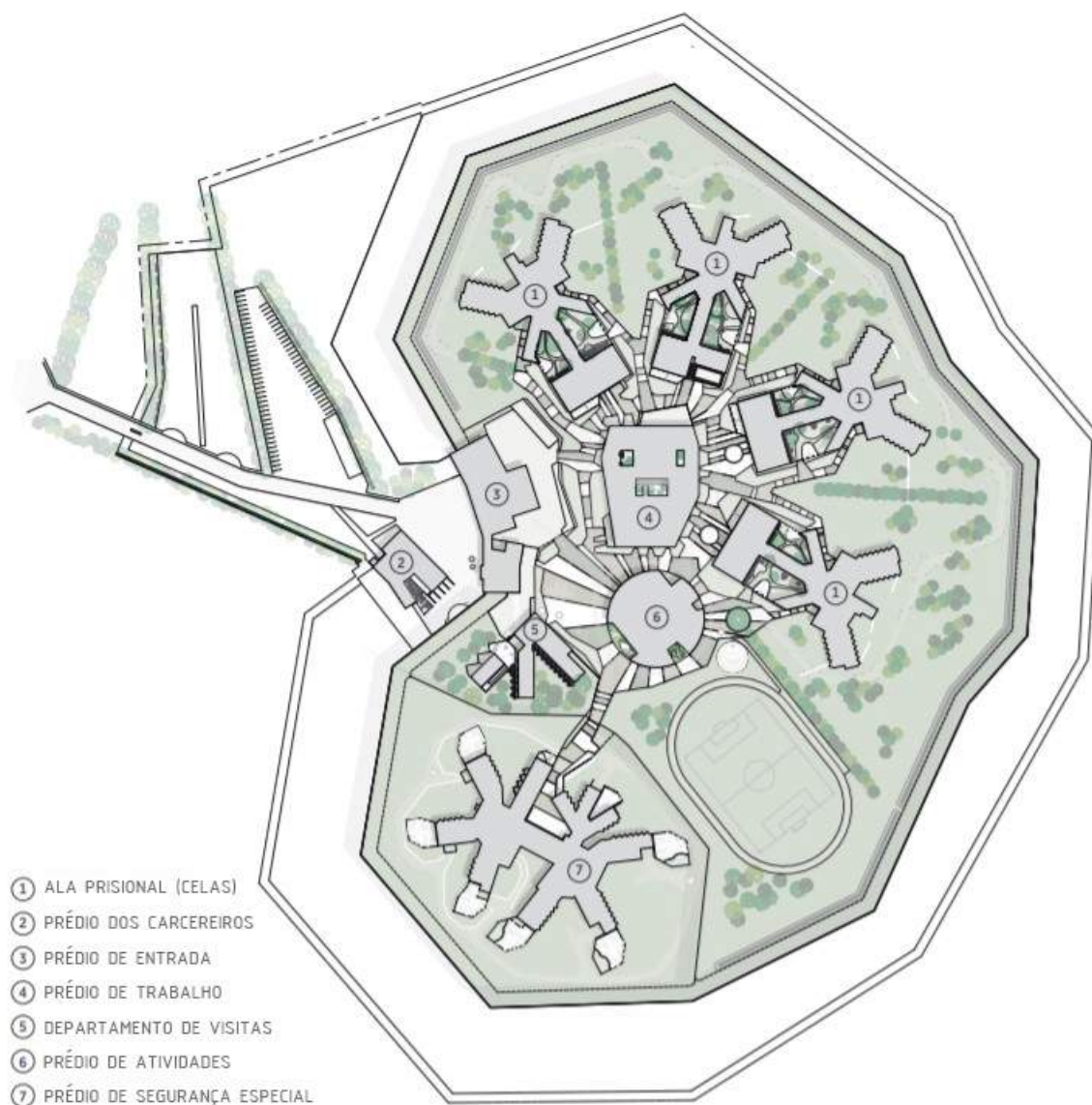
Para tanto, o edifício busca criar uma atmosfera de cidade, com elementos como quadras e ruas, resultando em uma maior proximidade entre o detento e a sociedade livre.

A volumetria do edifício é composta por recuos e avanços e telhados angulados, de forma a minimizar a aparência institucionalizada e criar uma dinamicidade.

A tecnologia construtiva é composta por tijolos claros, concreto e aço galvanizado, materiais duráveis e de pouca manutenção.

Na implantação (Figura 33) é possível observar os edifícios que compõe o conjunto.

Figura 33: Implantação

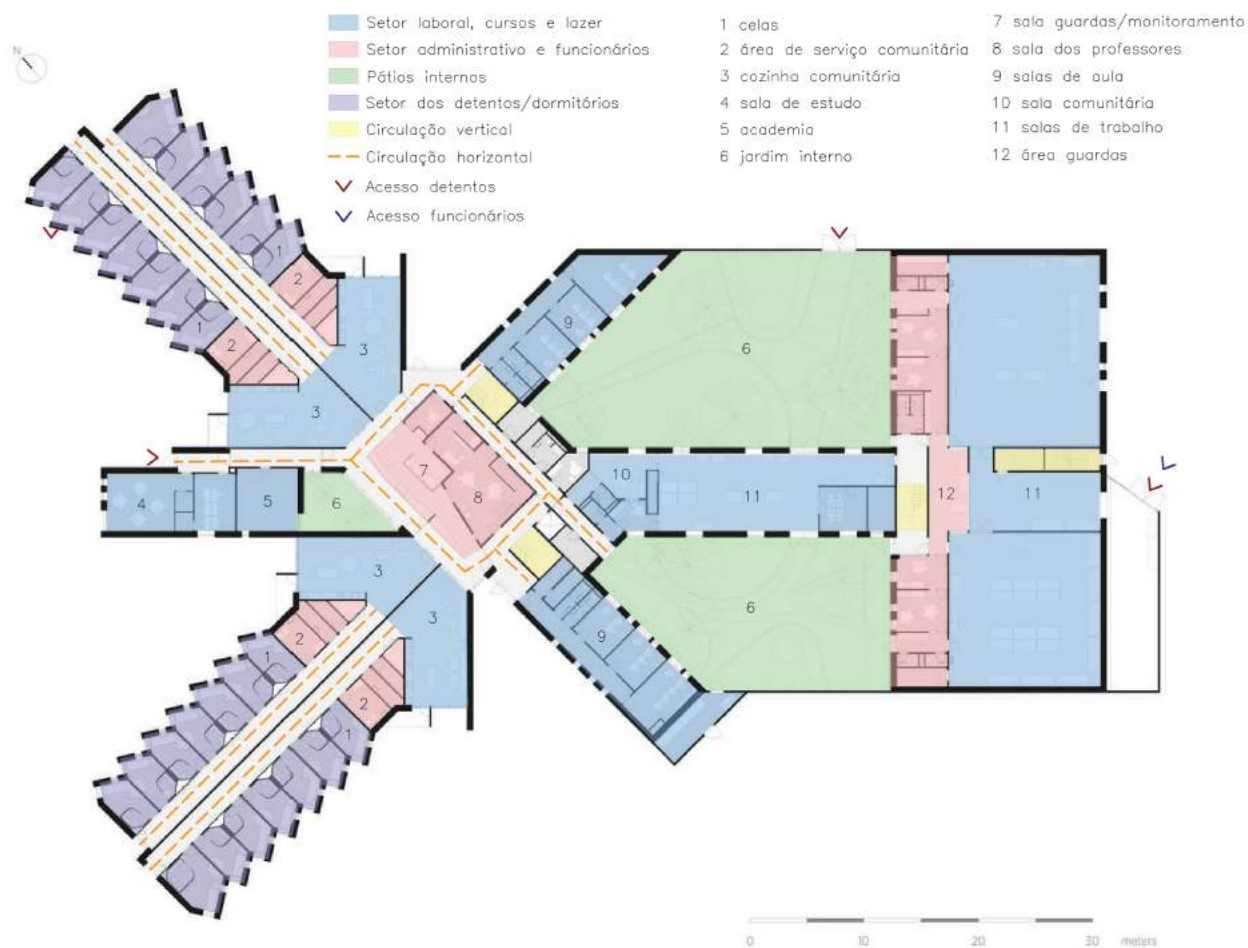


Fonte: Overview press material-storstrøm prison north falster (s/d, p.7).

3.1.1 SETORIZAÇÃO E FLUXOS

A partir da setorização e dos fluxos, é possível observar o funcionamento dos principais prédios da prisão frequentados pelos detentos.

3.1.1.1 ALA PRISIONAL (CELAS)

Figura 34: Planta baixa ala prisional

Fonte: ArchDaily (2018), editado pela autora.

A prisão conta com quatro edifícios prisionais, composta por unidades de quatro a sete celas, todas individuais. As unidades contam com um espaço social de sala de estar e cozinha compartilhadas, onde o próprio preso prepara a sua refeição.

As cores e decorações das áreas sociais buscam uma linguagem que se afaste da esfera institucional. Dentro das celas, as paredes são brancas para que os próprios presos a decorem como quiserem.

Figura 35: Cozinha e sala de estar



Fonte: ArchDaily (2018).

As celas possuem 12,80m² e contam com uma cama, frigobar, TV, mesa, estantes e armários, além da instalação sanitária. Possuem uma angulação que favorece a fiscalização e também previne que os detentos tenham visão de outras celas, prevenindo uma comunicação indesejada e aumentando o conceito de uma vida privada.

Os mobiliários são pensados exclusivamente para esse ambiente, evitando objetos pontiagudos ou que possam ser auto cortantes, protegendo os presos da autoagressão.

Figura 36: Interior da cela



Fonte: ArchDaily (2018)

Cada cela possui duas aberturas, que permitem a entrada de luz natural e uma vista dos arredores, proporcionando aos presos uma maior sensação de liberdade.

3.1.1.2 PRÉDIO DE TRABALHO

Figura 37: Planta baixa prédio de trabalho



Fonte: ArchDaily (2018), editado pela autora.

O prédio de trabalho serve como apoio aos funcionários tanto para alimentação como para trabalho. Para os presos, o prédio possui salas de aula e oficinas, onde ocorrem palestras e workshops que auxiliam na saúde mental e psicológica dos detentos, e também como um preparo para a reinserção na sociedade livre.

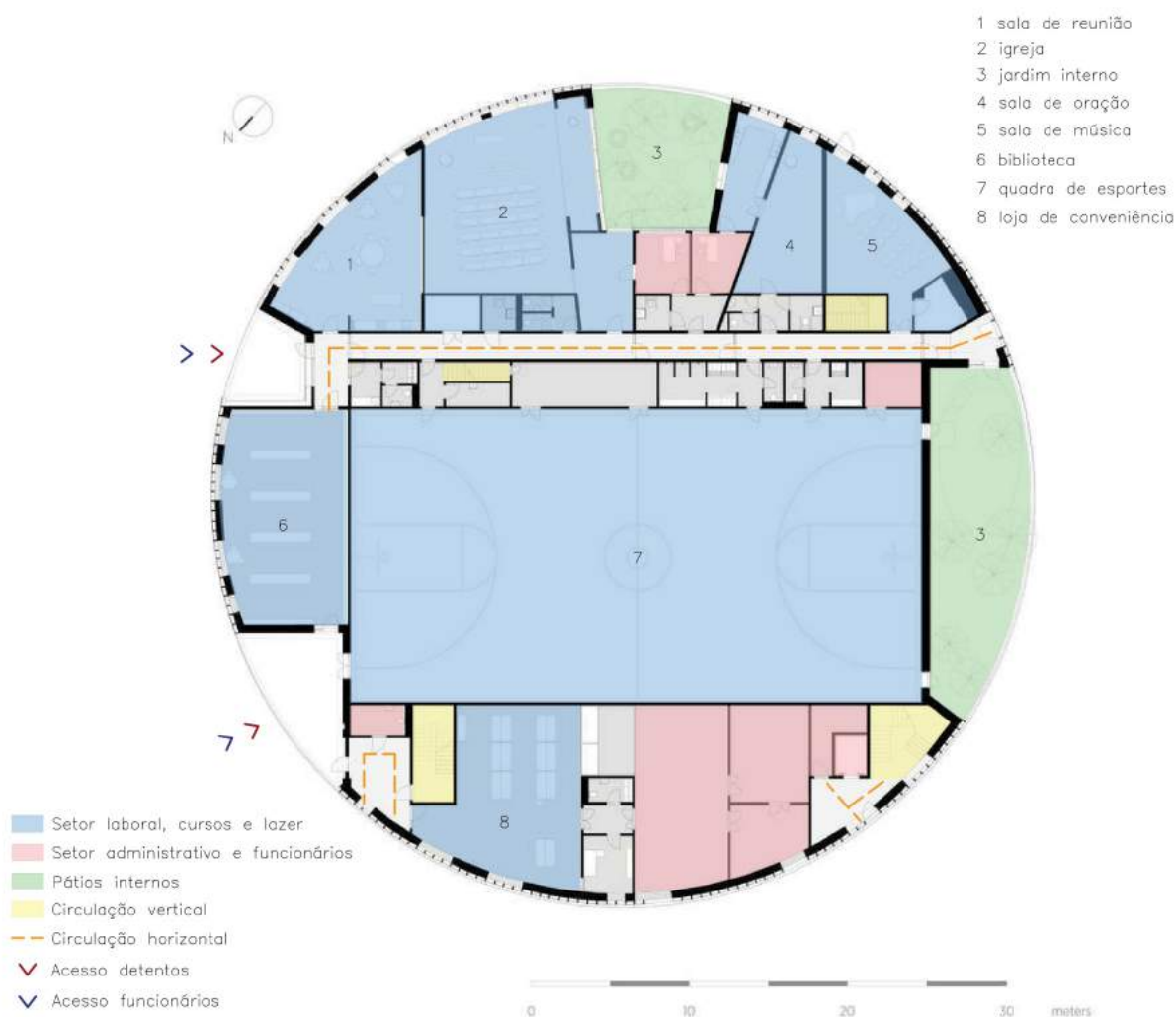
Figura 38: Interior prédio de trabalho



Fonte: ArchDaily (2018)

3.1.1.3 PRÉDIO DE ATIVIDADES

Figura 39: Planta baixa prédio de atividades



Fonte: ArchDaily (2018), editado pela autora.

No prédio de atividades os presos podem realizar seus esportes, exercícios físicos e jogos. O edifício conta com salão de esportes coberto para diversas atividades.

A atividade física possui um impacto bastante positivo para o bem estar físico e mental dos presos, por isso a prisão conta com ambientes internos e externos para realização de exercícios.

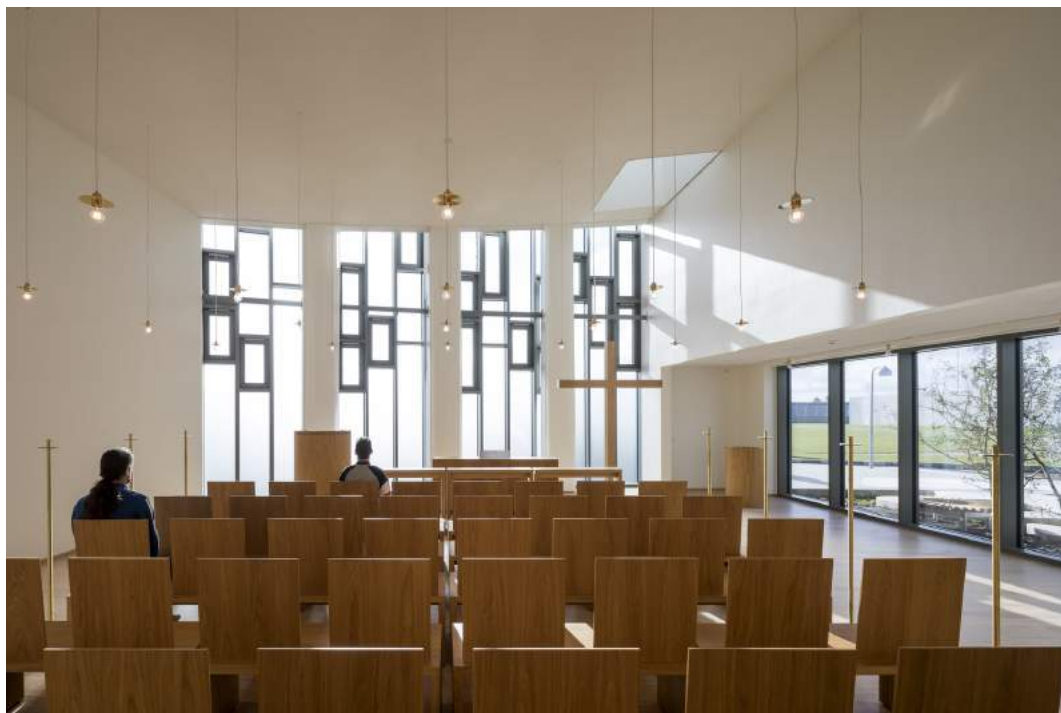
Figura 40: Quadra de esportes coberta



Fonte: ArchDaily (2018).

O prédio de atividades ainda conta com ambientes de oração e cultura, como igreja, sala de oração, sala de música e biblioteca, também importantes para a saúde mental do preso.

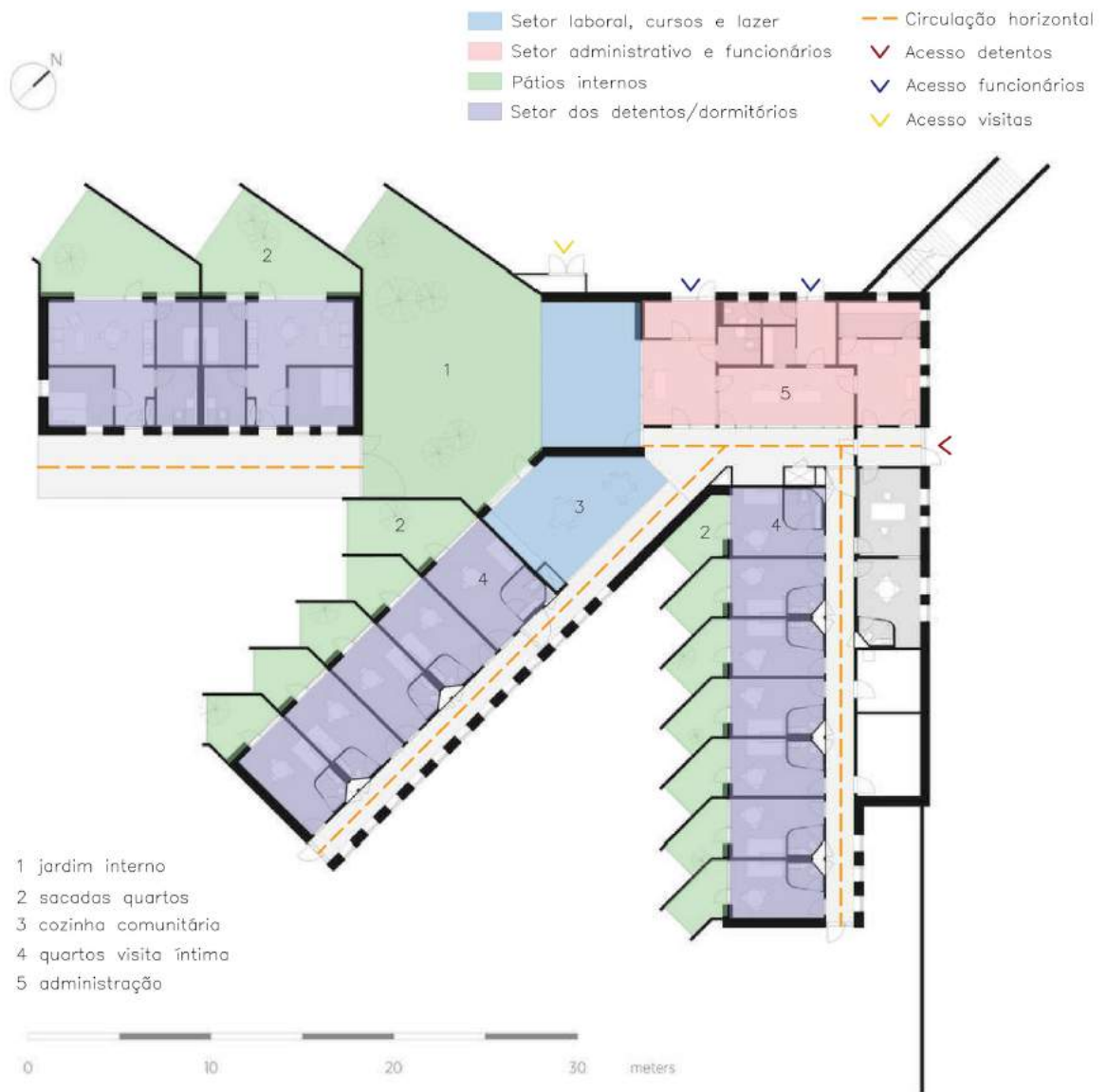
Figura 41: Igreja da prisão



Fonte: ArchDaily (2018).

3.1.1.4 DEPARTAMENTO DE VISITAS

Figura 42: Planta baixa departamento de visitas



Fonte: ArchDaily (2018), editado pela autora.

No departamento de visitas ocorre o encontro do detento com o indivíduo em liberdade. O edifício conta com celas de visita íntima com uma sacada cada, cozinha comunitária, sala de visita e jardim interno.

Figura 43: Parque para visitas infantis



Fonte: ArchDaily (2018)

O volume também conta com um parque infantil e brinquedos para as crianças presentes nas visitas.

3.1.2 ANÁLISE

A prisão Storstrom, apesar de sua grande dimensão, possui o conceito de ressocialização extremamente marcado, de modo que a reincidência seja baixíssima.

Estes objetivos são alcançados a partir da aplicação da arquitetura de forma social e humanitária. A integridade física e psicológica dos presos é a principal vertente para uma ressocialização bem sucedida.

A livre circulação dos presos em seus blocos provoca uma sensação de liberdade, bem como as grandes aberturas e a integração com o meio externo a partir do uso da iluminação e ventilação natural.

Além disso, a estrutura administrativa se integra com os setores frequentados pelos presos, gerando uma boa relação entre as partes.

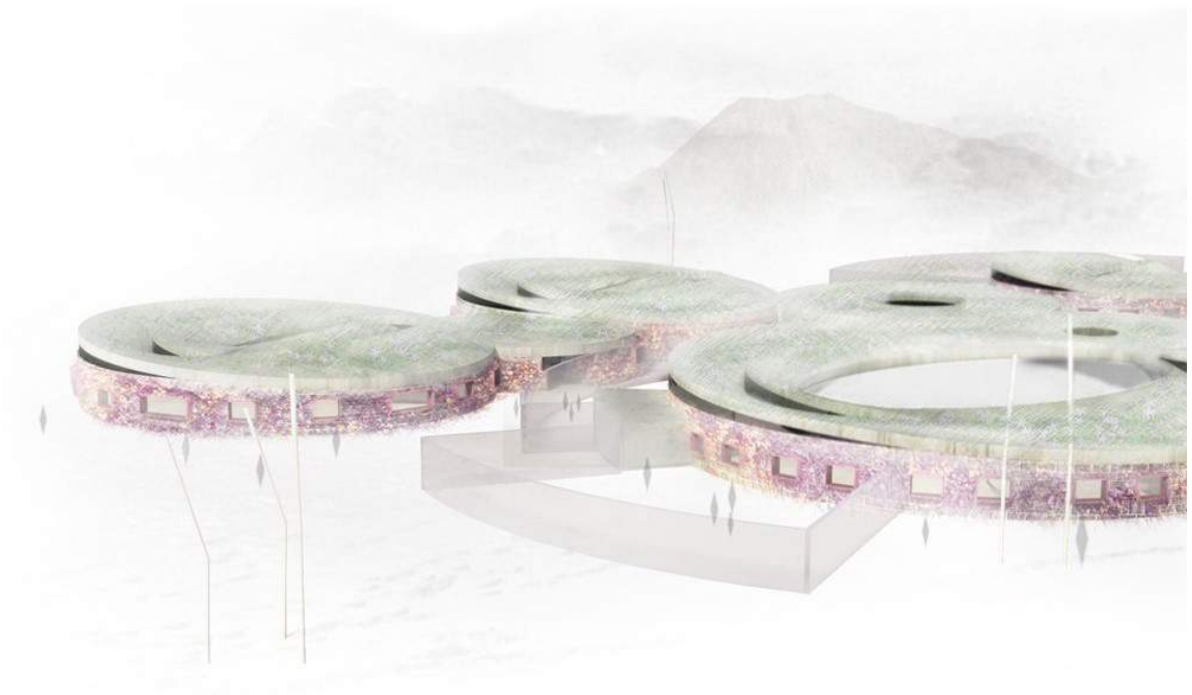
Quanto às atividades, a prisão possui estrutura para diferentes esportes e exercícios físicos, fundamentais para saúde do corpo e da mente.

O edifício também fornece ambientes que exercitam a espiritualidade, muito importante para o psicológico dos presos.

3.2 FEMALE PRISON

A prisão feminina é uma proposta de projeto do OOIIO Arquitetura solicitado em concurso pelo governo da Islândia, para a cidade de Reykjavík, capital do país. O projeto foi idealizado no ano de 2012 e conta com 9.000m² de área (Figura 44).

Figura 44: Female Prison



Fonte: ArchDaily (2012).

A concepção do projeto se deu a partir de uma pesquisa feita com presos e trabalhadores de como são esses edifícios. O resultado foi de que a pior parte dos estabelecimentos correcionais é justamente sentir que se está em um.

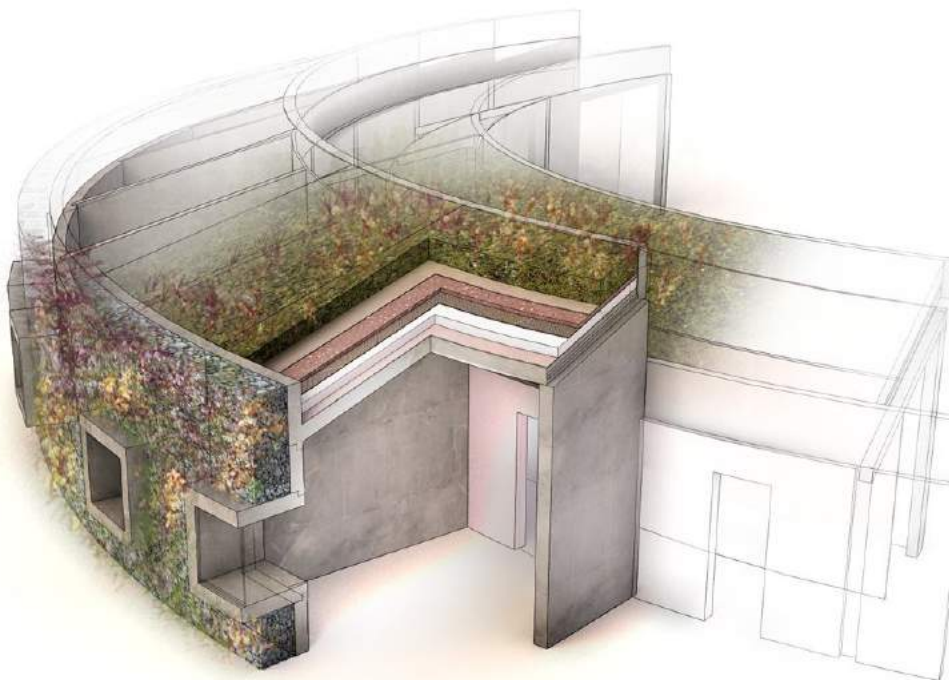
A partir disso, a prisão foi concebida com diversos edifícios menores, cada um com sua função, ao invés de um só, de forma a representar uma aldeia e se aproximar mais da escala vista na sociedade livre.

O uso da luz natural, de espaços abertos e vegetação também afastam o caráter repressivo comum dos estabelecimentos penais.

O desempenho do edifício, com espaços delimitados e funcionando ao mesmo tempo, fez com que o projeto buscasse semelhança com as engrenagens de um relógio, onde todas as peças devem estar posicionadas corretamente para um bom funcionamento e utilidade.

O sistema construtivo se dá a partir de painéis pré-fabricados de concreto, cobertos por uma camada de adubo por meio de uma série de gaiolas de metal, permitindo o crescimento de vegetação e gerando um isolamento térmico ecológico, referenciando as antigas construções islandesas.

Figura 45: Painéis pré-fabricados com vegetação



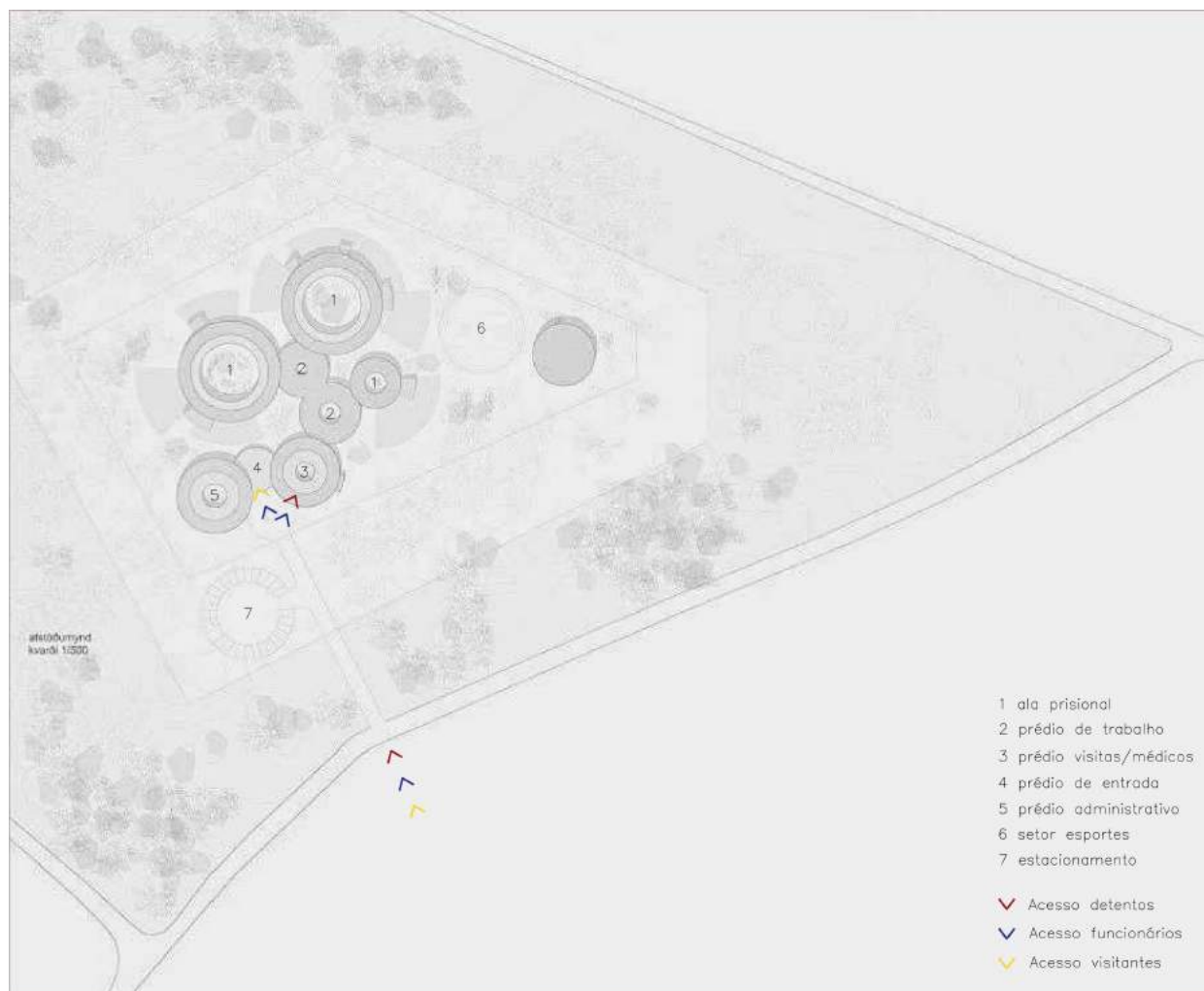
A Figura 46 mostra o estudo de incidência de luz solar, onde, devido a volumetria circular e seus pátios internos, o sol incide em quase todas as faces do edifício, mantendo a temperatura agradável nos invernos rigorosos.

Figura 46: Efeitos da luz solar e do calor geotérmico



Fonte: Javier Urrutia (2012), editado pela autora.

A Figura 47 a seguir, mostra a implantação com um único acesso ao terreno, e dois acessos diferentes aos blocos da prisão.

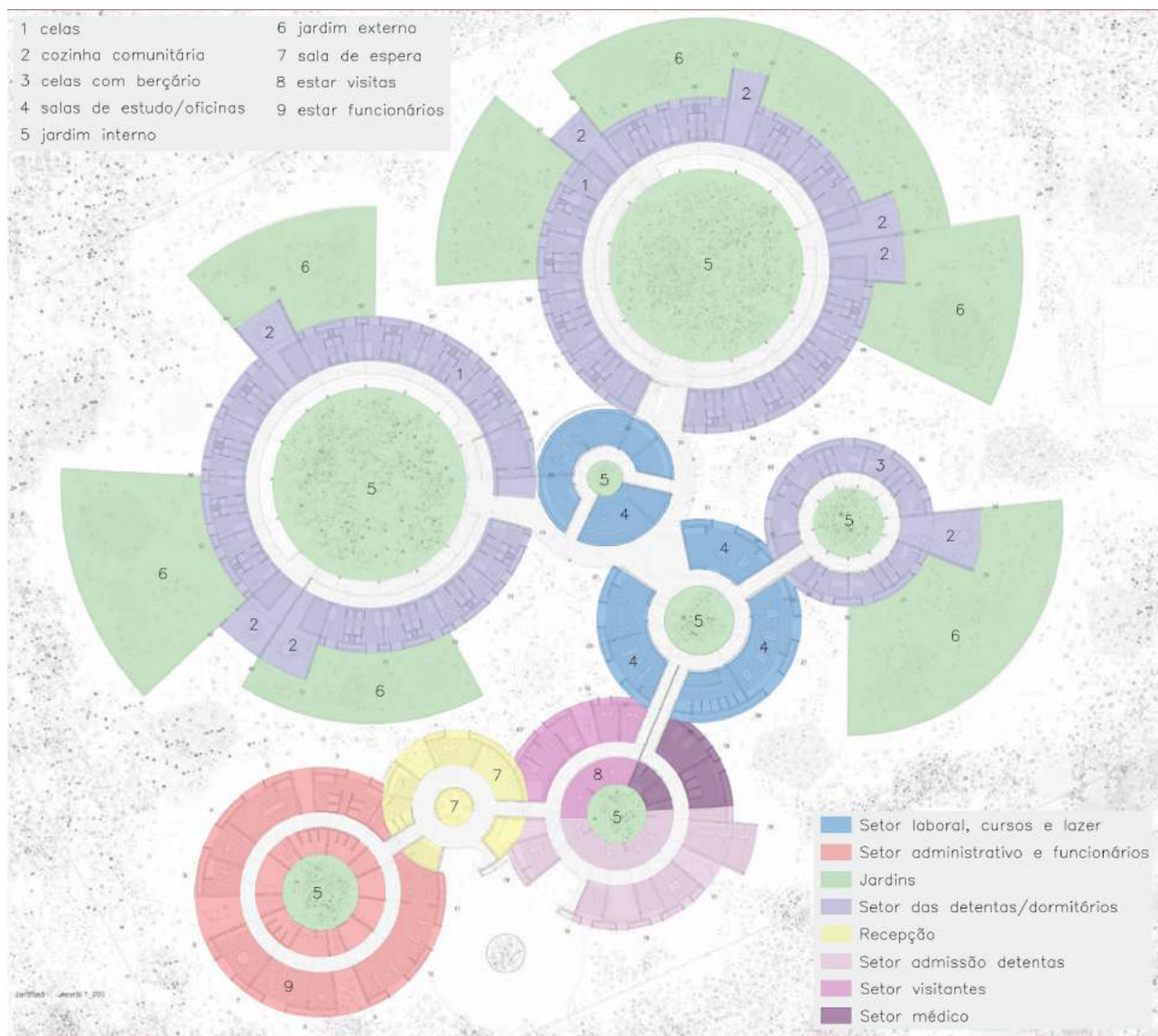
Figura 47: Implantação

Fonte: Javier Urrutia (2012), editado pela autora.

A edificação está centralizada no terreno, e todos os blocos arquitetônicos são no formato circular, reforçando a ideia da engrenagem e do funcionamento em conjunto.

3.2.1 SETORIZAÇÃO E FLUXOS

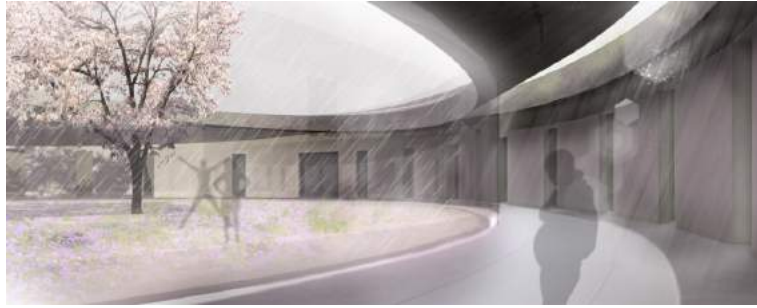
A prisão acolhe três tipos de usuários: os funcionários, as presas e os visitantes. Dessa forma, cada indivíduo possui um edifício específico que pode ser acessado, bem como as circulações em seu interior.

Figura 48: Planta baixa

Fonte: ArchDaily (2012), editado pela autora.

A maioria dos setores é composto por um pátio interno em seu módulo, a fim de proporcionar uma vida menos monótona e mais humana na prisão.

Figura 49: Pátio interno módulo das celas

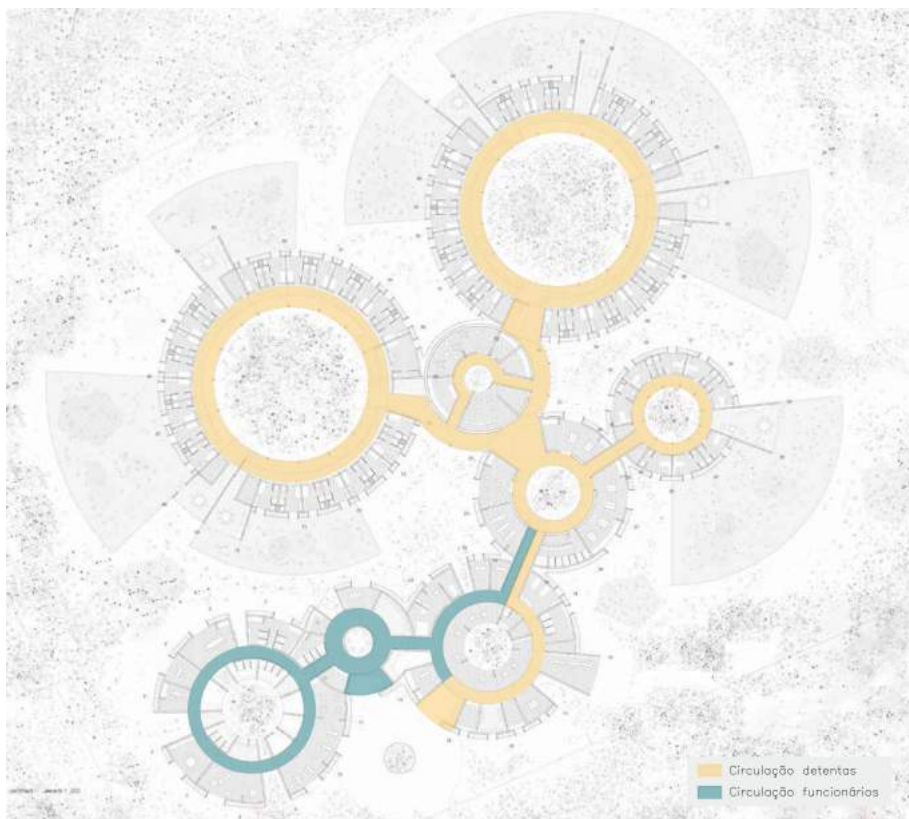


Fonte: ArchDaily (2012).

O setor de celas possui cozinha comunitária para as presas, o que gera uma maior integração entre elas. Além disso, os setores de trabalho e lazer também possuem salas de aula e trabalho em conjunto, aproximando a realidade dentro da prisão do dia a dia da sociedade livre.

A prisão também possui clínica médica em sua estrutura, proporcionando suporte as mulheres, principalmente às grávidas.

Figura 50: Planta baixa com circulações



Fonte: ArchDaily (2012), editado pela autora.

De acordo com a Figura 50, é possível observar que as presas possuem bastante liberdade de circulação, o que diminui a sensação de estar alojado em um estabelecimento correcional.

3.2.2 ANÁLISE

O conceito da Prisão Feminina da Islândia é de aproximação da realidade vivenciada na sociedade livre. O ideal de projeto é que as presas não se sintam dentro de um edifício correcional.

A arquitetura aplicada socialmente na prisão faz com que esses objetivos sejam alcançados de forma simples.

O uso da luz natural dentro do edifício funciona como uma vertente de ligação entre o meio externo, afastando a ideia de isolamento e escuridão existente nas antigas prisões.

Os pátios internos com uso de vegetação também são essenciais para o bem estar das detentas, uma vez que a natureza possui papel fundamental na saúde mental dos seres humanos.

As atividades em conjunto são fundamentais para o bem estar das presas, afastando a ideia de solidão e isolamento. A integração se dá a partir da cozinha, locais de trabalho e setor de esportes compartilhados.

As celas com berçário em um dos blocos da prisão dão suporte para as mães e futuras mães alojadas no estabelecimento.

Quanto ao sistema construtivo, apesar de rápido e limpo, o uso de gaiolas de metal com vegetação para proteção térmica gera uma necessidade de manutenção constante.

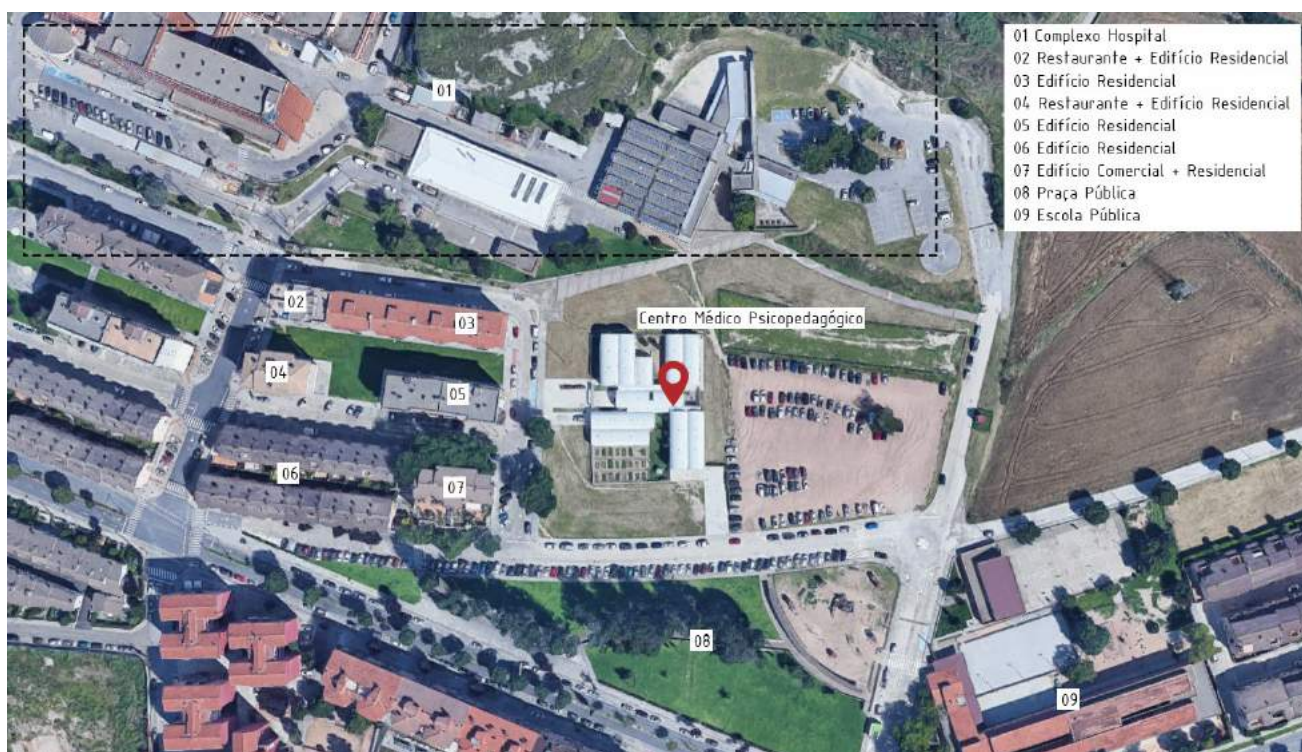
3.3 PSYCHOPEDAGOGICAL MEDICAL CENTER

O Centro Médico Psicopedagógico é um projeto do escritório de arquitetura Comas-Pont arquitectos, localizado na cidade de Vic, na província de Barcelona, na Espanha.

Figura 51: Mapa com localização

Fonte: Google Maps (2021), editado pela autora.

De acordo com o mapa da Figura 51, o Centro Médico Psicopedagógico se encontra em uma região urbana desenvolvida, porém de certa forma nos arredores da cidade, com alguns lotes vazios próximos. Junto ao edifício estão os principais centros de saúde da cidade e também um parque público ao seu redor.

Figura 52: Usos dos lotes

Fonte: Google Maps (2021), editado pela autora.

O Centro Médico Psicopedagógico é um edifício modular, projetado para a reabilitação de pessoas com todo o tipo de deficiência mental. Possui 1.657 m² e foi construído em 2015.

Figura 53: Centro Médico Psicopedagógico



Fonte: ArchDaily (2020).

É considerado um edifício saudável por possuir um sistema construtivo econômico e energeticamente sustentável, além da relação com a natureza.

O estabelecimento é composto por blocos de mesma largura repetidos pelo terreno de forma a propor uma escala menor e mais acolhedora. Se desenvolve basicamente em único pavimento, de modo a facilitar a mobilidade dos usuários.

Seu programa se desenvolve com um pavilhão central agrupando-se com os demais pavilhões com funções determinadas, separados por jardins e pomares e adaptados a topografia original do terreno, conectados por rampas de acesso.

O edifício é composto por apenas um tipo de revestimento na fachada, com suas estufas na fachada sul contrastantes e criando um sistema bioclimático passivo. Internamente, a madeira é o principal material utilizado.

Figura 54: Recepção Centro Médico Psicopedagógico

Fonte: ArchDaily (2020).

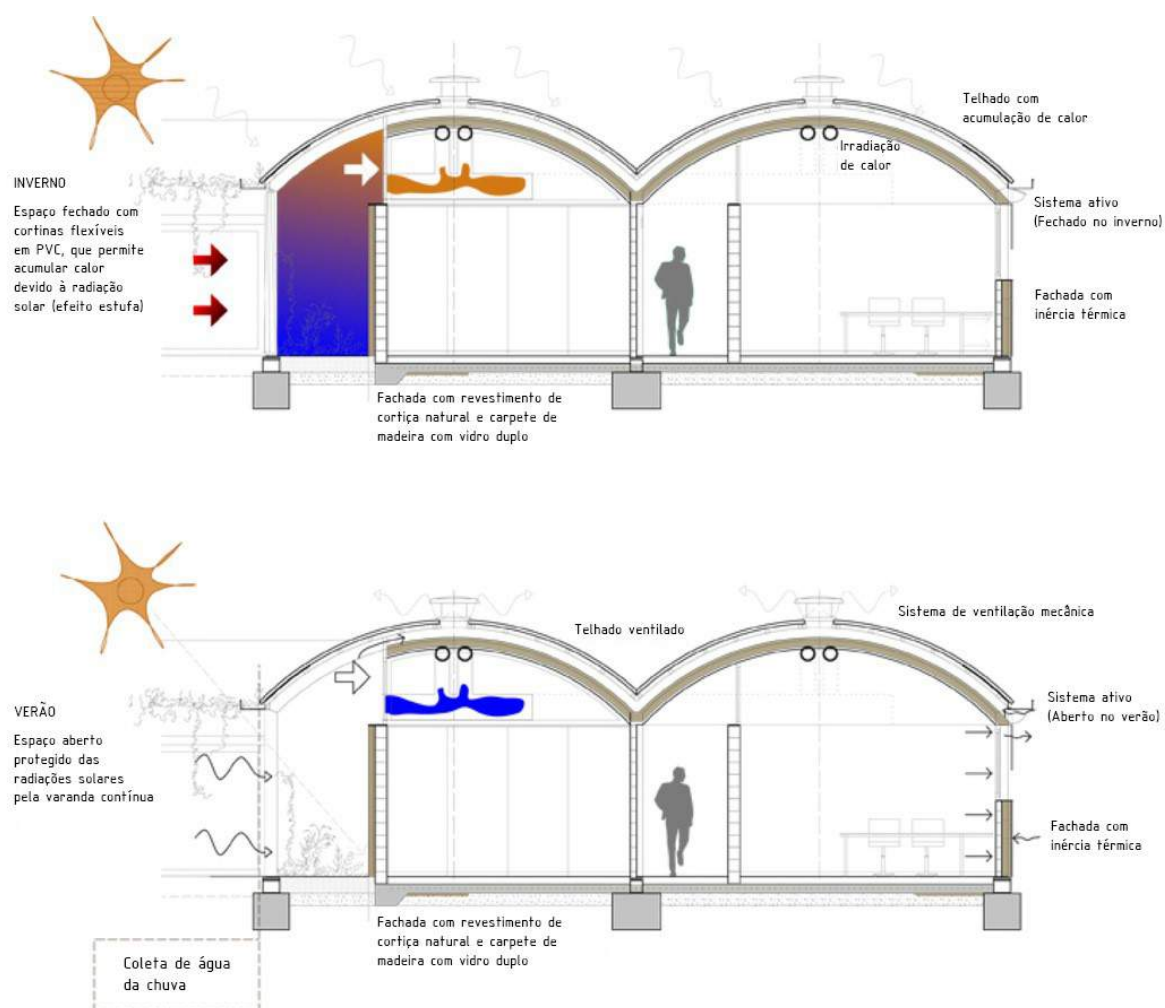
Sobre a estufa há uma cobertura leve e ventilada, que permite a sua abertura e fechamento, dependendo da estação do ano. Há, na fachada sudeste, uma varanda linear que também cumpre a função de estufa.

Figura 55: Fachada com efeito estufa

Fonte: ArchDaily (2020).

Existe nesses espaços, um sistema de fechamento feito de cortinas de PVC, que permanecem fechadas no inverno para o acúmulo de calor e abertas no verão, para a entrada de ventilação. A vegetação existente nesses espaços é mantida pelos próprios pacientes como forma de tratamento de reabilitação.

Figura 56: Esboço do sistema climático



Fonte: ArchDaily (2020), editado pela autora.

O sistema energético do edifício é econômico, permitindo uma adaptação à demanda energética. O Centro Médico se situa na categoria "A" na Certificação Energética, ou seja, a mais eficiente.

3.3.1 SETORIZAÇÃO E FLUXOS

A implantação do edifício (Figura 57) mostra que os acessos tanto para os pacientes, quanto para os visitantes e funcionários se dá pelo módulo central do Centro Médico.

Figura 57: Implantação



Fonte: ArchDaily (2020), editado pela autora.

Além disso, na implantação fica clara a inserção dos módulos na vegetação, pomares e jardins, reforçando a intenção projetual de edifício sustentável.

Na planta baixa do térreo (Figura 58) é possível observar a setorização proposta no projeto e como ela está adaptada de acordo com os módulos construtivos.

Figura 58: Planta baixa térreo

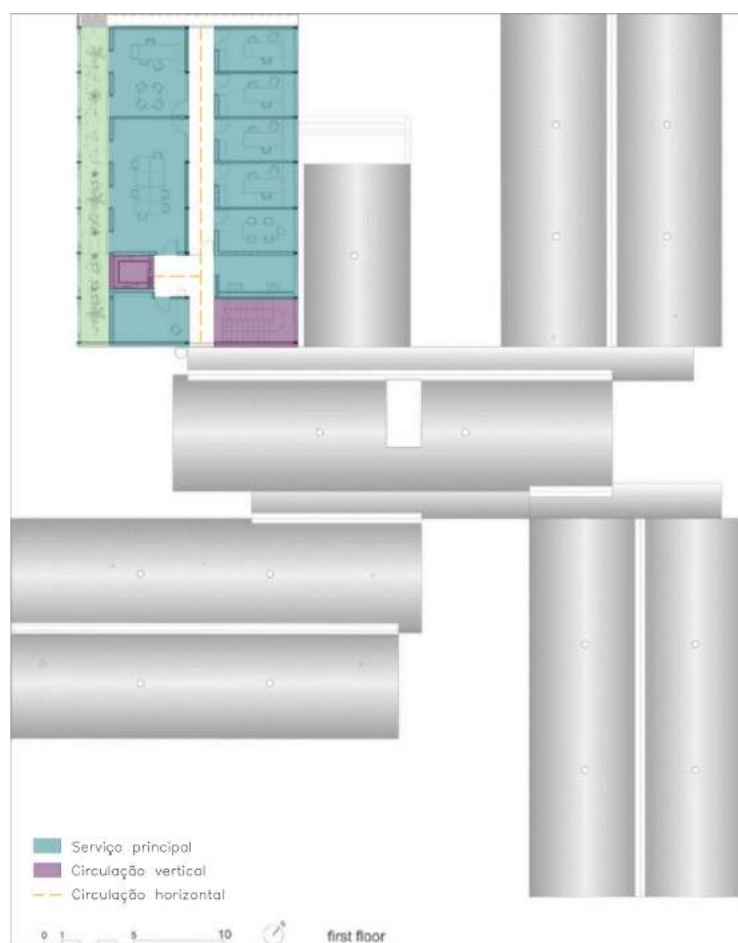


Fonte: ArchDaily (2020), editado pela autora.

Os setores que compõem o edifício médico delimitam a circulação e o público a quem aquele módulo se dedica.

Todos os setores se desenvolvem a partir do módulo central de acesso, e são todos acessados por rampas, de modo a manter a topografia o mais original possível e vencer esses desníveis com acessibilidade.

No primeiro pavimento, o único setor é o de serviços principais (Figura 59). Ou seja, a parte central e de administração do Centro Médico.

Figura 59: Planta baixa primeiro pavimento

Fonte: ArchDaily (2020), editado pela autora.

Esse módulo é o único que possui escada e elevador como circulação vertical, o restante dos pavimentos são todos acessados por rampas.

3.3.2 ANÁLISE

O Centro Médico Psicopedagógico, apesar de não possuir ligação direta com o projeto a ser desenvolvido nesse trabalho, é proveitoso.

O desenvolvimento do edifício em módulos, a fim de gerar um ambiente mais acolhedor e recuperador para os doentes, é também uma vertente a ser utilizada nas instituições correcionais. Uma escala menor, gera uma proximidade aos ambientes da sociedade livre, e consequentemente uma sensação de se estar nela.

O edifício separado em setores, conforme sua utilização e acessos, faz com que ele seja melhor compreendido e delimitado aos usuários.

A luz e ventilação natural contribuindo para recuperação do indivíduo, bem como os jardins e pomares cuidados pelos próprios usuários, gera uma relação com os aspectos a serem explorados na reinserção das presas.

A sustentabilidade do edifício é de referência projetual. Além do uso de luz e ventilação natural já citados, o Centro Médico possui atributos aplicáveis ao projeto a ser desenvolvido.

Entre eles, a modificação mínima da topografia, mantendo ao máximo o perfil natural do terreno, consequentemente gerando menos resíduo.

Além disso, o uso de vegetação por toda a extensão do terreno gera uma atmosfera agradável contribuindo para os dias muito quentes.

Quanto a eficiência energética do Centro Médico, essa é alcançada com a economia de água através da captação da chuva e o uso de placas solares como forma de economia de energia, características a serem aplicadas no edifício penitenciário.

3.4 QUADRO SÍNTESE

A tabela abaixo (Figura 60) uniu os principais aspectos analisados das três obras apresentadas nesse capítulo. A síntese reúne a metragem quadrada dos projetos, os pontos positivos e negativos, e as contribuições para o projeto a ser desenvolvido.

Figura 60: Quadro síntese obras correlatadas

	Projeto		
	Storstrøm Prison	Female Prison	Esychopedagogical Medical Center
Área	32.000 m ²	9.000 m ²	1.657 m ²
Pontos Positivos	<ul style="list-style-type: none"> - conceito de ressocialização extremamente marcado; - livre circulação dos presos em seus blocos; - integração com o meio externo a partir das grandes aberturas; - uso de iluminação e ventilação natural; - integração entre presos e funcionários; - setor de esportes variado; - ambientes espirituais. 	<ul style="list-style-type: none"> - aproximação da realidade vivenciada na sociedade livre; - uso de iluminação natural; - uso de vegetação nos pátios internos; - atividades das presas em conjunto; - celas com berçário. 	<ul style="list-style-type: none"> - edifício em módulos, gerando ambiente mais acolhedor; - setorização marcada, facilitando o funcionamento do edifício; - luz e ventilação natural; - cuidados de pomares e jardins como forma de reabilitação; - modificação mínima da topografia; - captação de água da chuva; - uso de energia solar.
Pontos Negativos	- o projeto não possui pontos negativos.	- uso de vegetação nas paredes externas do edifício, gerando manutenção.	- o projeto não possui pontos negativos.
Contribuições para o projeto	<ul style="list-style-type: none"> - ambientes de trabalho e incentivo de atividades que promovem a ressocialização; - utilização de iluminação e ventilação natural; - integração com o meio externo. 	<ul style="list-style-type: none"> - uso de vegetação nos pátios internos; - atividades em conjunto; - ala de berçário e apoio às mães e filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - prisão construída em módulos; - cuidados de pomares e atividades externas como forma de reabilitação e remissão de pena; - modificação mínima da topografia; - captação de água da chuva; - uso de energia solar.

Fonte: elaborado pela autora (2021).

4 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

No presente capítulo, será abordado o contexto da problemática inserida na realidade local. Além da explicação de sua inserção em Londrina, o capítulo abrange de forma breve o histórico dos estabelecimentos penais na cidade.

Depois, foi abordada a realidade de Londrina e região a partir de pesquisas e entrevistas com gestores das cidades próximas.

O capítulo também apresenta o programa de necessidades e um pré-dimensionamento com as áreas mínimas de cada ambiente e módulos exigidos pelas Diretrizes Básicas da arquitetura penal, fornecido pelo Ministério da Justiça (2011).

A análise e escolha do terreno também são apresentados nesse capítulo, baseado nas diretrizes citadas, no perfil das mulheres presas, e na estrutura existente no local.

4.1 A PROBLEMÁTICA NA CIDADE DE LONDRINA

O projeto a ser desenvolvido será localizado na cidade de Londrina, no Paraná. Sua população estimada de 575.377 habitantes torna Londrina a segunda cidade mais populosa do estado e a 38^a do país.

Londrina funciona como eixo de ligação entre as regiões sul e sudeste, por estar localizada no norte pioneiro do estado. A cidade se encontra em constante desenvolvimento, se tornando um grande centro urbano, econômico, industrial, financeiro, administrativo e cultural.

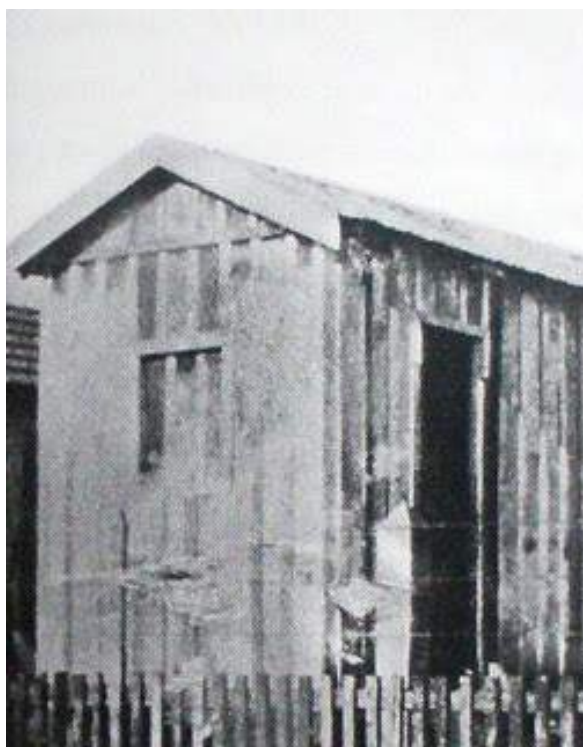
Londrina foi instituída em 1934 após 5 anos da primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná, em 1929. A companhia separou os terrenos colonizados em pequenos lotes, de forma a impulsionar a economia local.

Simultaneamente ao desenvolvimento da cidade, os estabelecimentos penais também foram surgindo e evoluindo, como forma de ordem.

Em 1938 foi inaugurada a primeira cadeia pública de Londrina. O jornalista Humberto Puiggari Coutinho, a descreve como uma "casinha fechada, sem janelas, de dois metros de altura, três de comprimento e um e meio de largura, dividida em dois compartimentos, coberta de zinco. Naquilo, que chega a ser menos que uma jaula, sem ar, sem luz, sem aparelho sanitário, sem água, sobre pressão de um ar pestilento, sufocante, cruel, se enjaulam não um, mas vários representantes da espécie humana."

Esta casinha mudava de lugar conforme determinado tempo, carregada pelos ombros dos trabalhadores.

Figura 61: Primeira cadeia pública de Londrina



Fonte: Londrina histórica (2011).

No ano de 1939, foi construída uma nova cadeia pública para a cidade, também de madeira, sujeita a fácil fuga e incêndios. Em 1941, foi feita uma nova cadeia, desta vez em alvenaria, no mesmo terreno, localizado na rua Sergipe. O edifício era um dos primeiros vistos quando o trem adentrava a cidade pela antiga ferrovia.

Figura 62: Segunda cadeia de Londrina



Fonte: Roberto Brasileiro (1993).

Nos anos de 1945 e 1953, o prédio passou por uma ampliação e reforma, respectivamente.

Em 1963, o edifício passou por uma nova ampliação, a fim de acomodar 60 detentos (e não presidiários). Em 1980, a cadeia atingiu a superlotação de 200 homens em 24 pequenas celas em condições totalmente desumanas, com instalações precárias, corredores estreitos e escuros, sem refeitório e cozinha (Pellegrini, 2014).

Figura 63: Cadeião Londrina



Fonte: Domingos Pellegrini (2014, p.32).

Em 1993, com a construção da Penitenciária Estadual de Londrina, os presos do cadeia foram transferidos, e o prédio serviu como depósito de objetos encontrados pela polícia. Houve tentativa de demolição do edifício, e por anos o desejo de mudança do uso do local, que em 2014 se tornou o Sesc Cadeião Cultural.

No ano de 2001, foi inaugurada a Casa de Custódia de Londrina. Destinado a presos provisórios do sexo masculino, o estabelecimento conta com 288 vagas e 72 celas.

Figura 64: Casa de Custódia de Londrina



Fonte: Tarobá News (2019).

Em 2007 foi inaugurada a PEL-II, Penitenciária Estadual de Londrina II, com capacidade para 928 presos do sexo masculino. A estrutura conta com 144 celas coletivas, 96 celas individuais, 12 solitárias, 5 salas de aula, 6 oficinas, 12 quartos para visita íntima, consultório médico e odontológico, e enfermaria.

Durante esse período, as mulheres privadas de liberdade eram alocadas onde havia espaço.

Somente no ano de 2020 foi inaugurada a Cadeia Pública Feminina de Londrina, um espaço único para custódia apenas de mulheres. O espaço era utilizado como 3º Distrito Policial, e já abrigava algumas presas. Foi passado por uma reforma, onde

a ala antiga (Figura 65) permaneceu e novas celas (Figura 66) foram construídas.

Figura 65: Setor antigo da Cadeia Pública Feminina de Londrina



Fonte: autora (15/03/2021).

Figura 66: Novo setor da Cadeia Pública Feminina de Londrina



Fonte: autora (15/03/2021).

Segundo a gestora da cadeia de Londrina, o espaço tem capacidade para 169 mulheres, e abriga 168. É importante frisar que, de acordo com uma das agentes da cadeia, essa capacidade é alcançada a partir da acomodação de duas a três mulheres em uma mesma cama.

Figura 67: Interior cela antiga da Cadeia Pública Feminina de Londrina



Fonte: autora (15/03/2021).

A estrutura da cadeia é definida, basicamente, pelas celas, pátios de sol, escola, igreja, consultório médico, espaço de trabalho (que conta com 10 vagas), e pela parte administrativa. De acordo com a gestora da cadeia, o dia a dia das presas é resumido basicamente em cubículo e pátio de sol e a maior problemática no estabelecimento é a falta de espaços laborais e de uma lavanderia.

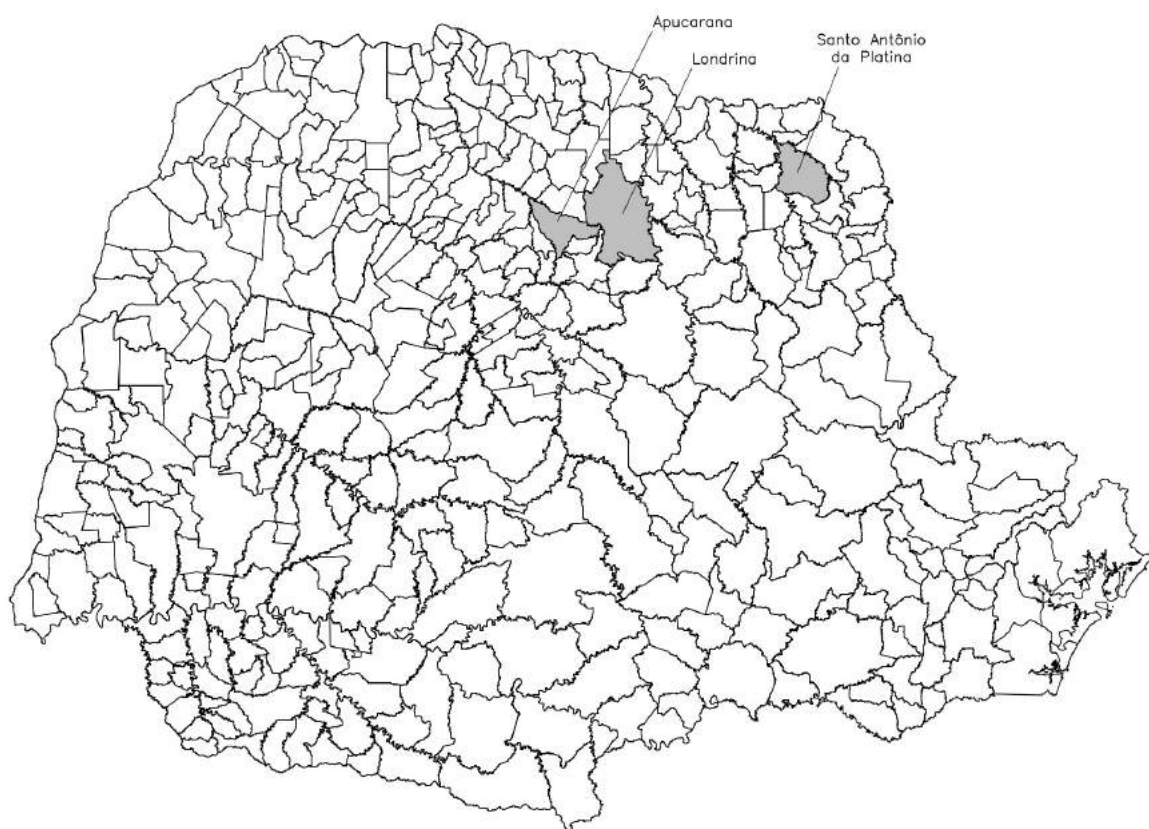
O estabelecimento é um dos únicos da região destinado exclusivamente a mulheres. Santo Antônio da Platina também

conta com uma cadeia feminina, e na cidade de Apucarana, o mini presídio é misto, conta a gestora.

Na cadeia de Santo Antônio da Platina, em 2020, segundo a Tribuna do Vale, o número de presas era de 67, para uma capacidade de 80.

Em Apucarana, de acordo com o gestor do mini presídio, o número de camas existentes no estabelecimento é de 18, com uma lotação de 34 mulheres.

Figura 68: Mapa do Paraná com cidades da região que possuem encarceramento feminino



Fonte: autora (2021).

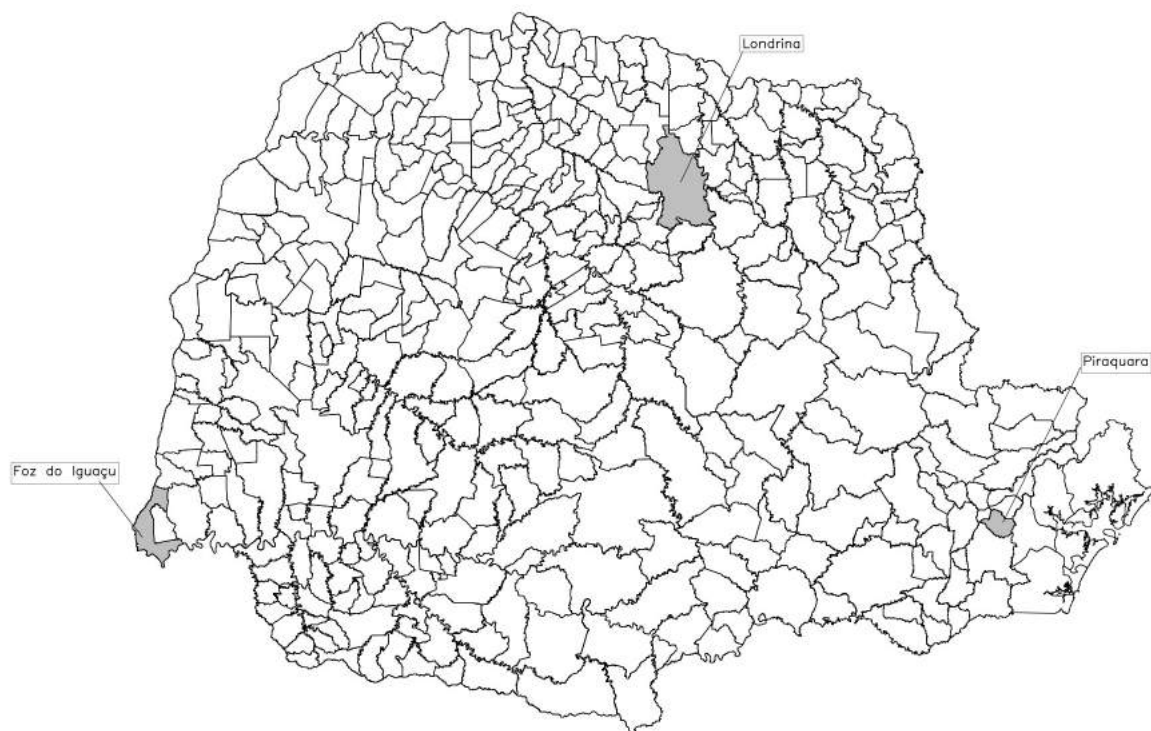
Apesar do uso da Cadeia Pública Feminina de Londrina ser dedicado para presas provisórias, a maioria das mulheres encarceradas já estão em regime de cumprimento de pena. Segundo a gestora, as presas cumprem a pena na cidade devido a priorização da proximidade a família.

Os estabelecimentos destinados a esse tipo de regime são as penitenciárias, onde há maior estrutura de acomodação, e também de espaços para remição de pena e ressocialização das presas.

No Paraná, existem apenas duas penitenciárias destinadas as mulheres, a Penitenciária Feminina do Paraná, localizada em Piraquara; e o Centro de Reintegração Feminino, em Foz do Iguaçu. A cidade de Piraquara fica a 426,8km de Londrina, enquanto Foz do Iguaçu se localiza a 508,4km da cidade.

De acordo com o mapa (Figura 69), é possível observar que Londrina é basicamente o ponto médio entre as duas cidades, como forma de suprir e intermediar as necessidades existentes entre essas duas penitenciárias.

Figura 69: Mapa do Paraná com cidades das penitenciárias destacadas

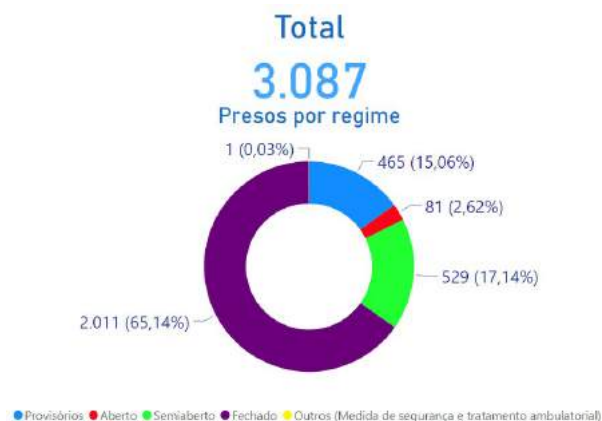


Fonte: autora (2021).

4.2 PERFIL DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional, e a partir do INFOPEN de julho a dezembro de 2019, a cidade de Londrina possuía 3.087 presos em diferentes regimes, e desses, 103 seriam mulheres.

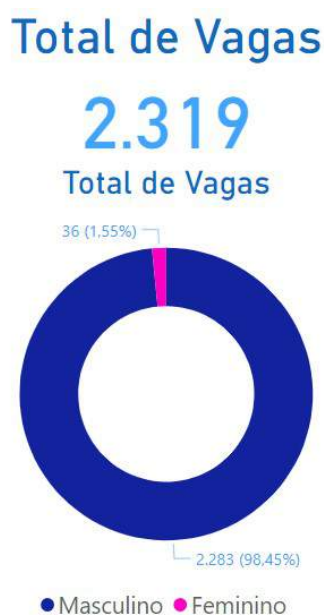
Figura 70: Presos por tipo de regime em Londrina



Fonte: DEPEN (2019).

Apesar desse número, a realidade de vagas em 2019 era bem diferente, resultando em uma superlotação nos estabelecimentos de ambos os gêneros (Figura 71).

Figura 71: Vagas disponíveis nos estabelecimentos penais em Londrina



Fonte: DEPEN (2019).

Em março de 2021, conforme citado, segundo a gestora da Cadeia Pública Feminina de Londrina, a ocupação da cadeia é de 168 mulheres, onde, de acordo com a agente, a maioria (entre 60%) das mulheres cumprem pena em regime fechado.

Os dados informados por essas profissionais, apresentam o perfil dessas presas. Segundo elas, a média de idade é de 18 a 30 anos. A maioria possuía moradia nas periferias da cidade, com classe média a baixa. A maior parte dessas mulheres já é mãe, e com mais de um filho.

De acordo com as informações também cedidas por uma das agentes, a cadeia abriga uma mulher grávida de 8 meses, que permanece no local por espera de vaga na Penitenciária Feminina de Piraquara. Esta mulher, por crimes de grande dano, está em cela separada, porém com outras mulheres que também cometeram crimes deste cunho.

4.3 ESCOLHA DO TERRENO

Para a escolha do terreno, os princípios norteadores foram as normas estabelecidas pelo Ministério da Justiça (2011), bem como o número de vagas, a localização da moradia das presas e a localização dos estabelecimentos penais. Além disso, foi analisado um possível potencial de desenvolvimento de estrutura física e de serviços nos arredores.

Quanto ao número de presas, conforme os dados apresentados anteriormente, a capacidade mínima de vagas, para abrigar as presas que já estão em cumprimento de pena em Londrina, seria de 101 vagas.

Considerando o número de presas de Apucarana (34) e Santo Antônio da Platina (67), que poderiam ser encaminhadas para a penitenciária, o número total seria de 202 presas (101+34+67). Ou seja, esse deve ser o número mínimo de vagas.

No entanto, levando em consideração o crescente número de aprisionamento de mulheres, se faz necessário um número maior de vagas, como forma de reserva.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, a Penitenciária Feminina do Paraná em Piraquara, possui capacidade para 406 presas, enquanto o Centro de Reintegração Feminino, em Foz do Iguaçu conta com 248 vagas.

Baseado nesses dados, a Penitenciária a ser projetada contará com 360 vagas para o encarceramento de mulheres.

O Ministério da Justiça, nas Diretrizes Básicas para arquitetura penal de 2011, recomenda:

compreender a área total do estabelecimento penal a ser construído entre os limites de 12,00 a 60,00m² de área construída por pessoa presa (inclusive pátios de sol descobertos) e a área total de terreno entre os limites de 16,00 e 100,00 m² de área de terreno por pessoa presa, como forma de fixar a taxa de ocupação.

Portanto, dessa forma, o estabelecimento deve ter entre 4.3200m² e 21.600m² de construção, em um terreno de 5.760m² a 36.000m².

Em relação à localização dos estabelecimentos penais, o mapa a seguir (Figura 72) demarca todos os existentes na cidade de Londrina.

Figura 72: Mapa dos estabelecimentos penais de Londrina.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

De acordo com o mapa, os estabelecimentos responsáveis pelo alojamento de presos em regime fechado (Penitenciárias e Casa de Custódia) ficam, em sua maioria, nas partes mais periféricas da cidade. Deste modo, coincide não somente com as orientações do Ministério da Justiça (2011) quanto ao local de implantação, mas também com a antiga moradia das detentas alojadas hoje na carceragem feminina.

Considerando que a Penitenciária não apenas assistiria a Londrina, mas sim a região, a rota de circulação dos possíveis

visitantes se dariam, em sua maioria através das rodovias que interligam as demais cidades a Londrina (Figura 73).

Figura 73: Mapa das principais rodovias que cruzam a cidade de Londrina.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Sendo assim, o terreno escolhido se encontra na PR-218, ou Rodovia João Alves da Rocha Loures, próximo aos estabelecimentos penais de regime fechado da cidade, e também em local de fácil acesso.

Figura 74: Localização do terreno em relação aos estabelecimentos penais

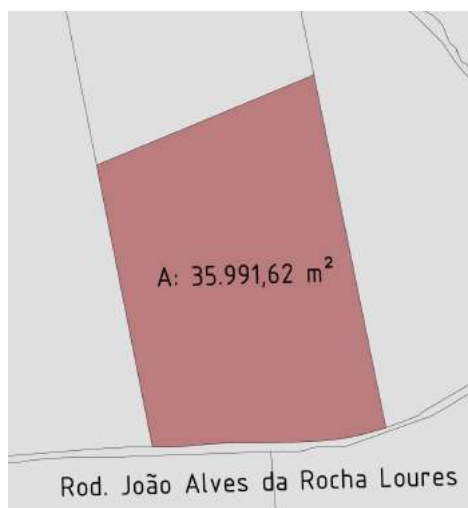


Fonte: SIGLON, editado pela autora.

4.4 ESTUDO DE VIABILIDADE

O terreno utilizado para o exercício de projeto do TFG está indicado pelo polígono vermelho. O espaço é proveniente do parcelamento do solo de um terreno com dimensões maiores. Ele está localizado Rodovia João Alves da Rocha Loures, facilitando o acesso de outras cidades à edificação.

Figura 75: Indicação do terreno



Fonte: SIGLON, editado pela autora.

O terreno obtido a partir do parcelamento possui 35.991,62m². A face frontal possui 166,35m, enquanto a dos fundos possui 162,30m e a leste e oeste, 247,00m e 196,90m, respectivamente.

Figura 76: Foto do terreno



Fonte: Google Maps (2021).

Seu acesso se dá unicamente pela PR-218, classificada como uma via arterial, onde a maioria do fluxo é de passagem e de grandes deslocamentos.

Figura 77: Mapa com análise gráfica do terreno



Fonte: elaborado pela autora (2021).

No mapa (Figura 78), é possível observar a facilidade de locomoção até o terreno, tanto pela existência de pontos de transporte público quanto pelo duplo sentido da via.

Figura 78: Pontos transporte público



Fonte: Google Maps (2021).

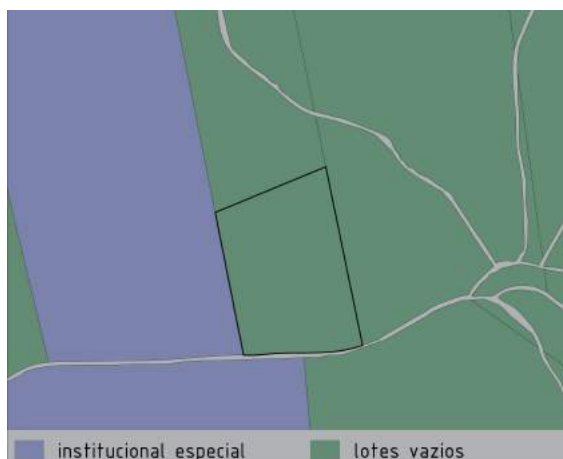
Ainda em análise do mapa, é possível observar que o terreno conta com 18 metros de desnível ao todo, com maior acentuação na parte nordeste.

Quanto ao zoneamento do terreno, esse está localizado em uma área rural de expansão urbana, portanto não possui parâmetros urbanísticos pré-definidos.

A edificação penitenciária se enquadra como uso institucional especial, portanto, faz parte da Zona Especial, com finalidade e usos específicos. Neste caso, o projeto a ser desenvolvido é objeto de estudo para o Poder Público Municipal.

O entorno do terreno é bastante homogêneo. Os lotes que o circundam, são, em sua maioria, lotes vazios, com bastante vegetação e áreas verdes.

Figura 79: Mapa de usos do entorno



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os lotes próximos em uso, coincidem com o uso a ser aplicado no terreno, ou seja, uso institucional, sendo ocupado pela Casa de Custódia de Londrina e pela Penitenciária Estadual de Londrina.

5 DIRETRIZES DE PROJETO

O presente capítulo trata do projeto arquitetônico em si, embasado em todos os estudos e constatações feitas nos capítulos antecedentes. Nele será abordado o processo de concepção projetual a partir do conceito e partido, resultando em definições espaciais, estética formal e características funcionais.

5.1 CONCEITO

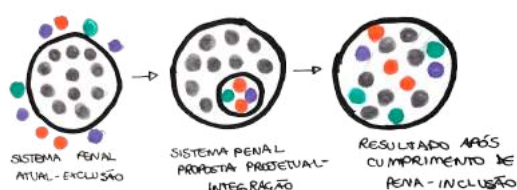
O sistema penitenciário no Brasil se mostra cada vez mais precário e ineficiente. O isolamento da população carcerária torna os infratores alienados e fora da realidade da sociedade, gerando uma maior dificuldade de reintegração e reinserção dos indivíduos, de forma que a reincidência se mantenha sempre alta.

No caso das mulheres, essa realidade se aplica não somente as infratoras, mas também aos seus filhos, gerando um rompimento maternal absoluto, principalmente pela falta de suporte dos estabelecimentos penais.

A falta de infraestrutura e disciplina nas penitenciárias resulta em uma rotina preguiçosa e ociosa para as mulheres, sem acesso a atividades educacionais, esportivas e artesanais, repercutindo no futuro, com falta de oportunidades e recaídas à vida criminal.

O projeto busca transformar o cenário de prisão e punição do sistema carcerário atual, em um local de reconstrução de personalidade, com condições dignas de habitação, uma rotina disciplinar, com atividades e convivência familiar.

Figura 80: Esquema conceito



Fonte: elaborado pela autora (2021).

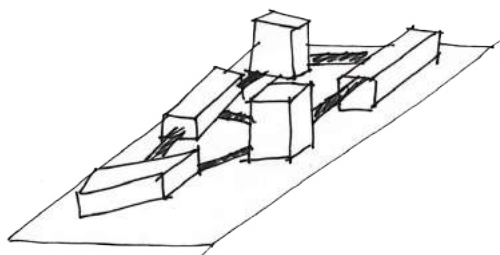
Logo, o conceito da proposta planeja uma integração social entre as presas, de forma a criar uma atmosfera de cidade e de comunidade, diminuindo a sensação de que se está fora da sociedade e de sua antiga realidade urbana.

5.2 PARTIDO

A proposta do partido se inicia quando os enormes pavilhões existentes nos estabelecimentos penais atuais, dão lugar a edifícios com uma escala menor, mais humana e acolhedora.

Esses edifícios possuem usos específicos, de forma a criar uma diversidade de funções. Eles representam a constituição de uma cidade, onde cada espaço construído possui uma utilidade a serviço da comunidade que ali reside.

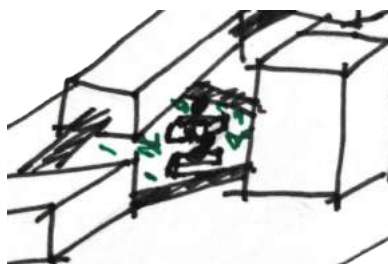
Figura 81: Croqui do partido



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os blocos se alojam no terreno de forma ampla e espaçada, com intenção de criar uma variedade de percursos no lote, fazendo referência as ruas e caminhos que acessam os diversos estabelecimentos presentes em uma sociedade urbana.

Figura 82: Croqui de partido



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A disposição e locação dos edifícios se deu a partir das árvores já presentes no terreno, formando uma grande passarela ao seu redor e dando origem aos demais trajetos.

Entre os percursos foram criados pátios com ambientes de estar e convivência, a fim de incentivar o convívio social e espírito de comunidade entre as presas.

Além disso, no prédio de alojamento das presas, foram criadas sacadas e varandas para incentivar essa convivência. Em cada sacada foi projetada uma floreira para manutenção pelas detentas, gerando um maior contato com a natureza.

5.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO

As diretrizes da arquitetura penal são ditadas pelo Ministério da Justiça (2011). As especificações vão de acordo com o tipo de regime e o estabelecimento que será construído. No presente projeto, serão analisados o regime fechado e a penitenciária de segurança média.

Figura 83: Tabela da Capacidade Geral dos Estabelecimentos Penais

Estabelecimento Penal	Capacidade Máxima
Penitenciária de Segurança Máxima	300
Penitenciária de Segurança Média	800
Colônia Agrícola, Industrial ou similar	1.000
Casa do Albergado ou similar	120
Centro de Observação Criminológica	300
Cadeia Pública	800

Fonte: Ministério da Justiça (2011).

As presas devem ser acomodadas em celas coletivas e individuais. Em todas as penitenciárias, o número de celas individuais deve ser de 2% da capacidade total do estabelecimento. Esta cela deve ser o menor possível, e deve

conter cama e área de higienização pessoal, com lavatório e aparelho sanitário, pelo menos.

Na tabela a seguir (Figura 84) são indicados os tamanhos mínimos para cada uma delas, dependendo de sua capacidade.

Figura 84: Tabela das dimensões mínimas para celas

Capacidade (vaga)	Tipo	Área Mínima (m ²)	Diâmetro Mínimo	Cubagem Mínima (m ³)
01	Cela individual	6,00	2,0	15,00
02	Cela coletiva	7,00	2,00	15,00
03		7,70	2,60	19,25
04		8,40	2,60	21,00
05		12,75	2,60	31,88
06		13,85	2,85	34,60
07		13,85	2,85	34,60
08 ⁴		13,85	2,85	34,60

Fonte: Ministério da Justiça (2011).

Quanto ao sistema construtivo, a edificação poderá ser feita em alvenaria de tijolos, alvenaria de blocos de concreto, alvenaria de concreto armado, concreto armado moldado in loco, pré-moldado ou pré-fabricado. Nas penitenciárias, o limite do estabelecimento pode ser por meio de muro ou alambrado, contendo uma altura mínima de 5 metros a partir do nível do solo.

Em relação aos recuos e afastamentos necessários, estes devem estar de acordo com o Plano Diretor da cidade na qual o edifício será construído, além de serem dependente da tipologia arquitetônica e do fechamento externo.

Figura 85: Tabela com recuos mínimos necessários por tipologia arquitetônica e por barreira

Tipologia arquitetônica		Recuo mínimo	
		Muro	Alambrado
Edifício horizontal	Com presença de preso	10,00	15,00
	Sem presença de preso	Altura da barreira	10,00
Edifício vertical	Com presença de preso	$10,00 + (n^5 - 2)/2$	$15,00 + (n - 2)/2$
	Sem presença de preso	Altura da barreira = $(n - 2)/2$	$10,00 + (n - 2)/2$

Fonte: Ministério da Justiça (2011).

Os acessos de pedestre e de veículos deve ser o mesmo, com o intuito de melhor controle e vistoria de entrada e saída de pessoas.

A circulação no estabelecimento deve ter, preferencialmente 2,50m, exceto nas alas que possuem celas em apenas um lado do corredor.




O estacionamento deve prever a quantidade de vagas a partir do número de funcionários e presos.

Os estabelecimentos penais devem ser de fácil acesso à comunidade, bem como bom aproveitamento dos meios de transporte e dos serviços básicos já existentes (distribuição de água, energia, esgoto, etc.). Além disso, esses edifícios não devem estar localizados no centro da cidade, ou em bairros residenciais.

O programa de necessidades destes estabelecimentos também é definido pelo Ministério da Justiça (2011), de acordo com a tabela a seguir (Figura 86).

Figura 86: Tabela de Programa de Necessidades de cada estabelecimento penal

Estabelecimento penal	Penitenciária	Colônia ⁷	Cadeia pública	COC ⁸	Casa do Albergado	SAPJ ⁹	CPMA ¹⁰
Módulos							
Guarda Externa							
Agente Penitenciário / Monitor							
Administração							
Recepção/revista							
Centro observação / triagem / inclusão							
Tratamento Penal							
Vivência coletiva							
Vivência individual							
Serviços							
Saúde							
Tratamento para dependentes químicos							
Oficina de trabalho							
Educativo							
Polivalente							
Creche							
Berçário							
Visita íntima							
Esportes							

Legenda:  Existência obrigatória
 Existência facultativa
 Não é necessário

Fonte: Ministério da Justiça (2011).

As tabelas a seguir sintetizam os ambientes específicos de cada módulo, com suas respectivas áreas mínimas. Os módulos apresentados são: administração, agentes penitenciários, serviços, guarda externa, assistência à saúde, tratamento penal, tratamento para dependentes químicos, oficinas de trabalho, ensino, esportes, recepção e revista dos visitantes, polivalente, visita íntima, triagem e inclusão, vivência individual, vivência coletiva, e berçário e creche.

Figura 87: Módulo da Administração

Módulo da Administração	
- órgão central de controle e administração; - abriga a diretoria do estabelecimento e suas dependências administrativas.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Central de monitoramento e apoio administrativo	15,00 m ²
Sala para diretor com mesa de reunião	20,00 m ²
Instalação sanitária diretor	2,25 m ²
Sala secretaria/recepção	15,00 m ²
Sala para vice-diretor	12,00 m ²
Sala para prontuário	6,00 m ²
Sala para apoio administrativo	6,00 m ²
Sala administrativa da equipe técnica	15,00 m ²
Sala de reuniões	12,00 m ²
Almoxarifado Central	10,00 m ²
Oficina de reparos e manutenção	10,00 m ²
Instalações sanitárias masculina/feminina	4,50 m ²
Copa	6,00 m ²
Área total do módulo	133,75 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 88: Módulo para Agentes Penitenciários

Módulo para Agentes Penitenciários	
- abriga a guarda interna; - pode ser contíguo ao módulo da administração; - 1 agente para cada 5 presos, por turno. (70 agentes)	
Programa Discriminado	Área Mínima
Dormitórios dos agentes/monitores (3,60 m ² /beliche)	126,00 m ²
Vestiários masculino e feminino	15,00 m ²
DML - depósito de material de limpeza	2,00 m ²
Área total do módulo	143,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 89: Módulo de Serviços

Módulo de Serviços	
- deve conter cozinha, lavanderia e almoxarifado; - preferencialmente utilizar mão de obra das presas	
Programa Discriminado	Área Mínima
Cozinha	315,00 m ²
Almoxarifado	90,00 m ²
Lavanderia	175,00 m ²
Área total do módulo	580,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 90: Módulo de Guarda Externa

Módulo de Guarda Externa	
- vigilância externa da unidade prisional; - localizado fora do estabelecimento penal, para um controle mais eficaz em episódios de crise.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala para comando da guarda	9,00 m ²
Guarita com instalação sanitária	4,00 m ²
Sala de armas	6,00 m ²
Instalação sanitária masc./fem. (2,25 m ² /cada)	4,50 m ²
Copa	6,00 m ²
Dormitório da guarda masc./fem. (15,00 m ² /cada)	30,00 m ²
DML - com tanque	2,00 m ²
Vestiário	12,00 m ²
Área total do módulo	73,50 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 91: Módulo de Assistência à Saúde

Módulo de Assistência à Saúde	
- provê, em caráter preventivo e curativo, assistência médica, farmacológica, psicológica, entre outras especialidades.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala de recepção e espera	12,00 m ²
Sala de acolhimento multiprofissional	12,00 m ²
Sala de atendimento clínico multiprofissional	7,50 m ²
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário (7,5 + 2,25 m ²)	9,75 m ²
Estoque	7,50 m ²
Dispensação de medicamentos e estoque	1,50 m ²
Cela enfermaria (12m ² /leito)	24,00 m ²
Consultório de atendimento odontológico	9,00 m ²
Sala multiuso	9,00 m ²
Sala de procedimentos	3,60 m ²
Laboratório de diagnóstico	9,00 m ²
Sala de coleta de material para laboratório	3,60 m ²
Sala de raio X	12,00 m ²
Área total do módulo	120,45 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 92: Módulo de Tratamento Penal

Módulo de Tratamento Penal	
- destina-se às atividades de avaliação e de acompanhamento das pessoas presas; - deve funcionar em conjunto com a equipe de saúde; - de preferência deve estar próximo ao módulo de assistência à saúde;	
Programa Discriminado	Área Mínima
Salas de atendimento (serviço social e psicologia - 6,00 m ² /cada)	18,00 m ²
Sala de atendimento jurídico	3,00 m ²
Sala da Defensoria Pública	10,00 m ²
Sala de atendimento em grupo (p/ 20 pessoas)	30,00 m ²
Instalações sanitárias	2,25 m ²
Espera para atendimento de pessoas presas	6,00 m ²
Sala de reconhecimento/acareação	12,00 m ²
Sala para interrogatório/audiência	30,00 m ²
Área total do módulo	111,25 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 93: Módulo de Tratamento para Dependentes Químicos

Módulo de Tratamento para dependentes químicos	
- destina-se a abrigar pessoas presas com alguma dependência química em fase de atenção especial; - deve, preferencialmente, ser instalado em área anexa ao módulo de saúde.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Cela individual com sanitário (6,00 m ² /cela)	12,00 m ²
Cela coletiva com sanitário(13,85 m ² /cela)	27,70 m ²
Área total do módulo	39,70 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 94: Módulo de Oficinas de Trabalho

Módulo de Oficinas	
- utilizado para favorecer as pessoas presas no desenvolvimento de competências para o convívio social e também para o trabalho remunerado; - possui sentido profissionalizante	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala de controle	9,00 m ²
Instalação sanitária feminina	9,00 m ²
Estoque	3,00 m ²
Área de trabalho	9,00 m ²
Carga/descarga	12,00 m ²
Área total do módulo	42,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 95: Módulo de Ensino

Módulo de Ensino	
- destinado às atividades de ensino formal, informal e profissionalizante e atividades da comunidade com pessoas presas.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Biblioteca	30,00 m ²
Sala de aula (1,50 m ² /aluna)	45,00 m ²
Sala de estudo*	25,00 m ²
Instalação sanitária (pessoa presa)	3,00 m ²
Sala de professores	25,00 m ²
Sala de informática	25,00 m ²
Sala de encontro com a sociedade	30,00 m ²
Área total do módulo	183,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

O ambiente de sala de estudo foi adicionado como forma de incentivo e maior privacidade para as presas estudarem. Este ambiente não faz parte do programa de necessidades.

Figura 96: Módulo de Esportes

Módulo de Esportes	
- destina-se a atividades esportivas	
Programa Discriminado	Área Mínima
Quadra poliesportiva	800,00 m ²
Depósito para material desportivo	6,00 m ²
Vestiários	12,00 m ²
Área total do módulo	818,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 97: Módulo de Recepção e Revista de Visitantes

Módulo de Recepção e Revista de Visitantes	
- controla a entrada e a saída de pessoas, veículos, pertences e materiais; - deverá ser a entrada principal do estabelecimento penal.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala de espera externa à portaria (coberta - 40,00 m ² /presas visitadas)	80,00 m ²
Sala de administração e controle	9,00 m ²
Setor de revista (1,60 m ² /box)	24,00 m ²
Instalação sanitária visitantes masc./fem. (1,80 m ² /cada)	18,00 m ²
Sala de pertences	6,00 m ²
DML - depósito material limpeza	2,00 m ²
Portaria de acesso e recepção	4,00 m ²
Salas de atendimento familiar (6,00 m ² /sala)	30,00 m ²
Área total do módulo	173,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 98: Módulo Polivalente

Módulo Polivalente	
- destina-se à prática de cerimônias e cultos religiosos, peças teatrais e visitas de familiares.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Área coberta (1,00 m ² /presa - 50% lotação)	175,00 m ²
Área descoberta com espaço para recreação infantil (3,00m ² /presa - 50% lotação)	525,00 m ²
Instalações sanitárias masculinas	51,46 m ²
Instalações sanitárias femininas	51,46 m ²
Sala de cabeleireiro	20,00 m ²
Capela*	25,00 m ²
Área total do módulo	847,92 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

A capela não faz parte do programa de necessidades do projeto. Esta foi adicionada como forma de incentivar a espiritualidade das presas que desejarem, ajudando na saúde mental das mesmas.

Figura 99: Módulo de Visitas Íntimas

Módulo de Visitas Íntimas	
- destina-se a propiciar à pessoa presa o acesso à visita íntima dos esposos (as) ou companheiros (as) hetero ou homoafetivos.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Apartamento/suíte (2 unid./100 pessoas presas) + 1 PNE (6,00 m ² /cada)	48,00 m ²
Rouparia	3,00 m ²
Espaço para entrega de roupa suja	3,00 m ²
Depósito material de limpeza	3,00 m ²
Área total do módulo	57,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 100: Módulo de Triagem/Inclusão

Módulo de Triagem/Inclusão	
- recebe a pessoa presa quando de sua entrada no estabelecimento; - o tempo de permanência do preso deve ser o mínimo.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala para agentes	9,00 m ²
Sala de chefia dos agentes	9,00 m ²
Instalação sanitária para agentes	2,25 m ²
Chuveiro/higienização	2,25 m ²
Sala de identificação/biometria	6,00 m ²
Revista de pessoas presas (18 box - 1,60 m ² /cada)	28,80 m ²
Instalação sanitária para funcionário (2,25 m ² /cada)	4,50 m ²
Celas individuais e coletivas com instalação sanitária (6 individuais 6 m ² /cada e 2 coletivas 13,85 m ² /cada)	63,70 m ²
Solário coletivo	19,00 m ²
Sala de pertences (pessoas presas)	9,00 m ²
Sala/cela para recebimento de pessoa presa	6,00 m ²
Cela PNE	12,00 m ²
Área total do módulo	171,50 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 101: Módulo de Vivência Individual

Módulo de Vivência Individual	
- abrigar pessoas presas que estão em condição de oferecer risco para outras; - abrigar aquelas que, por lei, devem estar separadas das demais.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala de controle	6,00 m ²
Instalação sanitária do agente	1,80 m ²
Instalação sanitária externa à cela	3,00 m ²
Área coberta (refeitório, multiuso - 0,50 m ² /presa)	3,50 m ²
Solário individual	6,00 m ²
Cela individual (6,00 m ² /cela)	42,00 m ²
Cela coletiva (8,40 m ² /cela)	16,80 m ²
Pátio de sol coletivo (1,50 m ² /presa)	10,50 m ²
Área total do módulo	89,60 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 102: Módulo de Vivência Coletiva

Módulo de Vivência Coletiva	
- unidade autônoma com espaços que sejam utilizados pelas pessoas presas em seu dia a dia. - 88 celas para 4 pessoas cada.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Sala de controle	6,00 m ²
Instalação sanitária funcionário	2,25 m ²
Ala das celas ou alojamento coletivo (8,40 m ² /cela)	739,20 m ²
Instalação sanitária interna (2,25m m ² /cela)	198,00 m ²
Instalação sanitária externa	73,51 m ²
Área coberta (refeitório, multiuso, lazer - 1 m ² /pessoa)	350,00 m ²
Pátio de sol (1,50 m ² /presa)	525,00 m ²
Área total do módulo	1893,96 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

Figura 103: Módulo de Berçário e Creche

Módulo de Berçário e Creche	
- destina-se a atender as mulheres gestantes presas e mulheres presas e seus respectivos filhos (as), contemplando as necessidades específicas do público nesta condição; - deve ser previsto espaço para atendimento de no mínimo 20 crianças; - deve ter fluxo fácil ao módulo de saúde.	
Programa Discriminado	Área Mínima
Controle para agentes	6,00 m ²
Copa/cozinha	12,00 m ²
Estar	24,00 m ²
Dormitório coletivo mãe/bebê + banheiro e fraldário (5,20 m ² /bebê)	104,00 m ²
Lactário	9,00 m ²
Rouparia	3,00 m ²
Depósito de material de limpeza	3,00 m ²
Despensa	3,00 m ²
Área descoberta para banho de sol com playground (2,00 m ² /criança)	40,00 m ²
Lavanderia/quarador (7 tanques)	4,00 m ²
Refeitório	12,00 m ²
Dormitório gestante (2,50 m ² /gestante)	10,00 m ²
Refeitório gestantes/mães (0,50 m ² /gestante)	4,00 m ²
Sala terapia ocupacional e fisioterapia pediátrica	15,00 m ²
Sala multiprofissional de saúde	9,00 m ²
Sala de apoio administrativo/pedagógico	12,00 m ²
Sala dos professores	9,00 m ²
Sala de aula (crianças - 1,50 m ² /criança)	30,00 m ²
Área coberta para atividades educativas e recreativas	24,00 m ²
Refeitório Infantil	12,00 m ²
Cozinha creche	12,00 m ²
Unidades sanitárias infantis (1 vaso + 1 lavatório a cada 6 crianças)	9,00 m ²
Dormitório para criança	60,00 m ²
Dormitório para cuidadora com instalação sanitária	9,00 m ²
Área total do módulo	435,00 m ²

Fonte: Adaptado Ministério da Justiça (2011).

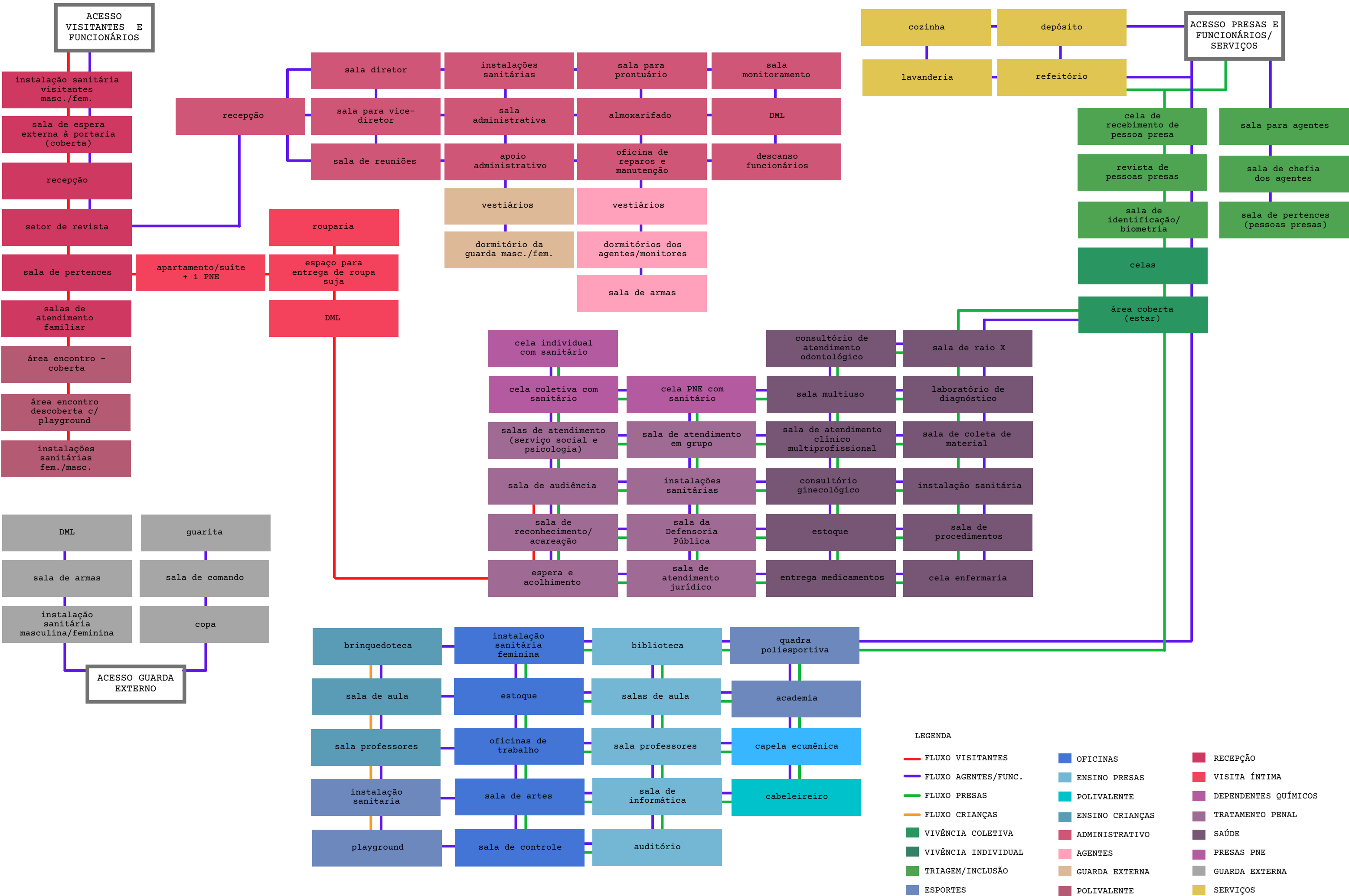
De acordo com os módulos apresentados pelo Ministério da Justiça, a área mínima de uma penitenciária para 360 pessoas seria de 5.762,18 m².

A partir dos ambientes predeterminados nesses módulos, foi feito o organograma e fluxograma do projeto. Neste, foram feitas algumas modificações e mesclagem entre os módulos, de modo a gerar uma nova setorização e novos edifícios.

5.4 ORGANOGRAMA



5.5 FLUXOGRAMA



5.6 MEMORIAL JUSTIFICATIVO

Esse item busca justificar as soluções arquitetônicas aplicadas no estudo preliminar da Penitenciária Feminina. O projeto é resultado da aplicação da arquitetura como atuadora direta na recuperação e reinserção das mulheres presas.

Sendo assim foi dividido em algumas análises sendo elas o aspecto contextual, aspecto funcional, aspecto ambiental, aspecto técnico/estrutural e aspecto estético/arquitetônico.

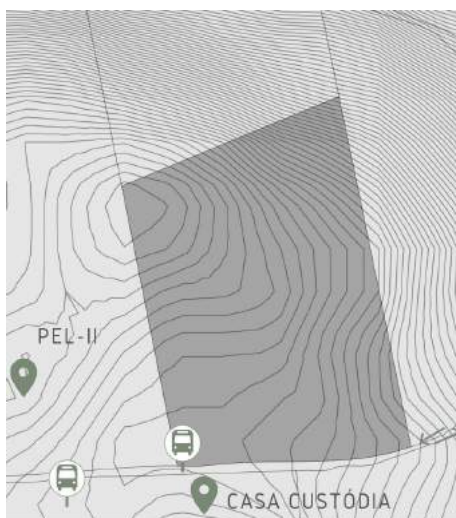
5.6.1 ASPECTO CONTEXTUAL

O estudo projetual da Penitenciária Feminina se localiza em Londrina-PR. O município foi escolhido por, além de funcionar como um ponto médio entre os dois estabelecimentos penais de regime fechado feminino existentes no estado, é uma região em constante desenvolvimento.

O terreno escolhido para a edificação se encontra na PR-218, rodovia que atravessa a cidade.

Essa localização foi escolhida devido ao seu fácil acesso pelos moradores, bem como pelos municípios circundantes, uma vez que a Penitenciária tem a função não apenas de atender a cidade de Londrina, mas sim a região.

Figura 104: Mapa terreno

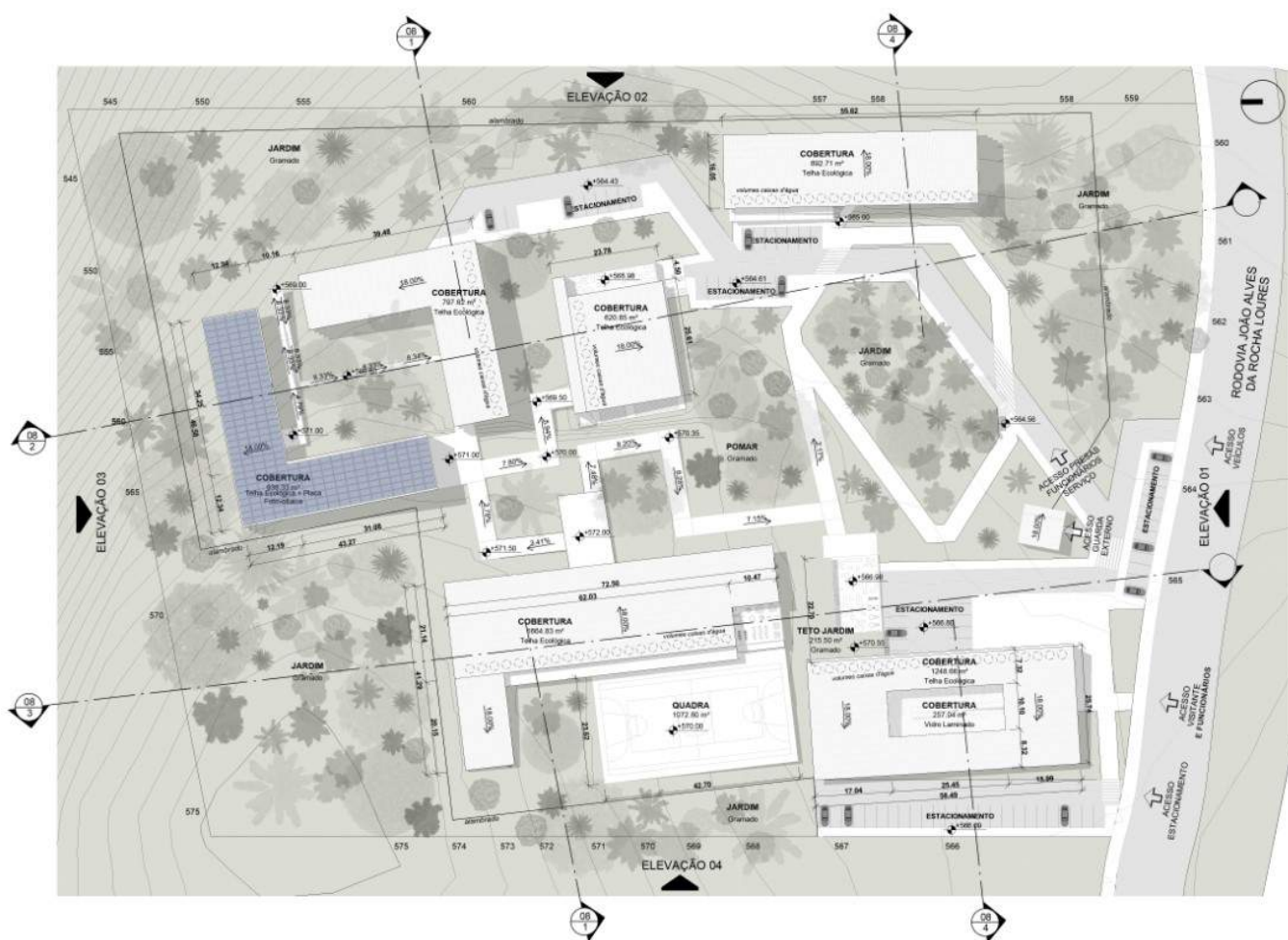


Fonte: elaborado pela autora (2021).

Além disso, por ser uma região afastada do centro da cidade com bastante lotes vazios, ela possui potencial construtivo para a criação de infraestrutura que atenda aos visitantes, como hotéis e pousadas.

A chegada ao terreno se dá unicamente pela PR, de modo que, para uma melhor disposição dos acessos a edificação, foram criadas vias de circulação dentro do lote.

Figura 105: Implantação



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A localização de cada acesso foi definida de acordo com o destino do usuário. Os funcionários possuem mais de uma opção de entrada, de forma que possam optar dependendo do bloco que irão acessar.

As presas, os prestadores de serviços (como carga e descarga ou até mesmo da área de saúde) e os visitantes

possuem os acessos delimitados de forma a manter a segurança de todos.

Os estacionamentos foram locados no terreno de forma que todos os acessos tivessem vagas próximas. O estacionamento interno pode ser utilizado apenas por agentes ou prestadores de serviços, enquanto os externos são de uso geral da edificação.

5.6.2 ASPECTO FUNCIONAL

Os edifícios foram pensados em setorizar e definir os usos. Cada bloco existente no conjunto da penitenciária tem uma utilidade, de modo que a frequência no mesmo seja objetivada.

Figura 106: Esquema setorização



Fonte: elaborado pela autora (2021).

5.6.2.1 EDIFÍCIO PRISIONAL

O edifício prisional é aquele por onde as presas chegam à penitenciária, passam pela triagem, e são alojadas.

Ele possui dois blocos, onde o primeiro conta com um térreo para triagem e três pavimentos tipo; e o outro apenas com os três pavimentos tipo.

Figura 107: Perspectiva Edifício Prisional



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os blocos de celas são posicionados de forma espelhada para que as sacadas estejam direcionadas para a direção leste, pegando o sol da manhã.

Figura 108: Perspectiva Edifício Prisional



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A planta do térreo prisional também aloja as presas que necessitam ficar isoladas em celas individuais, devido aos crimes cometidos.

5.6.2.1.1 A CELA

Com dois beliches, a cela coletiva para quatro mulheres é composta por um banheiro privativo com cuba externa, visando privacidade. Todas as celas possuem gavetões abaixo dos beliches para armazenamento de objetos pessoais das presas.

A cela possui uma bancada com quatro lugares para realização de atividades de estudo e leitura. Acima dela, duas prateleiras são alojadas, divididas em quatro partes por perfis metálicos, também para armazenamento de objetos pessoais.

Figura 109: Perspectiva Interna Celas



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Acima de cada uma das cabeceiras as presas possuem uma estrutura metálica para dispor suas fotos, cartas, e outras lembranças, reforçando os conceitos de psicologia ambiental e apropriação do local.

Figura 110: Perspectiva Interna Celas



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Cada uma delas possui uma luminária de cabeceira e também um porta objeto ao lado da cama, dando autonomia e individualidade as presas, mesmo a cela sendo compartilhada.

A porta-janela percorre toda a extensão da cela, onde se dá acesso a uma sacada com floreira, que além da contemplação e conforto ambiental, gera, pela manutenção, atividade terapêutica e comunitária, além do incentivo a compreensão e respeito ao meio ambiente, firmando os preceitos de biofilia.

5.6.2.2 EDIFÍCIO DE SERVIÇOS

O edifício de serviços é acessado pelos prestadores de serviço para carga e descarga, e também pelos funcionários e presas, por localizar a cozinha, lavanderia e o refeitório.

O térreo do setor de serviços é composto por toda a estrutura que diz respeito a cozinha, bem como a lavanderia, o estendal, a casa de lixo e de gás.

Figura 111: Perspectiva Estar Edifício Serviços



Fonte: elaborado pela autora (2021).

O pavimento superior é basicamente composto pelo refeitório. Há também um balcão com cubas para higienização das louças.

5.6.2.3 EDIFÍCIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O edifício de Saúde e Assistência Social também é acessado pelos prestadores de serviço (médicos, psicólogos, advogados, etc.) e também pelos funcionários e presas.

O pavimento térreo comporta os consultórios de saúde, bem como de assistência psicológica e apoio jurídico.

O primeiro pavimento aloja as presas que estão grávidas e as que já são mães, bem como os filhos das mesmas. Nele há toda estrutura necessária como trocador e lactário.

Figura 112: Perspectiva Edifício Saúde e Assistência Social



Fonte: elaborado pela autora (2021).

O segundo e último pavimento abriga as presas que são dependentes químicas e também as PNE, locadas nesse bloco devido a necessidade de uma maior assistência e atenção.

5.6.2.4 EDIFÍCIO DE ATIVIDADES

O edifício de atividades é o local onde as presas realizam as atividades laborais, de estudo e esporte. Neste edifício também há estrutura educacional e de lazer para as crianças que residem na penitenciária.

Figura 113: Perspectiva Edifício Atividades



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Nesse bloco também está alojado o salão de beleza, importante para a feminilidade e a diferenciação de gênero nos estabelecimentos penais.

5.6.2.5 EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO E DE VISITAS

Esse edifício é acessado pelas visitas e funcionários. Nele acontece a revista dos visitantes e encontro com as presas.

Figura 114: Perspectiva Edifício Administrativo e de Visitas



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os visitantes passam por área de revista e pertences, pra depois acessarem o encontro coberto, descoberto, playground e as celas de visita íntima.

O pavimento superior é ocupado por toda a estrutura administrativa, além dos dormitórios dos agentes e guarda externa.

5.6.2.6 EDIFÍCIO GUARDA EXTERNA

Esse edifício é acessado apenas pela guarda externa. Está localizado fora do perímetro da penitenciária e conta com a guarita para controle de entrada e saída de funcionários e visitantes.

Figura 115: Perspectiva Edifício Guarda Externa



Fonte: elaborado pela autora (2021).

5.6.3 ASPECTO AMBIENTAL

Para um maior conforto térmico, a vegetação existente no terreno foi mantida e trabalhada, criando jardins e pomares que são de manutenção e cuidado das presas.

Figura 116: Perspectiva Externa



Fonte: elaborado pela autora (2021).

As grandes massas de vegetação também são fundamentais para proteção solar, além de criarem um ambiente agradável, com um clima ameno.

Também para proteção solar foram utilizados brises de cabo de aço com vegetação em alguns blocos. Em outros foi aplicado o brise de madeira, a fim de cumprir a mesma função.

Figura 117: Brises com cabo de aço e vegetação



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A disposição dos blocos no terreno foi pensada de forma a favorecer a ventilação natural, que ocorre de noroeste para sudeste.

Figura 118: Esquema ventilação



Fonte: elaborado pela autora (2021).

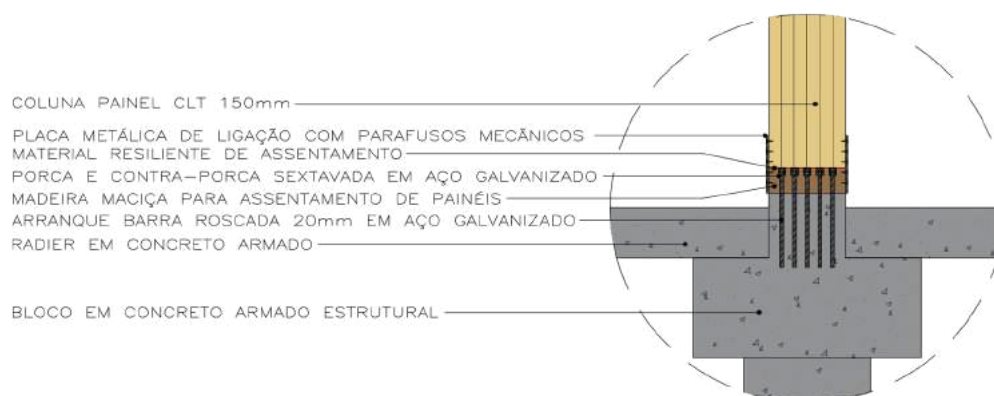
5.6.4 ASPECTO TÉCNICO/ESTRUTURAL

A concepção do projeto foi embasada em soluções construtivas que fossem sustentáveis. A começar pela modificação mínima da topografia, de modo a gerar o menor impacto ambiental possível.

Foram utilizadas duas tecnologias construtivas nos edifícios do terreno: o CLT e o tijolo ecológico.

O CLT (cross laminated timber), ou madeira laminada cruzada é formada por um painel sólido de madeira composto por peças de madeira coladas de forma cruzada.

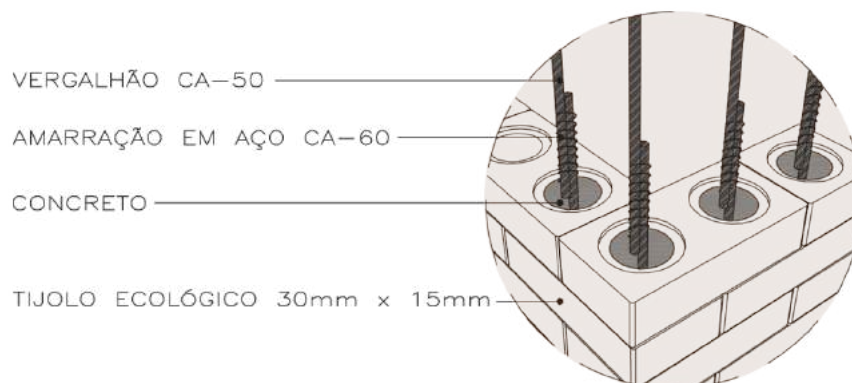
Além da eficiência energética, este material é utilizado como estrutura e vedação. O seu pouco peso requer fundações menos robustas, de modo que o material seja competitivo financeiramente e ainda utilize menos material poluente.

Figura 119: Detalhamento fundação CLT

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quanto ao tijolo ecológico, este é produzido a partir do reaproveitamento de resíduos e sem necessidade de queima, de forma a gerar menos poluição.

A estrutura do tijolo ecológico se dá por meio da execução de concreto armado nos furos existentes, conforme detalhe.

Figura 120: Detalhe estrutura tijolo ecológico

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Na parte externa foram utilizados pisos cimentícios permeáveis e o piso grama, solução drenante e sustentável.

Nos telhados foi utilizada a telha ecológica de cor branca, fabricada com material reciclado.

A fim de gerar eficiência energética e também economia, no edifício prisional foram instaladas placas fotovoltaicas para energia solar.

5.6.5 ASPECTO ESTÉTICO/ARQUITETÔNICO

A composição estética da penitenciária se dá com dois edifícios em CLT (Prisional e Administrativo e Visitas), e os outros quatro em tijolo ecológico, sendo dois deles (Atividades e Saúde e Assistência Social) pintados com tinta biodegradável.

O CLT foi escolhido para ser aplicado nos blocos que precisam de maior aconchego, ou seja, o prisional com as celas e o de visitas que é ponto de encontro familiar.

As esquadrias e brises na cor preta foram escolhidos para trazer maior sobriedade para a penitenciária.

Os blocos com acabamento em tijolo pintado branco (atividades e de saúde) também necessitam de aconchego e conforto, por isso tiveram suas esquadrias em madeira.

Figura 121: Perspectiva externa



Fonte: elaborado pela autora (2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estabelecimentos penais carregam uma característica de exclusão extremamente marcante, criados com o intuito de punir e castigar os indivíduos. Carregados por grandes portões, muros e grades, reafirmam a marginalização dos presos perante a sociedade.

Considerando que a arquitetura age na adequação dos ambientes de modo a influenciar na forma de agir e pensar do usuário; o objetivo, em um cenário de cárcere, deve ser de reconstruir o pensamento do encarcerado e retomar sua posição na sociedade, a partir da melhoria dos espaços habitacionais.

Além da má qualidade dos locais habitados pelos detentos, a falta de espaços laborais e de estudo tornam a rotina do preso preguiçosa e alienada, refletindo em um futuro sem oportunidades e com grandes probabilidades de reincidência.

No caso das mulheres essa realidade se repete, e se intensifica com o rompimento materno e com a falta de assistência.

Para a elaboração do projeto preliminar apresentado, foram levantados dados do cenário na cidade de Londrina, que apresentam a mesma problemática identificada em todo território nacional.

Portanto, no estudo, buscou-se aproximar da arquitetura e da realidade vivenciada no dia a dia de uma sociedade livre, com uma proposta de projeto que se assemelha a estrutura de uma pequena cidade.

Neste trabalho, foram apresentados o processo de projeto, o conceito e o partido, e em nível de Estudo Preliminar algumas soluções arquitetônicas, principalmente referentes a volumetria, setorização, fluxos.

Desse modo, o trabalho pretende contribuir com futuras pesquisas acadêmicas acerca da relação entre o indivíduo e a arquitetura. Pretende-se também com o desenvolvimento deste

trabalho final de graduação, espera-se que seja o início de uma discussão de uma nova tipologia arquitetônica penal, que busca diminuir a reincidência através de condições dignas de habitação, acompanhamento terapêutico, rotina de trabalho e/ou estudos, atividades físicas/esportivas e convivência familiar, garantindo os vínculos necessários para a (re)construção da personalidade.

7 REFERÊNCIAS

Agência de Notícias do Paraná. Nova Cadeia Feminina de Londrina intensifica trabalho e estudo. 2020. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=109220&tit=Nova-Cadeia-Feminina-de-Londrina-intensifica-trabalho-e-estudo>>. Acesso em: 12 abril 2021.

AGOSTINI, Flávio Mourão. O edifício inimigo: a arquitetura de estabelecimentos penais no Brasil. 2002. Disponível em: <<https://mabarquitetura.files.wordpress.com/2013/09/agostini-flavio-o-edificio-inimigo.pdf>>. Acesso em 17 maio 2021.

ANGOTTI, Bruna Soares. Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2012. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/06/bruna-angotti-entre-as-leis-da-cincia-do-estado-e-de-deus.pdf>>. Acesso em: 27 março 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ARCHDAILY. Arquitetura e saúde: como o espaço impacta no bem-estar emocional. 05 agosto 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/966233/arquitetura-e-saude-como-o-espaco-impacta-no-bem-estar-emocional>>. Acesso em: 19 agosto 2021.

ARCHDAILY. Biophilic design in prisons. 28 jan 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/932530/biophilic-design-in-prisons>>. Acesso em: 22 abril 2021.

ARCHDAILY. Centro Médico Psicopedagógico / Comas-Pont arquitectos. [Centro Médico Psicopedagógico / Comas-Pont arquitectos]. 14 dez 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/878967/centro-medico-psicopedagogico-comas-pont-arquitectos?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>. Acesso em: 13 maio 2021.

ARCHDAILY. Cor além da estética: a psicologia do verde na arquitetura. 28 fev 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/957355/cor-alem-da-estetica-a-psicologia-do-verde-na-arquitetura>>. Acesso em: 19 agosto 2021.

ARCHDAILY. Female Prison / OOIIIO Architecture. 18 jun 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com/244702/female-prison-ooiio-architecture?ad_medium=widget&ad_name=recommendation>. Acesso em: 10 maio 2021.

ARCHDAILY. Os benefícios da biofilia para a arquitetura e os espaços interiores. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/927908/os-beneficios-da-biofilia-para-a-arquitetura-e-os-espacos-interiores>>. Acesso em: 22 abril 2021.

ARCHDAILY. Psicologia do espaço: as implicações da arquitetura no comportamento humano. 29 maio 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/936143/psicologia-do-espaco-as-implicacoes-da-arquitetura-no-comportamento-humano>>. Acesso em: 19 agosto 2021.

ARCHDAILY. Prisão Storstrøm / C.F. Møller. [Storstrøm Prison / C.F. Møller]. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/886790/prisao-storstrom-cf-moller>>. Acesso em: 28 abril 2021.

BIANCHINI, Douglas Alves. Do Carandiru ao Parque da Juventude: reconstrução da paisagem urbana. 2018. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/3572/5/Douglas%20Bianchini.pdf>>. Acesso em: 17 março 2021.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-norma-1940-pe.pdf>>. Acesso em: 6 abril 2021.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 6 abril 2021.

BRASILIANO, Roberto. Rua Sergipe, Patrimônio Cultural Londrinense. 2012. 1 fotografia. Disponível em: <https://unifil.br/portal/images/pdf/documentos/livros/rua-sergipe.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2021.

CALDEIRA, Felipe Machado. A evolução Histórica, Filosófica e Teórica da Pena. 2009. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista45/Revista45_255.pdf>. Acesso em: 09 março 2021.

C.F. MØLLER ARCHITECTS. Storstrøm Prison. s/d. Disponível em: <<https://www.cfmoller.com/p/Storstroem-Prison-i2730.html>>. Acesso em: 28 abril 2021.

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. Situação do Sistema Prisional Brasileiro. Brasília, jul. 2006. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/prisional>>. Acesso em: 29 março 2021

CONDEPHAAT. São Paulo - Portal da Pedra do Antigo Presídio Tiradentes. [Sem ano]. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-portal-de-pedra-do-antigo-presidio-tiradentes/#!/map=38329&loc=-23.531639000000016,-46.632748,17>>. Acesso em: 17 março 2021.

CORDEIRO, Suzann. A função social do espaço penitenciário. 2005a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/685/1/SuzannF_laviaCordeiroLima_CapaateCap4.pdf>. Acesso em: 10 março 2021

CORDEIRO, Suzann. Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo. 2005b. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/05.059/480>>. Acesso em: 10 março 2021.

CORDEIRO, Suzann. De perto e de dentro: diálogos entre o indivíduo encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/8031/1/arquivo3834_1.pdf>. Acesso em: 17 março 2021.

CURY, Jessica; MENEGAZ, Mariana. Mulher e o cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf>. Acesso em: 27 março 2021.

DEPEN. Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Presos em unidades prisionais no Brasil. Julho a dezembro 2019. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizWI2MmJmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmIyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 12 abril 2021.

DORA MARTINS. ITTC explica: e se uma mulher for presa grávida? 2016. 1 fotografia. Disponível em: <<http://ittc.org.br/ittc-explica-mulher-presa-gravida/>>. Acesso em: 08 abril 2021.

ELALI, Gleice Azambuja. *Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar*. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 maio 2021.

ELISA KEMMER. Conheça detalhes do antigo presídio de Bento. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <<https://jornalsemanario.com.br/conheca-detalhes-do-antigo-presidio-de-bento/>>. Acesso em 08 abril 2021.

ESTECA, Augusto Cristiano Prata. *Arquitetura Penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal*. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8739/3/2010_AugustoCristianoPrataEsteca_Parcial.pdf>. Acesso em: 10 março 2021.

FARIA, Ana Paula. *APAC: Um Modelo de Humanização do Sistema Penitenciário*. 2011. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/apac-um-modelo-de-humanizacao-do-sistema-penitenciario/>>. Acesso em: 17 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 1999. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf>. Acesso em: 10 março 2021.

FREITAS, Evelson de. *Dilma: julgamento do Carandiru foi vitória*. 2014. 1 fotografia. Disponível em: <<https://entretenimento.band.uol.com.br/bandfolia/noticias/100000674154/dilma-julgamento-do-carandiru-foi-vitoria.html>>. Acesso em: 20 março 2021.

GARBELINI, Sandra Mara. *Arquitetura prisional: a construção de penitenciárias e a devida execução penal*. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, v. 1, n. 18, p. 145-159, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/espen/RevistadoConselhoNacionaldePoliticaCriminalePenitenciria2005.pdf>>. Acesso em: 17 março 2021.

GARCIA, Janina; FUJITA, Gabriela. *Arquitetura do Carandiru inviabilizou diálogo com presos, diz desembargador*. UOL, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/16/arquitetura-do-carandiru-inviabilizou-dialogo-com-presos-diz-desembargador.htm?app=uol-generic&plataforma=ipad>>. Acesso em: 20 março 2021.

GONÇALVES, Kawanni dos Santos. De "cadeião" a centro cultural londrinense: processo de ressignificação de um edifício histórico. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/portal/pages/arquivos/Instrumentos-Pesquisa/TRAB-ACADEMICOS_DIGITALIZADOS/HISTORIA/DE%2093CADEIAO94%20A%20CENTRO%20CULTURAL%20LONDRINENSE%20PROCESSO%20DE%20RESSIGNIFICACAO%20DE%20UM%20EDIFICIO%20HISTORICO.pdf>. Acesso em: 12 abril 2021.

INFOPEN. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres. 2ª ed. Brasília. 2018. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf>. Acesso em: 02 abril 2021.

Londrina Histórica. A primeira cadeia de Londrina. 2011. 1 fotografia. Disponível em: <<http://londrinahistorica.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 abril 2021.

LUIZ SILVEIRA. Mães e filhos atrás das grades. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <<https://istoe.com.br/maes-e-filhos-atras-das-grades/>>. Acesso em: 08 abril 2021.

MERRICK, Jay. Prisons of conscience: Storstrøm Prison in Gundslev, Denmark by CF Møller. 13 jun 2018. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/buildings/prisons-of-conscience-storstrom-prison-in-gundslev-denmark-by-cf-moller>>. Acesso em: 28 abril 2021.

Ministério da Justiça. Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal. 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-cnpcp-construcao-prisoas.pdf>>. Acesso em: 24 março 2021.

MORAES, Henrique Viana Bandeira. Dos sistemas penitenciários. 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/dos-sistemas-penitenciarios/>>. Acesso em: 17 março 2021.

PELLEGRINI, Domingos. A arte da transformação. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/fecomercioprp/docs/cadeiao_web/94>. Acesso em: 12 abril 2021.

PIEDADE JÚNIOR, Heitor. O direito do preso. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, v. 1, n. 18, p. 53-62, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/espen/RevistadoConselh>>

oNacionaldePolíticaCriminalPenitenciária2005.pdf>. Acesso em: 02 abril 2021.

PIMENTEL, Elaine. O lado oculto das prisões femininas: representações do sentimento em torno do crime e da pena. 2013. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1288/pdf>>. Acesso em: 29 março 2021.

Portal Prefeitura de Londrina. Londrina em dados - 2020. 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/927908/os-beneficios-da-biofilia-para-a-arquitetura-e-os-espacos-interiores>>. Acesso em: 12 abril 2021.

Portal Prefeitura de Londrina. História da Cidade de Londrina. 2019. Disponível em: <<https://www.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>>. Acesso em: 12 abril 2021.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Mulheres Reclusas. 2005. Disponível em: <<https://criminal.mppr.mp.br/pagina-519.html>>. Acesso em: 19 março 2021.

SANTOS, Vanessa I. M. Desenho para um planeta vivo: biofilia uma solução para o urbanismo e arquitetura sustentáveis. Lisboa. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/2979/5/mia_vanessa_santos_dissertacao1.pdf>. Acesso em 22 abril 2021.

SILVA, Ari Tomaz da. Projeto de Arquitetura: Estudo do Sistema Penitenciário Brasileiro Público e de Cogestão. 2017. Disponível em: <<http://ppgau.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2017/Disserata%C3%A7%C3%A3o%20Ari%20Tomaz%20da%20Silva%20Filho.pdf>>. Acesso em: 17 março 2021.

SILVA, Dinis Carla Borghi. A história da pena de prisão. 2014. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-historia-pena-prisao.htm#indice_3>. Acesso em: 04 março 2021.

SILVA, Haroldo Caetano da. Arquitetura Penitenciária: a simplicidade como solução. 2008. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/artigos_e_materia1_de_apoio_-_arquitetura_penitenciaria_-_dr._haroldo.pdf>. Acesso em: 30 março 2021.

TAROBÁ NEWS. Londrina vai ter nova casa da custódia em 18 meses. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <<https://tarobanews.com/noticias/policial/londrina-vai-ter-nova-casa-de-custodia-em-18-meses-WYW95.html>>. Acesso em 12 abril de 2021.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Com cadeias superlotadas, Rio tem 6 projetos de presídios parados ou atrasados. 2017. 1 fotografia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/23/com-cadeias-superlotadas-rio-tem-6-projetos-de-presidios-parados-ou-atrasados.htm>>. Acesso em: 27 março 2021.

TRIBUNA DO VALE. Cadeia de Santo Antônio da Platina é transformada em unidade feminina. 2020. Disponível em: <<https://tribunadovale.com.br/blog/2020/03/31/cadeia-de-santo-antonio-da-platina-e-transformada-em-unidade-feminina/>>. Acesso em: 11 maio 2021.

TSUJI, Isabella F. Arquitetura Prisional-Uma Nova Perspectiva. 2019. Disponível em: <<https://issuu.com/isabellafsouza/docs/issuu>>. Acesso em: 28 abril 2021.

UNITED STATES BUREAU OF PRISONS. Handbook of Correctional Institution Design and Construction. United States: Bureau of Prisons, 1949.

URRUTIA, Javier. Prisão para mulheres, Reykjavik (Islândia). 2012. Disponível em: <<http://javierurrutiasanchez.blogspot.com/2012/10/concurso-internacional-de-arquitectura.html>>. Acesso em: 10 maio 2021.

VIANA, Lúcia Quiêto. A contribuição da arquitetura na concepção de edificações penais no Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-78041/a-contribuicao-da-arquitetura-na-concepcao-de-edificacoes-penais-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 24 março 2021.

8 APÊNDICES

8.1 APÊNDICE A - ENTREVISTA COM CHEFE DA UNIDADE JUDICIAL DA
1ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS REALIZADA VIA WHATSAPP NO
DIA 25/02/2021 E VÍDEO CONFERÊNCIA NO DIA 01/03/2021.

E - As detentas estão em Arapongas?

Sr. - Atualmente a cidade não faz mais a custódia de mulheres. Isso foi uma decisão do DEPEN (Departamento Penitenciário da Regional de Londrina).

E- Qual o motivo para não abrigar mais essas presas?

Sr. - O motivo seria de fato a baixa demanda. Antes do recambiamento das detentas havia aproximadamente 20 presas. Assim ficavam destinado um pavilhão todo para isso e faltando espaço para os presos masculinos.

E - Para onde essas presas são transferidas?

Sr. - São todas alocadas em Apucarana ou Londrina.

E - Em Londrina tem a cadeia feminina, mas e em Apucarana, elas ficam separadas dos homens ou no mesmo local?

Sr. - No mesmo local.

E - Qual a sua opinião sobre a implantação de uma penitenciária feminina em Apucarana?

Sr. - Acho que em qualquer lugar é bem-vinda. A superlotação é gigantesca. Se puder tirar mulheres de algum lugar e liberar espaço para presos do sexo masculino, tende a amenizar a superlotação.

E - Qual seria o perfil dessas mulheres que foram relocadas para essas cidades? Idade; onde moravam; se são mãe; se sim, quantos filhos; se há alguma gestante.

Sr. - Atualizando esses dados, por último, não tínhamos nenhuma situação de mulher gestante, pois houve uma alteração

da legislação que determinava a liberdade dessas mulheres. Havia uma gestante que tinha um comportamento bastante ruim, e nesse caso, esta permanecia presa.

Em questão da idade, é muito complicado, não dava para fazer uma média, porque são muito poucas, e havia presa de 18 anos e 40 e poucos anos, então a margem fica muito grande para se estabelecer uma média.

Posso te garantir que mais de 80, ou até mesmo 90% dos casos é por tráfico de droga.

Agora questão de residência, é bastante complicado, primeiro porque não recebemos esse tipo de informação deles, e posso te garantir que o próprio DEPEN não possui esse tipo de informação. Se há mandado de prisão, elas são presas. Se há alvará de soltura, elas são soltas. A gente tem um projeto para tentar fazer isso ser feito de uma forma melhor, com o conselho da comunidade de Arapongas, só que com a pandemia, não estamos conseguindo atuar em quase nada; e o conselho já vem de uma questão bastante turbulenta, com situações de fraude, situações criminosas de um antigo presidente. Então foi uma situação mais para arrumar o conselho do que de fazer alguma coisa acontecer.

Mas essa situação que você fala é algo interessante, a superlotação está extremamente exagerada. A gente pode falar que a cadeia pública de Arapongas ela comporta em torno de 80 presos, e hoje o número é de 230 mais ou menos.

E - Esses homens que estão na cadeia, todos eles estão em período de julgamento, ou já há o cumprimento de pena na própria cadeia?

Sr. - Está misturado, a grande maioria já está cumprindo pena. Não é o estabelecimento adequado, precisaria ser em uma penitenciária, e não tem vaga. A questão é essa.

Eles são encaminhados, mas com muita pouca frequência, conforme vai liberando a vaga. Londrina tem uma região muito

grande, pega Cambé, Ibiporã, existe um acordo até com o mini presídio de Apucarana. Há um contato entre os juízes para haver essa permuta e alocar melhor esses presos.

E - Já que estão cumprindo pena aqui, existe algum tipo de serviço social aqui na cadeia de Arapongas?

Sr. - Existe. O projeto vem basicamente do conselho da comunidade, que é ainda bastante limitado. Poque as instituições que se interessaram por esse tipo de projeto, elas acabam...existe uma linha muito tênue do que é realmente ajudar e do que é obter recursos. Então a gente tem entidades filantrópicas até relacionadas com igreja e tudo mais, mas a coisa acaba não andando.

A gente tentou fazer um acordo com uma assistente social, e o valor que ela pedia pro conselho da comunidade para poder encampar esse projeto era bastante alto. Coisa que se você talvez direcionasse pra uma atividade lá dentro, pudesse ser mais bem aproveitado. Mas está sim em fase de análise a questão da redução da pena por leitura, com um professor de gramática ou literatura para acompanhar isso. E vai existir um projeto com a costura, a gente está encampando isso, para tentar a questão de doação dessas máquinas de costura, para costurar bola, malharia, mas por enquanto é só projeto.

E - Como funciona o dia a dia dos detentos? Quais os ambientes essenciais para compor o espaço da cadeia?

Sr. - Não fazem nada, a verdade é essa. Mas você pode visitar, nada melhor do que você ver, conhecer o prédio de uma forma geral.

E - Sobre a problemática do ambiente, o maior problema é a superlotação? Se o espaço fosse maior, o problema estaria solucionado?

Sr. - A demanda é muito maior que o espaço. A destruição é gigantesca. É uma tremenda falta de respeito

E - Humanizando esses espaços, a destruição seria menor? O que diminuiria essa "revolta"?

Sr. - Eu acho que existe casos e casos. O problema é que, basicamente, eles não têm nada a perder. Muitas vezes os presos não tem emprego, vem de uma família desestruturada, sem pai ou mãe, ou que pai e mãe já eram envolvidos em atividades ilícitas e criminosas, então ele não tem muita saída. Aqui em Arapongas, a gente vê que o índice de reincidência é muito grande, a gente passa a conhecer os presos por nome e apelido. E a maioria por tráfico de drogas, roubo ou furto. O tráfico é extremamente repetitivo e reincidente, e roubo e furto não é diferente. Então é aquela questão, é o risco. E principalmente, pela superlotação, não sendo crime de alto poder ofensivo, ou com grave ameaça, a tendência é que ele possa responder o processo em liberdade.

Então, sobre a questão da humanização, eu não sei, acho que o problema é muito anterior a isso.

E - Como funcionam as visitas aqui em Arapongas?

Sr. - Elas estão suspensas devido ao covid-19, mas em geral eram nas quartas-feiras de manhã. E são por ordem de chegada. A única coisa que está como proposta é um mecanismo de visita virtual, mérito do próprio DEPEN, que construiu algumas "bairros", onde o preso fica na parte de dentro e a família do lado de fora, e conversam por interfone, e com televisão para serem vistos.

E - Na cadeia masculina existe visita de crianças?

Sr. - Muda muito de gestão para gestão. Tem quem entenda que pode e quem entenda que não pode.

E - O que acha da demanda do projeto para a região?

Sr. - Eu acho que teu projeto tem tudo para vingar, isso não existe. Pelo menos eu desconheço em toda região alguma coisa humanizada para as presas do sexo feminino.

E - Os detentos são separados por tipo de crime?

Sr. - Existe uma ala separada por crimes sexuais, esses realmente ficam separados. Mas de restante, não.

8.2 APÊNDICE B - ENTREVISTA COM GESTORA DA CADEIA PÚBLICA
FEMININA DE LONDRINA REALIZADA VIA WHATSAPP NOS DIAS
04/03/2021, 11/03/2021 E 12/03/2021.

E- Na região, quais cidades recebem mulheres encarceradas?

Sra. - Na região temos 3 cadeias que recebem mulheres, Londrina e Sto Antonio da Platina, exclusivas para mulher e Apucarana que é mista. A referência para a região hoje é Londrina, aqui temos a maior quantidade de presas.

E - Qual o número de detentas hoje, e qual a lotação máxima?

Sra. - Hoje estamos com 168. A capacidade é de 169

E - Qual o motivo das detentas não serem encaminhadas para a penitenciária e cumprirem a pena na própria cadeia?

Sra. - Vai ser importante você conhecer a estrutura, a unidade tem projetos de remição de pena e escola funcionando, as presas cumprem pena em Londrina porque priorizamos a aproximação familiar.

E - As presas são separadas por tipo de crime cometido?

Sra. - Não, o que existe é uma separação quanto a crimes envolvendo crianças.

E - Como funcionam as visitas? Elas são diárias ou semanais?

Sra. - Eram semanais antes de pandemia, agora é mensal por videoconferência.

E - Os filhos podem visitar as detentas?

Sra. - Podem sim, antes era uma vez por mês, agora segue por videoconferência.

E - E o encarceramento de mulheres grávidas? Ou com filhos recém-nascidos?

Sra. - Hoje não temos condições de ter gestantes na unidade, e nem crianças. A unidade que está preparada para receber essas presas é a Penitenciária Feminina em Curitiba, mas hoje por conta dos protocolos da covid, todas as gestantes estão indo para o complexo médico penal.

E - Como é a rotina das detentas?

Sra. - Muita coisa está mudando, porque a gente vem de uma rotina de Delegacia da Polícia Civil, que foi assumida pelo Departamento Penitenciário há um tempo, e agora está sendo embutido as questões de escola e de curso. Mas até então elas só tinham uma rotina de cubículo e pátio de sol, só girava em torno disso, não faziam mais nada. Ai agora, com a implantação das normativas do DEPEN, de promover a questão da remissão, diminuição de pena pelo trabalho e pelo estudo, muito vem mudando.

E - Em relação ao perfil dessas mulheres, você consegue me informar: qual idade delas, se são mães, de onde são, qual região de Londrina?

Sra. - A média de idade é baixa, de 25 a 30 anos. Por região da cidade eu não saberia te dizer.

E - Quanto a demanda dessa penitenciária feminina, qual é a sua opinião? Que ve a realidade de perto?

Sra. - Hoje nos casos que é possível percebo que as gestantes normalmente acabam recebendo prisão domiciliar. Não vejo necessidade de uma estrutura para gestantes hoje. Temos casos de gestantes com dependência química também que são encaminhadas para clínica de tratamento. A unidade hoje embora receba mulheres de toda região ainda fica abaixo da capacidade.

Conhecendo a Unidade você vai ver que o nome cadeia hoje é mais por conta do tamanho e do número reduzido de presas. Precisamos hoje de mais espaços laborativos e da implantação de uma lavanderia. No aspecto de cumprimento de pena, hoje praticamente 100% das presas está matriculada na escola, temos uma marca de roupa de ginastica que mantém uma facção de costura dentro da Unidade.

8.3 APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AGENTE DA CADEIA PÚBLICA
FEMININA DE LONDRINA REALIZADA PESSOALMENTE NO LOCAL, NO
DIA 15/03/2021.

E - Como é o alojamento das presas? As celas estão superlotadas?

Sra. - A lotação é de 168 mulheres, com capacidade de 169. Dormem de duas à três em uma mesma cama.

E - Qual a proporção de mulheres em julgamento e mulheres em cumprimento de pena?

Sra. - Temos uma média de 60% das mulheres já em cumprimento de pena.

E - Qual assistência social dada as presas? Qual a demanda?

Sra. - Elas têm assistência na saúde, médico geral uma vez por semana. Temos na estrutura o consultório e cadeira de dentista, mas nunca nem foi usado.

E - Quais potencialidades existem no sistema? O que pode ser feito para agregar ao sistema e as detentas?

Sra. - Da remissão está bem legal, eu acho, porque elas podem trabalhar com crochê, podem ler os livros. Temos em média 170 presas, só 3 são analfabetas. A maioria pelo menos até a 4ª série fez, então consegue ler um livro. Tem as que não querem fazer, quase a metade. O trabalho na fábrica, são poucas vagas, em torno de 10, mas elas querem muito, porque é remunerado, mais pela remuneração do que pela diminuição da pena. A reincidência é muito grande, saiu, depois de 2 meses, volta. Então tem as chances, tem os livros. Esses programas foram implementados no ano passado, quando foi reinaugurada a Cadeia, em novembro. A Soraia, como gestora, implementou. Éramos uma cadeira menor, e com a ampliação, a escola, a

igreja, a intenção é tentar aumentar a remissão de pena e mandar mais gente embora.

E - Você sabe o motivo de tanta reincidência?

Sra. - Eu sou professora, antes de entrar aqui eu pensava muito em ressocialização, mas depois que você trabalha, você leva um choque e passa a desacreditar da situação. Eu vejo muitas que a família toda está presa, e a pessoa não consegue sair desse círculo de convivência. Porque sai e continua vivendo com os mesmos amigos, vizinhos. Desses livros que nós escrevemos, teve uma presa que escreveu que aprendeu a roubar com os pais, se ela saísse de casa e não trouxesse uma boa quantia de dinheiro, ela apanhava. Então você pensa, como vai estruturar de novo? Alguém que já foi criado nesse sistema, ela foi ensinada a roubar. Então até que ponto não está intrínseco? Um psicólogo é sempre bom, acho que é legal porque você descobre os seus erros, você pode mudá-los ou não. Então você vê com outros olhos, você se auto questiona, mas isso exige um bom tempo de amadurecimento. Seria bom para todas as presas.

A enfermeira tenta dar contraceptivo para as moradoras de ruas, mas muitas não querem tomar. Então se a mãe trafica, rouba, a criança cresce achando tudo natural e segue o mesmo caminho. Se tivesse terapia, enfermeira, seria ótimo.

E - Tem alguma diferença entre a cadeia masculina de Londrina e a feminina? A estrutura é a mesma?

Sra. - Lá é mais estruturado que aqui. Lá, por exemplo, tem enfermeira o tempo todo, mas porque é penitenciária e aqui, cadeia. A penitenciária tem maior estrutura do que a cadeia. Assistente social, aqui não temos e lá, sim. A área é bem maior.

E - Em relação a higiene íntima da mulher, absorvente, por exemplo, as presas tem acesso a isso?

Sra. - Nós distribuimos a cada 15 dias para todas um kit higiene, com papel higiênico, sabonete, absorvente. Elas desperdiçam muito, mas é distribuído. Elas tomam banho quantas vezes quiserem durante o dia, no chuveiro da cela. Se ocorrer de queimar, elas se dividem para comprar um novo, a despesa é por conta delas. Desperdiçam muita comida também, montam pratos grandes e não comem nada. Já chegamos a ter 7 gestantes ao mesmo tempo, e elas convivem junto com as outras. Hoje em dia, procuramos deixar todas na mesma cela, pois quando chega o pré natal, ultrassom, tem que abrir várias celas.

E - Quais os problemas internos entre as presas? Costuma ter muita briga entre as presas?

Sra. - Hoje em dia está tranquilo, mas as brigas delas são sempre por relacionamento afetivo. Elas chegam a se machucar, mas sempre por esse motivo.

E - Qual o perfil dessas mulheres?

Sra. - A maioria tem entre 18 e 30 anos e é da periferia, mas de várias regiões da cidade. Quanto ao perfil econômico, a maioria de classe baixa e média, nenhuma de classe alta. Praticamente todas são mães, com filhos de todas as idades. Elas têm muitos filhos.

E - Tem alguma grávida aqui na carceragem?

Sra. - Tem uma. Ela já está de uns 8 meses, e está há um tempo aqui. Não temos esse tipo de estrutura na unidade, então estamos aguardando para ela ser transferida para Penitenciária Feminina de Piraquara, mas não tem vaga. Inclusive ela está em cela separada pelo crime dela, que foi de grande dano, mas junto com outras mulheres que também cometeram esse tipo de crime.

E - Quando não tem companheiro fixo, as crianças recebem alguma assistência?

Sra. - A maioria dos casos, a criança fica com familiares, pouquíssimos casos vão para abrigos, mesmo que até amigas cuidem.

E - Você acha que uma estrutura dentro da prisão para as crianças, como uma creche, seria interessante?

Sra. - Eu acho que não, nesse ponto acho melhor ficar com a família. Pois garante mais estrutura para a criança. Seria interessante se tivessem uma prioridade em creches, por exemplo, para que não fiquem nas ruas. Mas nada além disso, pois muitos subsídios o município fornece, como uniforme, cesta básica, material escolar. Em Curitiba, a presa amamenta por 6 meses e depois a criança vai para a família ou para o abrigo. Aqui não temos estrutura física para colocar os berços e manter as mães.

8.4 APÊNDICE D - ENTREVISTA COM GESTOR DO MINI PRESÍDIO DE
APUCARANA REALIZADA VIA WHATSAPP, NO DIA 13/05/2021.

E - Qual o número de detentas hoje, e qual a lotação máxima?

Sr. - Hoje temos 18 camas e estamos com 34 presas.

8.5 APÊNDICE E - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA
FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA SÍNTESE

8.6 APÊNDICE F - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA
FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 01

8.7 APÊNDICE G - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA
FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 02

8.8 APÊNDICE H - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA
FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 03

8.9 APÊNDICE I - ESTUDO PRELIMINAR DE UMA PENITENCIÁRIA
FEMININA EM LONDRINA-PR - PRANCHA 04